

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA
ECONOMIA NO GOVERNO FIGUEIREDO

A. Delfim Netto

O EXÉRCITO E A SOCIEDADE BRASILEIRA
Fernando de Maya Pedrosa

JUL./AGO./84

Nº 714



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudos de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO



ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, FINANÇAS

MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA ECONOMIA NO GOVERNO FIGUEIREDO – <i>Ministro A. Delfim Neto</i>	5
CONDOMÍNIO PARQUE REAL – <i>Informe Especial</i>	149
BNH JÁ FINANCIÁ 21 PROJETOS – <i>Informe Especial</i>	155

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL – <i>CMG José Luiz Feio Obino</i>	77
O ATLÂNTICO SUL NO CONTEXTO REGIONAL – <i>Professora Therezinha de Castro</i>	91
O APARTHEID NA REPÚBLICA SUL AFRICANA – <i>CC Gilberto Roque Carneiro</i>	109

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, ESTUDOS SOCIAIS

O EXÉRCITO E A SOCIEDADE BRASILEIRA – <i>Cel José Fernando de Maya Pedrosa</i>	139
EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO – <i>Gen Bda Bartholomeu da Silva Filho</i>	119
COMUNICAÇÃO DE MASSA: ESPELHOS DA SOCIEDADE OU CRIADORES DE MODELOS? – <i>Cap. Adão Pantoja de Maria</i>	125
INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO – <i>Cel Roberto Mischow Filho</i>	51
O DUQUE DE CAXIAS – <i>Gen Div (Ref) Francisco de Paula e Azevedo Pôndé</i>	167

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

SIMULADOR NACIONAL PARA INSTRUÇÃO DAS GUARNIÇÕES DE BLINDADOS COM CANHÃO – <i>Cel Agnaldo Del Nero Augusto</i>	63
--	----

INFORMAÇÃO

LIVROS	161
REGISTROS	163
SEÇÃO DO IHGMB	165
	167

A DEFESA NACIONAL – N° 714

Rio de Janeiro – Brasil

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redação

Primeros Titulares: MERTHOLOZ HUNOR, ESTEVÃO LIMA DE CARVALHO e J. M. SOUZA SOS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano 1.

Grupo mantenedor: Bertholdo Xangar, Ederval Lemos de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (representante), Francisco de Paula Góis, Maria Clementino, Lissa e Nata, Tânia Braga, Jorge Pinto, Pompéu Cavalcante, Euzebio Pimentel, Távora, Amaro Vila Nova, Mário da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1, 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

DATA

N.º

21-10-85 324

NOSSOS ANUNCIANTES

CAEBC	2.ª Capa	FURNAS	154
BANCO SUL BRASILEIRO	3.ª Capa	LA FIORENTINA	75
TRANSBRASIL	4.ª Capa	ABECIP	88/89
SOUZA CRUZ	4	EMBRATEL	90
EMBRAER	160	CAIXA ECONÔMICA	124
CPRM	76	ALPARGATAS	152
		BIBLIX	174/175

NOSSA CAPA

Um caça tático, de velocidade subsônica, o AMX vai equipar as forças aéreas do Brasil e da Itália a partir da segunda metade da década de 80. Está sendo desenvolvido conjuntamente pela Embraer, Aeritalia e Aeromacchi sob um investimento da ordem de 600 milhões de dólares. O AMX pesará 12.500 quilos, com 1360 kg de cargas externas e será impulsionado por um motor Rolls-Royce Spey 107, de 11.000 lb de empuxo. Os primeiros protótipos da aeronave sairão das linhas de montagem da Aeritalia e da Embraer, em São José dos Campos, São Paulo.





A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente: Gen Bda Antenor de Santa Cruz Abreu

Diretor-Secretário: Cel Aldilio Sarmento Xavier

Diretor-Administrativo: Cel Sady Nunes

Diretor Tesoureiro: Ten Cel Walter Soares Vieira

Conselheiros:

Cel Celso José Pires

Cel José Fernando Maya Pedrosa

Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal:

Cel Ayrton L. Bragança Tourinho de Bittencourt

Cel Lino Palha de Castro

Ten Cel Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe: Gen Bda Antenor de Santa Cruz Abreu

Redator-Executivo: Cel Aldilio Sarmento Xavier

Coordenação Editorial: José Lívio Dantas

Conselho Editorial:

Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis

Cel R/1 Virgílio da Veiga

Cel Cláudio Moreira Bento

CF José Correia de Sá e Benevides

Professor Jorge Boaventura

Floriano Serpa

Raimundo dos Santos Pereira

Publicidade:

Expedição:

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) — Cr\$ 5.000,00

Exterior: US\$ 50,0

Número avulso — Cr\$ 1.000,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: 283-3030

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

ACEITA-SE intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.



MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA ECONOMIA NO GOVERNO FIGUEIREDO

A. Delfim Netto

Semana passada, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Antonio Delfim Netto, falou sobre as mudanças estruturais da economia no Governo Figueiredo. Ele disse que o Brasil tem que mudar a matriz energética, expandir o setor público e redirecionar a produção agrícola e industrial.

Semana passada, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Antonio Delfim Netto, falou sobre as mudanças estruturais da economia no Governo Figueiredo. Ele disse que o Brasil tem que mudar a matriz energética, expandir o setor público e redirecionar a produção agrícola e industrial.

Em conferência na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, dia 13 de junho, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Antonio Delfim Netto, relatou os esforços realizados no Governo do Presidente Figueiredo para superar a fase mais crítica da recessão mundial e para libertar a Nação da dramática dependência externa de energia.

Disse o Ministro:

"A estrutura da produção nacional se alterou de maneira significativa nos últimos cinco anos. Para enfrentar a crise, o Brasil mudou exatamente onde devia mudar: mudou a matriz energética; conteve a expansão do setor público; e redirecionou os rumos da produção agrícola e da produção industrial.

O aspecto mais dramático da crise residia na dependência do fornecimento externo de energia. Oitenta por cento de toda a energia que consumíamos, especialmente petróleo, provinham do exterior. Foi esta dependência que ocasionou o desequilíbrio das contas externas, bloqueando o desenvolvimento brasileiro.

Para retornar às condições de crescimento econômico era preciso, primeiro, resolver o problema do desequilíbrio externo. E, em seguida, promover as mudanças estruturais no setor público, na produção industrial e na agricultura.

Estas mudanças estruturais constituíram o cerne do esforço desenvolvido pela economia brasileira nestes cinco anos. O objetivo foi perseguido com enorme pertinácia e cobrou um preço caro de toda a Sociedade brasileira. Cinco anos depois, no entanto, pode-se afirmar que:

1. O Brasil mudou a sua matriz energética. Já produzimos mais petróleo do que importamos. Reduziu-se à metade a dependência na importação de energia.

2. A Nação deu um passo importante na direção do ajustamento de suas contas externas. A indústria e a agricultura redirecionaram sua produção no sentido do aumento das exportações. O Produto recomeca a crescer.

3. A expansão do setor público foi controlada, contribuindo para melhor equilíbrio interno e externo.

A seguir, a íntegra da conferência do Ministro Delfim Netto na Escola Superior de Guerra:

... (extenso trecho de conferência, com grande parte da fala embaçada por manchas de tinta e escrito em tons de cinza, impossível de ler integralmente)

O OBJETIVO PERMANENTE

O objetivo permanente de toda a política econômica é o *desenvolvimento econômico acelerado, com o aumento da justiça social*. Este é o objetivo, é a substância mesma de toda a política. E é por isso que não se fala freqüentemente nele. É por isso que o Governo é criticado, porque os seus opositores imaginam que, não falando freqüentemente nele, o Governo esqueceu que seja esse o seu objetivo. É a minha esperança mostrar que, ao contrário, este é o objetivo central que nos orienta e que dirige a política econômica neste País.

Seria ocioso voltar a conversar sobre as origens das dificuldades que ocorreram nesses últimos anos. Uma coisa é certa, porém: a condição necessária, ainda que não seja suficiente, para que possamos ter um desenvolvimento acelerado com aumento de justiça social, é obtermos o equilíbrio das contas externas e o equilíbrio das contas internas.

Esse duplo equilíbrio tinha sido conseguido no início da década de 70. Caminhávamos, então, com muita rapidez e ampliávamos de maneira significativa a nossa economia, até o momento em que levamos uma "trombada", que começou com a primeira crise do petróleo, seguida do aumento da taxa de juros e da segunda crise do petróleo, com um novo aumento da taxa de juros. Essa trombada desarticulou, de maneira fundamental, o equilíbrio externo e, com ele, o equilíbrio interno. Ti-

nhamb sido eliminadas as condições necessárias para o cumprimento do objetivo fundamental que nos orienta. Era preciso, portanto, restabelecer esses equilíbrios, antes, para que pudéssemos voltar a crescer. Era preciso dedicar um tempo suficiente ao restabelecimento do equilíbrio externo e, depois, nos dedicarmos ao restabelecimento do equilíbrio interno.

Quatro Desafios Simultâneos

Para vencer os desafios da crise, ficou patente que o Brasil tinha de enfrentar, simultaneamente, quatro problemas:

— Em primeiro lugar, era preciso restabelecer, com a maior rapidez possível, o equilíbrio externo. Era preciso realmente reorganizar as contas externas.

— Em segundo lugar, era preciso alterar de maneira dramática a matriz energética deste País. A crise mostrou que nós dependíamos de tal forma da importação de energia, que não poderíamos ser realmente uma Nação com desenvolvimento tranquilo sem uma modificação fundamental na matriz energética.

— Terceiro: era necessário recolocar nos trilhos o setor público que, na tentativa de corrigir o desequilíbrio externo, tinha sido ampliado de maneira espantosa e chegou a produzir déficits inéditos.

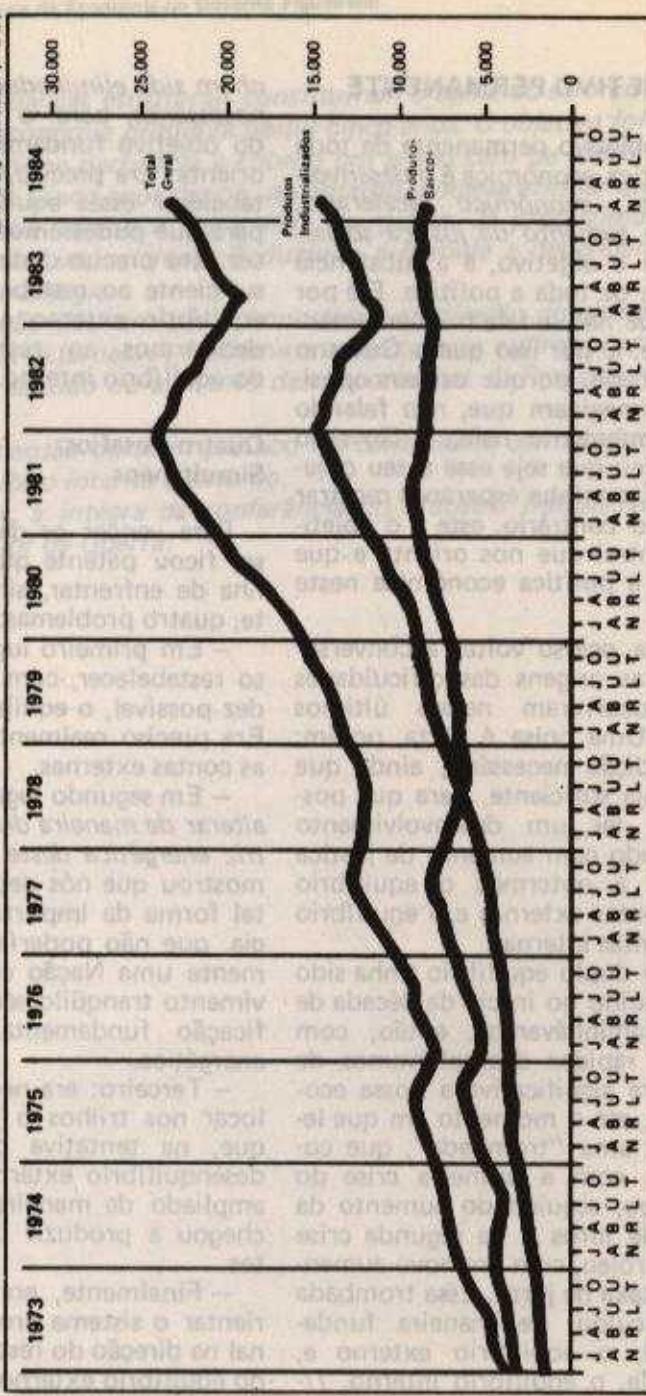
— Finalmente, era preciso reorientar o sistema produtivo nacional na direção do restabelecimento do equilíbrio externo.

1

EXPORTAÇÕES

TOTAL GERAL, PRODUTOS BÁSICOS, PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS – ÚLTIMOS 12 MESES

Em US\$ milhões (FOB)



Estes quatro desafios, todos eles, tinham de ser resolvidos simultaneamente, sem esquecer que os caminhos da solução passavam pelo aumento das tensões no âmbito interno, tensões essas que se manifestam como inflação.

O Desafio Externo

Como, de que forma, pudemos enfrentar o problema do setor externo?

As curvas das exportações revelam uma mudança de tendência importante a partir de 1979 até 1981 e, depois, a partir de 1983. Essas duas mudanças de tendência coincidem com as duas desvalorizações cambiais que tivemos de fazer para devolver à economia brasileira o seu poder de competição no exterior. A desvalorização cambial aumenta o nosso poder de competição mas, simultaneamente, pressiona os preços internos, pressiona os preços dos produtos que nós estamos exportando, porque transfere para o mercado interno os preços externos à taxa de câmbio corrigida. Coloca, ainda, na pauta de exportação, novos produtos que antes não eram exportados e, consequentemente, produz uma tensão sobre os preços internos e, finalmente, aumenta o preço dos produtos internos. Ela trabalha como uma tesoura, nas duas direções. A máxi aumenta o preço relativo dos produtos exportados e comprime as importações, fazendo com que apareça um superávit na balança comercial. Mas, ao mesmo tempo, ela

cria tensões inflacionárias importantes.

Poder-se-ia indagar se não era possível superar a pressão inflacionária. A resposta é que não é possível fazer uma reforma cambial sem produzir inflação. *É preciso sorte para se fazer uma reforma cambial e ter uma inflação menor do que a desvalorização cambial*, de tal forma que os preços se alterem na direção correta, isto é, se alterem dando maior lucratividade à exportação e aumentando o custo das importações.

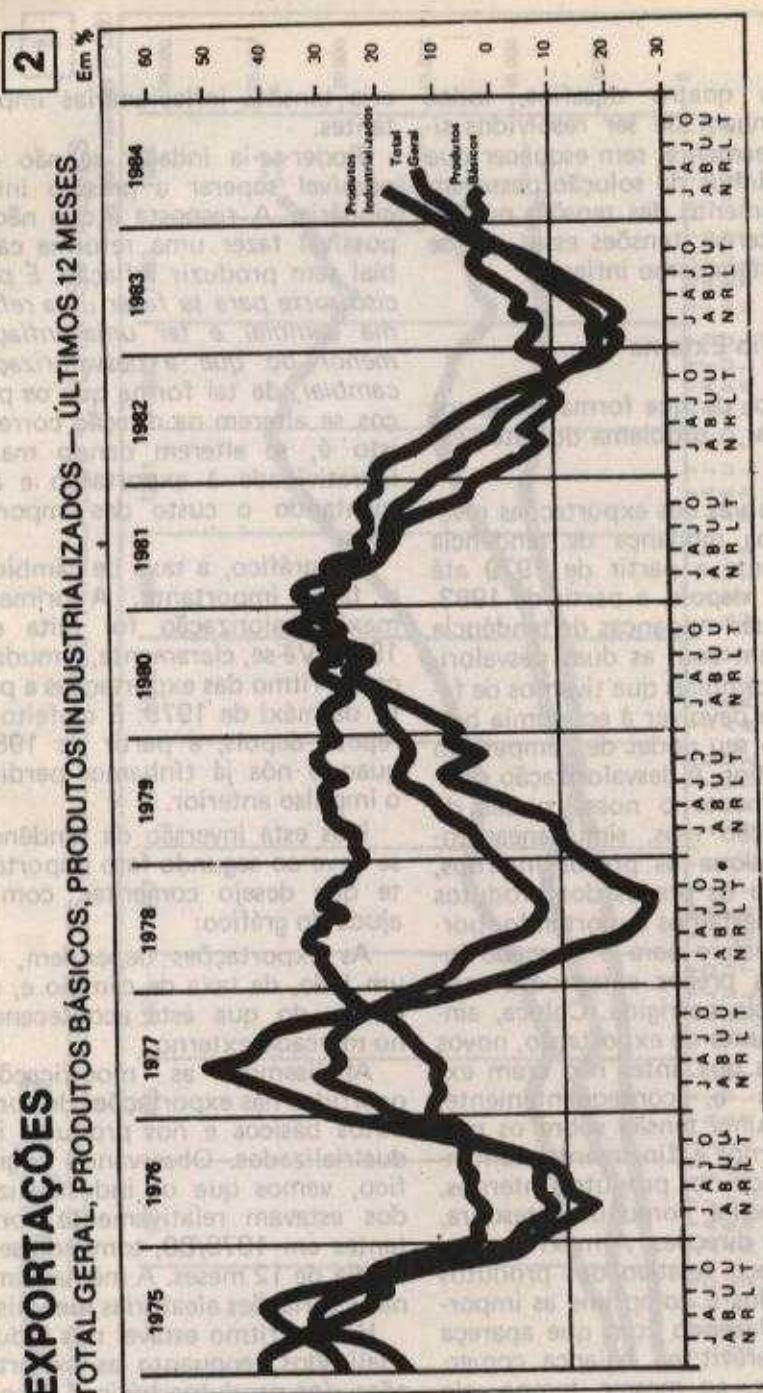
No gráfico, a taxa de câmbio é o fator importante. A primeira maxidesvalorização foi feita em 1979. Vê-se, claramente, a mudança do ritmo das exportações a partir da máxi de 1979. E o efeito se repete depois, a partir de 1983, quando nós já tínhamos perdido o impulso anterior.

Mas esta inversão da tendência se deve ao segundo fato importante que desejo comentar, com a ajuda do gráfico:

As exportações dependem, de um lado, da taxa de câmbio e, de outro, do que está acontecendo no mercado externo.

Analisemos as modificações ocorridas nas exportações dos produtos básicos e nos produtos industrializados. Observando o gráfico, vemos que os industrializados estavam relativamente constantes em 1979/80, tomando-se a média de 12 meses. A média elimina as variações aleatórias mensais.

Há um ritmo estável nos industrializados, enquanto as exportações dos produtos básicos sobem



DEUDA EXTERNA BRUTA

rapidamente a partir de 1979. O efeito da primeira desvalorização foi basicamente sobre os produtos agrícolas. No segundo período, (1981-82) há um decréscimo da taxa de crescimento das exportações, produzido pela diminuição do efeito da desvalorização de 1979 e por um fato importante, que é o encurtamento do mercado externo, como veremos a seguir:

cuperar e aumentamos a capacidade de competição dos nossos produtos, de tal forma a obter o resultado que buscávamos, construindo um superávit importante na balança comercial.

O que é importante, portanto, é lembrar isto:

as exportações brasileiras dependem de duas variáveis – de a taxa de câmbio ser mantida em

ALGUNS INDICADORES DE PAÍSES SELECIONADOS

Países	Crescimento do		Saldo do B.P. em C.C.		Crescimento da Indústria		Taxa (2) de	
	1982	1983	1982	1983	1982	1983	1982	1983
Reino Unido	+1,2	+2,9	+9,5	+2,9	+1,5	+3,6	12,7	12,3
Estados Unidos	-1,5	+3,0	+0,5	-40,8	-5,0	+16,1	10,8	8,2
Alemanha Ocidental	+1,0	+2,9	+7,0	+3,2	-4,0	+6,9	8,9	9,0
Japão	+2,0	+3,1	+7,5	+21,0	-0,5	+9,6	2,4	2,6
Fráncia	+2,2	+0,6	-10,0	-4,3	-4,5	+4,0	9,4	9,8
Itália	+1,5	-1,2	-6,0	-1,1(1)	-6,0	-2,5	11,5	12,8
Canadá	-1,0	+3,0	+1,5	+1,4	-11,0	+18,3	12,8	11,1
Brasil	+1,4	-3,3	-16,3	-8,9	+0,3	-5,7	4,0	5,6

OBSERVAÇÕES: (1) Refere-se ao mês de setembro/83.

(2) Dados do final do ano (dezembro)

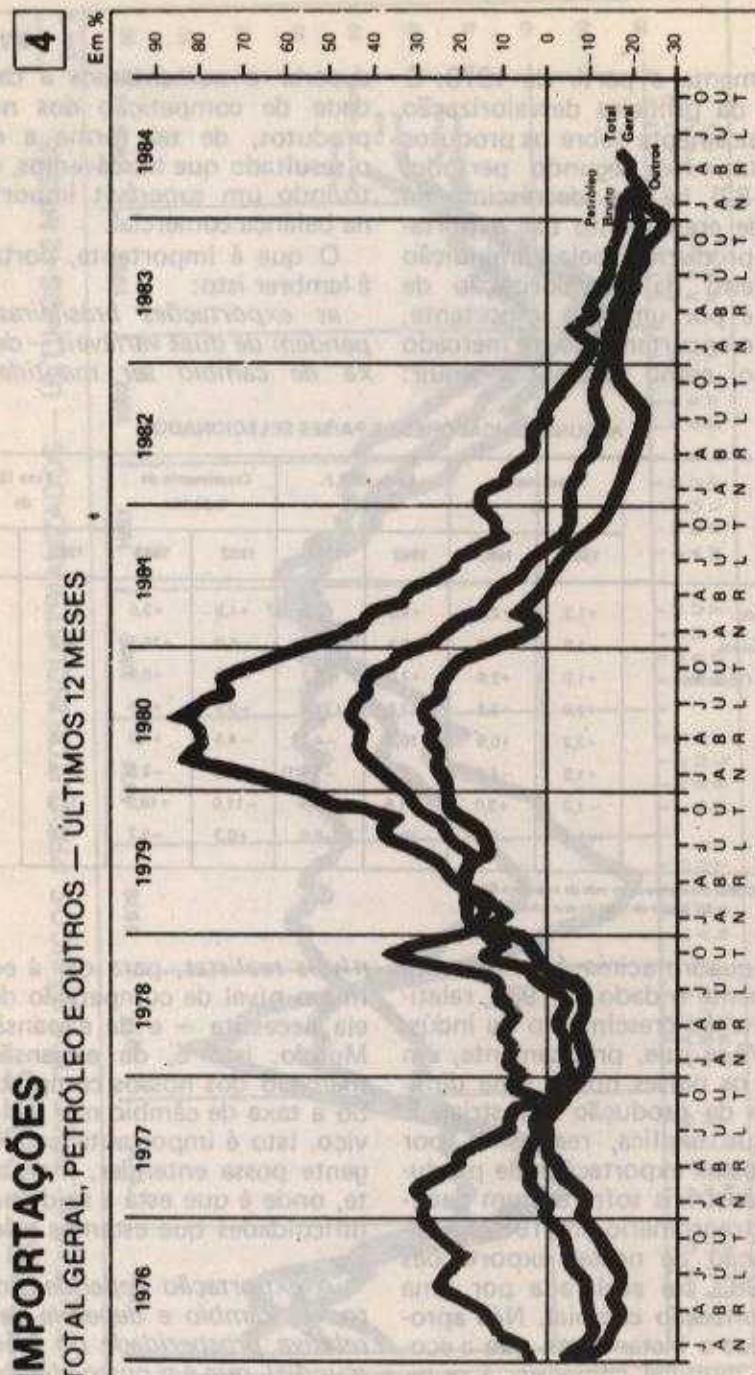
No quadro acima, fixamos principalmente o dado de 1982, relativamente ao crescimento da indústria. Vê-se que, praticamente, em todos os países houve uma diminuição da produção industrial. É isto que explica, realmente, por que nossas exportações de produtos industriais sofreram um declínio extraordinário em 1982. A recuperação de nossas exportações em 1983 foi acelerada por uma desvalorização cambial. Nós aproveitamos o instante em que a economia mundial começava a se re-

níveis realistas, para dar à economia o nível de competição de que ela necessita – e da expansão do Mundo, isto é, da expansão no mercado dos nossos compradores. Só a taxa de câmbio não faz o serviço. Isto é importante para que a gente possa entender, mais adiante, onde é que está a saída para as dificuldades que estamos vivendo.

A exportação depende, portanto, do câmbio e depende de uma relativa prosperidade do mercado mundial, que é o nosso cliente.

1

28



É fundamental observar o que aconteceu com o outro lado da moeda, com as importações, exatamente a outra variável que nós desejávamos corrigir, via desvalorização cambial.

Em 1979, houve uma expansão muito grande nas importações, influenciada principalmente pelo aumento do preço do petróleo. Adicionalmente, vinha ocorrendo um crescimento muito rápido nas importações de produtos industrializados, a partir de meados de 1978. Este crescimento arrefeceu em 1979 e logo em seguida veio a mudança da tendência de crescimento, graças ao efeito do aumento do custo das importações, produzido pela desvalorização cambial de dezembro de 1979. Depois, lentamente, com a própria recessão interna, produziu-se uma diminuição das taxas de crescimento das importações; a partir do segundo semestre de 1982 as importações começam a crescer de novo e só voltam a declinar quando se faz a segunda desvalorização cambial.

As importações, portanto, dependem de maneira muito importante da taxa de câmbio e do estado geral da nossa própria economia.

É importante atentar para essas duas variáveis, porque as pessoas tendem a pensar que os resultados são obtidos sem nenhuma relação de causa e efeito. Os resultados conseguidos no comércio exterior foram consequência da alteração deliberada da taxa cambial. A alteração da taxa cambial produziu novas tensões inflacionárias, mas levou ao resultado que está-

vamos procurando, que era o reequilíbrio externo.

Esse resultado foi auxiliado pela retenção dos pedidos de importações. Com a dificuldade de importar, aliada ao alto custo do produto importado, o industrial é levado a procurar internamente alguém que produza uma determinada peça: ele acaba encontrando um substituto nacional. Graças a esse mecanismo e a um entendimento com as Federações de Indústrias, foi possível produzir nesse período que estamos vivendo, entre 1980 e 1984, uma substituição de importação de pequenas peças e partes complementares que se estima entre 1 bilhão e 1 bilhão e meio de dólares anuais. Peças que eram importadas e que puderam ser produzidas no País, utilizando praticamente a capacidade existente internamente. Foi graças a esse esforço conjunto que conseguimos um resultado razoável no nosso balanço de pagamento.

A alteração da taxa cambial exerceu, também, um papel importante na diminuição do consumo do petróleo, principalmente quando ainda não tínhamos um substituto interno adequado. De seu lado, as exportações de todos os produtos rapidamente cresceram até encontrar e ultrapassar a curva das importações.

Graças a esse fato nós conseguimos um superávit importante na balança comercial em 1983 e esperamos, em 1984, uma redução muito significativa no "déficit em contas-correntes". E o que importa, realmente, é o déficit em con-

tas-correntes, porque é ele que mede o quanto de bens e serviços do Exterior está-se incorporando à economia nacional, a cada ano.

BALANÇA EM CONTAS-CORRENTES
(Milhões US\$)

	1982	1983	1984
Balança Comercial			
1. Exportação	20.175	21.899	24.600
2. Importação	19.395	15.429	15.600
Saldo	780	6.470	9.100
3. Juros (líquidos)	-11.353	-9.555	-10.600
4. Outros serviços	-4.182	-3.290	-3.800
Déficit C/Corrente	-14.756	-8.171	-5.300
Déficit/PIB	5%	2 1/2%	1 2/3%

O quadro anterior mostra o comportamento dos saldos comerciais (em ascensão) e o decréscimo dos déficits em contas-correntes.

Em 1982 tivemos um superávit na balança comercial de 780 milhões de dólares, mas um déficit na conta de juros e outros serviços da ordem de 15 bilhões de dólares, o que nos deu um déficit em contas-correntes de 14 bilhões e 700 milhões de dólares. Isso representa 5% do Produto Nacional, isto é, o que estávamos trazendo do Exterior, como bens e serviços para complementar a economia nacional, era da ordem de 5% do Produto.

Em 1983 o déficit foi reduzido à metade, e em 1984 isso será reduzido a mais ou menos 1,6% do Produto Nacional. É um número compatível com aquilo que achávamos razoável na década de 70. Antes da crise do petróleo.

O Brasil e a América Latina

É importante notar que o esforço de ajustamento da economia

brasileira, para corrigir o desequilíbrio nas contas externas e internas, não constituiu um caso isolado no Mundo. Todos os países dependentes da importação de energia atravessaram — e ainda estão atravessando — crises de ajustamento interno em suas economias, com os consequentes reflexos de natureza política e social.

O desemprego, as restrições em seus programas de crescimento econômico, as dificuldades para manter um fluxo normal de comércio, atingiram indistintamente — embora desigualmente — ricos, pobres e remediados. Mesmo alguns países superavitários no seu balanço energético tiveram que adotar políticas restritivas e realizar esforços semelhantes aos do Brasil para recuperar o equilíbrio perdido. Aqui, na América Latina, poderíamos fazer um exercício tomando o exemplo de quatro países: Brasil, México, Argentina e Venezuela.

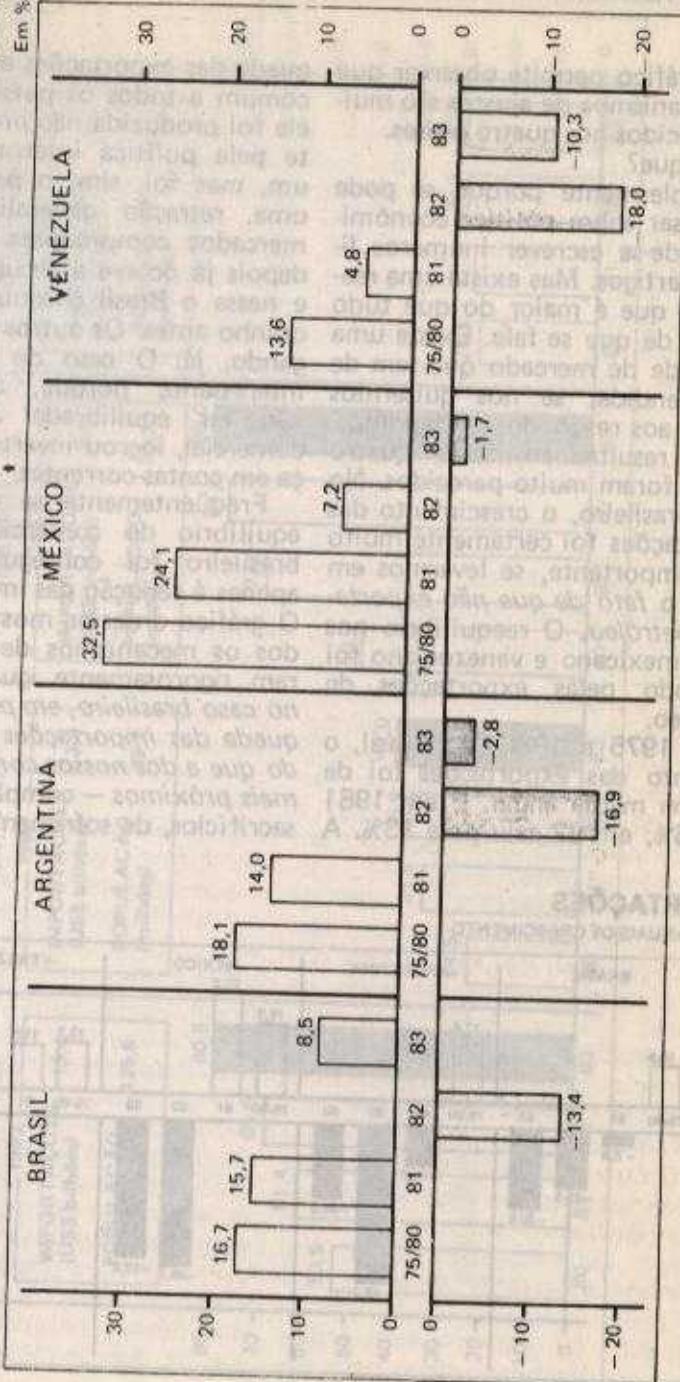
Desses quatro países, o único que tem uma dependência interna na importação de energia é o Brasil. Quando se iniciou o Governo do Presidente Figueiredo, em 1979, o Brasil importava quase 80% da energia consumida. Era uma condição peculiar. O México é um grande exportador de energia. A Venezuela é um grande exportador de energia, com muito mais tradição que o México. E a Argentina é auto-suficiente; a Argentina não importa petróleo; ela realmente exporta um pouquinho de petróleo para o Mundo.

EXPORTAÇÕES

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO

四

Mudanças Estruturais da Economia no Governo Figueiredo



O gráfico permite observar que os mecanismos de ajustes são muito parecidos nos quatro países.

Por que?

Simplesmente porque se pode conversar sobre política econômica, pode-se escrever inúmeros livros e artigos. Mas existe uma realidade, que é maior do que tudo aquilo de que se fala. Existe uma realidade de mercado que tem de ser atendida, se nós quisermos chegar aos resultados pretendidos.

Os resultados nesses quatro países foram muito parecidos. No caso brasileiro, o crescimento das exportações foi certamente muito mais importante, se levarmos em conta o fato de que não exportamos petróleo. O reequilíbrio nos casos mexicano e venezuelano foi auxiliado pelas exportações de petróleo.

De 1975 a 1980, no Brasil, o aumento das exportações foi de 17% na média anual. E em 1981 foi 16%; em 82 caiu para 13%. A

queda das exportações em 1982 é comum a todos os países; isto é, ela foi produzida não propriamente pela política interna de cada um, mas foi, sim, o produto de uma retração generalizada nos mercados compradores. Um ano depois já ocorre a recuperação — e nessa o Brasil chegou um pouquinho antes. Os outros estão chegando, já. O caso do México é interessante porque, apesar de não ter equilibrado a balança comercial, logrou inverter a balança em contas-correntes.

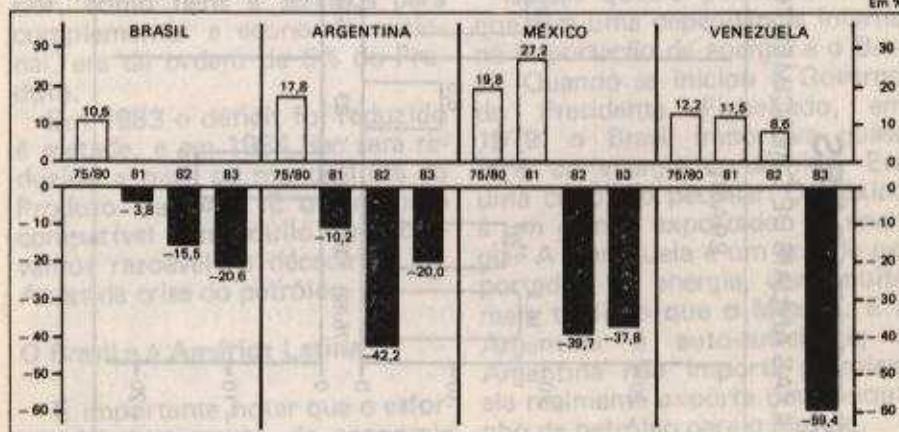
Freqüentemente se diz que o equilíbrio do comércio exterior brasileiro foi conseguido graças apenas à redução das importações. O gráfico anterior mostra que todos os mecanismos de ajuste foram rigorosamente iguais. E que no caso brasileiro, em particular, a queda das importações foi menor do que a dos nossos companheiros mais próximos — companheiros de sacrifícios, de sofrimento — e me-

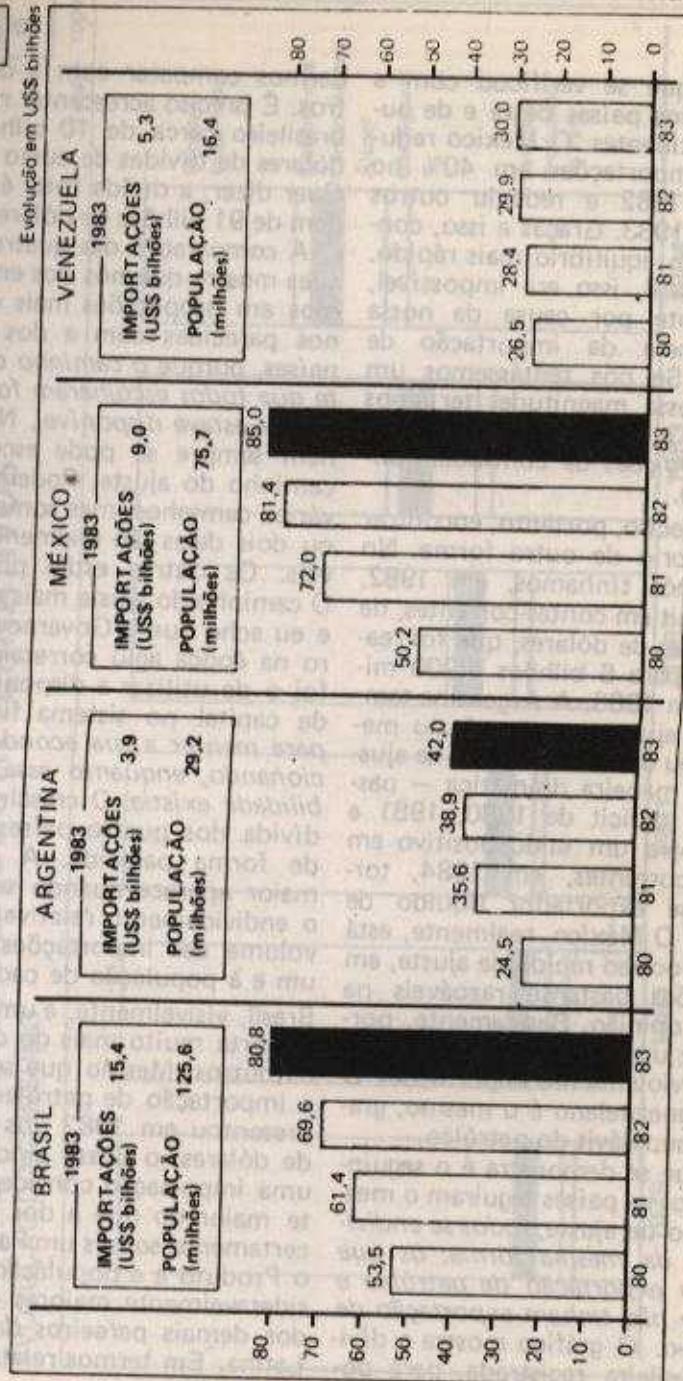
IMPORTAÇÕES

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO

7

Em %





nor do que se verificou com a maioria dos países deste e de outros Continentes. O México reduziu as importações em 40% no ano de 1982 e reduziu outros 38% em 1983. Graças a isso, conseguiu um equilíbrio mais rápido.

No Brasil, isso era impossível, exatamente por causa da nossa dependência da importação de energia. Se nós tentássemos um ajuste dessa magnitude, teríamos de parar o País. A economia não teria condições de continuar funcionando.

Era preciso, portanto, encontrar o equilíbrio de outra forma. No Brasil, nós tínhamos, em 1982, um déficit em contas-correntes, de 15 bilhões de dólares, que foi reajustado para 6 bilhões e 200 milhões, em 1983. A Argentina também se ajustou, mas reduziu menos o seu déficit; o México se ajustou de maneira dramática — passou do déficit de 1980, 1981 e 1983 para um saldo positivo em contas-correntes, em 1984, tornando-se exportador líquido de capital. O México, realmente, está num processo rápido de ajuste, em condições bastante razoáveis na minha opinião. Basicamente, porque fez uma compressão extremamente violenta nas importações. O caso venezuelano é o mesmo, graças ao superávit do petróleo.

O que se demonstra é o seguinte: todos os países seguiram o mesmo tipo de ajuste; todos se endividaram da mesma forma: os que tinham exportação de petróleo e os que não tinham exportação de petróleo. O gráfico mostra a dívida brasileira registrada, para po-

dermos comparar com a dos outros. É preciso acrescentar no caso brasileiro cerca de 10 bilhões de dólares de dívidas de curto prazo. Quer dizer, a dívida total é da ordem de 91 bilhões de dólares.

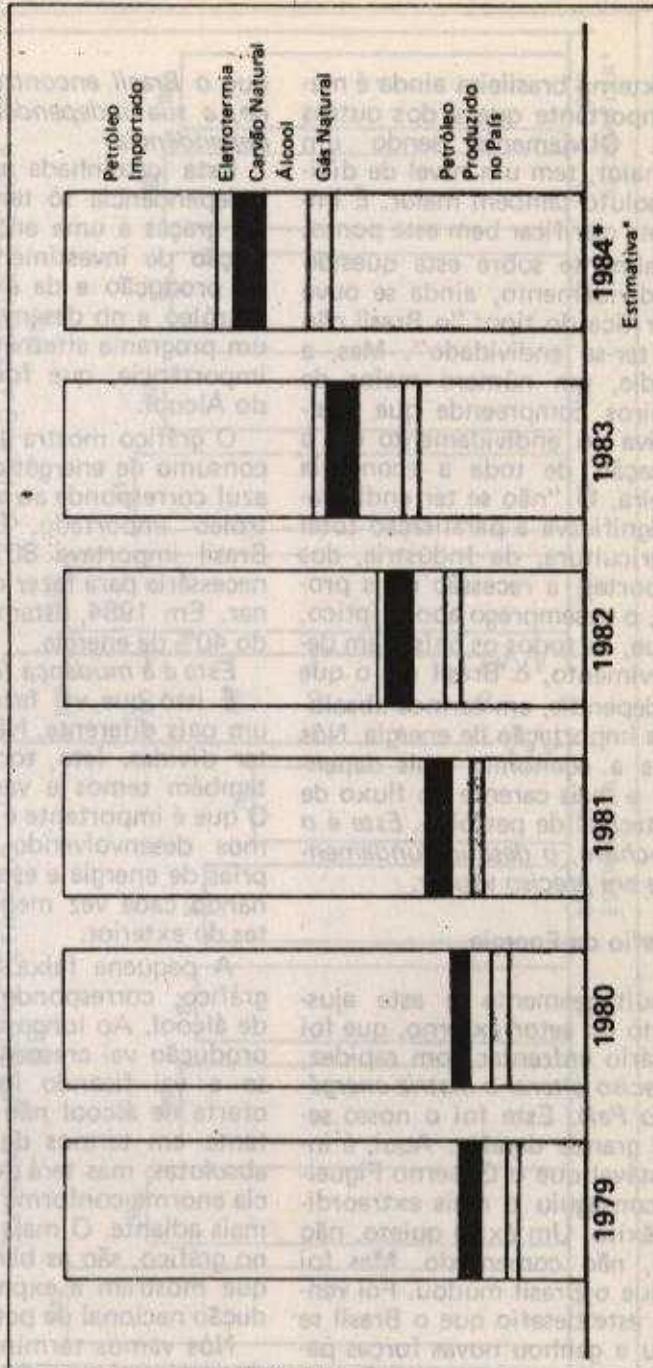
A comparação das quatro situações mostra que nós nos endividamos em proporções mais ou menos parecidas com a dos outros países, porque o caminho de ajuste que todos escolheram foi aquele que estava disponível. Na crise, nem sempre se pode escolher o caminho do ajuste. Podem existir vários caminhos, mas somente um ou dois deles são realmente factíveis. Os outros estão proibidos. O caminho do ajuste mais direto — e eu acho que o Governo brasileiro na época agiu corretamente — foi o de utilizar a disponibilidade de capital no sistema financeiro para manter a sua economia funcionando, enquanto essa disponibilidade existia. O crescimento da dívida dos quatro países ocorreu de forma parecida. A diferença maior aparece quando se observa o endividamento relativamente ao volume das importações de cada um e à população de cada país. O Brasil, visivelmente, é um País que importa muito mais do que todos os outros. Mesmo que se subtraia a importação de petróleo, que representou em 1983 uns 8 bilhões de dólares, o Brasil ainda registra uma importação consideravelmente maior do que a dos outros. E certamente somos um País em que o Produto e a população são consideravelmente maiores do que as dos demais parceiros da América Latina. Em termos relativos, a dí-

9

PETROLEO E ENERGETICOS ALTERNATIVOS

EVOLUÇÃO DO CONSUMO

Total - 100%



vida externa brasileira ainda é menos importante que a dos outros países. Obviamente sendo um País maior, tem um nível de dívida absoluta também maior. É importante clarificar bem este ponto.

Finalmente sobre esta questão do endividamento, ainda se ouve uma crítica do tipo: "o Brasil não devia ter-se endividado". Mas, a cada dia, um número maior de brasileiros comprehende que a alternativa ao endividamento era a paralisação de toda a economia brasileira. O "não se ter endividado" significava a paralisação total da Agricultura, da Indústria, dos Transportes, a recessão mais profunda, o desemprego apocalíptico. Por que, de todos os países em desenvolvimento, o Brasil era o que mais dependia, em termos absolutos, da importação de energia. Nós éramos a economia mais dependente, a mais carente do fluxo de importações de petróleo. *Este é o ponto-chave, o desafio fundamental que era preciso vencer.*

O Desafio da Energia

Simultaneamente a este ajustamento do setor externo, que foi necessário enfrentar com rapidez, era preciso alterar a matriz energética do País. Este foi o nosso segundo grande desafio. Aqui, é incontestável que o Governo Figueiredo conseguiu o mais extraordinário êxito. Um êxito quieto, não falado, não comentado. Mas foi aqui que o Brasil mudou. Foi vencendo este desafio que o Brasil se alterou e ganhou novas forças para recomeçar a crescer. Foi aqui

que o Brasil encontrou, de verdade, a sua independência e não a dependência.

Esta caminhada no rumo da independência só tem sido possível graças a uma enorme concentração de investimentos no setor da produção e da exportação do petróleo e no desenvolvimento de um programa alternativo da maior importância, que foi o Programa do Álcool.

O gráfico mostra a evolução do consumo de energéticos. A coluna azul corresponde ao volume de petróleo importado. Em 1979, o Brasil importava 80% da energia necessária para fazer o País funcionar. Em 1984, estamos importando 40% de energia.

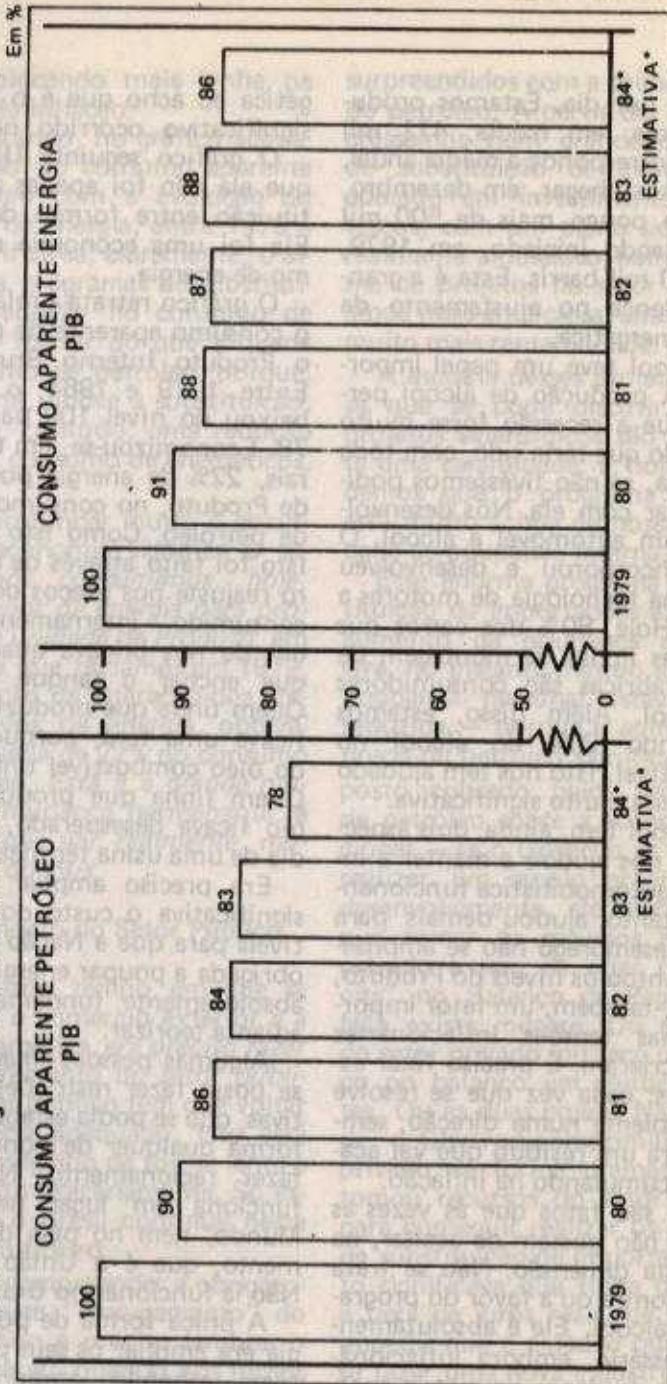
Esta é a mudança fundamental. É isto que vai fazer deste País um país diferente. Não é o fato de ter dívidas. Isto, todos têm. Nós também temos e vamos pagá-las. O que é importante é que nós estamos desenvolvendo fontes próprias de energia e estamos nos tornando cada vez menos dependentes do exterior.

A pequena faixa vermelha, no gráfico, corresponde à produção de álcool. Ao longo dos anos, esta produção vai crescendo lentamente e vai ficando importante. A oferta de álcool não é tão importante em termos de quantidades absolutas, mas terá uma importância enorme conforme mostraremos mais adiante. O mais significativo, no gráfico, são as barras amarelas, que mostram a expansão da produção nacional de petróleo.

Nós vamos terminar 1984 produzindo mais de 500 mil barris de

10

ESFORÇO DE CONSERVAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE ENERGIA



petróleo por dia. Estamos produzindo hoje, em média, 471 mil barris. Corresponde à média anual. Nós vamos chegar, em dezembro, com um pouco mais de 500 mil barris, tendo iniciado, em 1979, com 160 mil barris. Esta é a grande diferença no ajustamento da matriz energética.

O álcool teve um papel importante. A produção de álcool permitiu que a recessão fosse muito menor do que teria sido, com toda a certeza, se não tivéssemos podido contar com ela. Nós desenvolvemos um automóvel a álcool. O Brasil incorporou e desenvolveu toda uma tecnologia de motores a álcool. Hoje, 80% dos carros que saem das linhas de montagem de nossas fábricas são consumidores de álcool. Além disso, estamos misturando 20% do álcool no combustível. Isto nos tem ajudado de maneira muito significativa.

O álcool tem, ainda, dois aspectos: ele nos ajudou a manter a indústria automobilística funcionando, portanto, ajudou demais para que o desemprego não se ampliasse, sustentou os níveis do Produto, mas foi, também, um fator importante nas tensões inflacionárias que se criaram. É preciso fixar estes fatos: cada vez que se resolve um problema numa direção, sempre sobra um resíduo que vai acabar se acumulando na inflação.

Estes são fatos que às vezes as pessoas não gostam de aceitar, na sua exata dimensão. Não se trata de ser contra ou a favor do programa do álcool. Ele é absolutamente necessário, embora inflacionário. Esta mudança na matriz ener-

gética eu acho que é o fato mais significativo ocorrido neste País.

O gráfico seguinte (II) mostra que ela não foi apenas uma substituição entre formas de energia. Ela foi uma economia no consumo de energia.

O gráfico retrata a relação entre o consumo aparente de petróleo e o Produto Interno Bruto (PIB). Entre 1979 e 1984, o consumo baixou do nível 100 para o nível 78. Economizou-se, em termos gerais, 22% de energia por unidade de Produto, no consumo aparente de petróleo. Como isto foi feito? Isto foi feito através de um bárbaro reajuste nos preços do petróleo consumido internamente. Cada um de nós brigava quando tinha que encher o tanque do carro. Quem tinha que produzir cimento ficava uma fera, porque o preço do óleo combustível tinha subido. Quem tinha que produzir alumínio ficava desesperado, se dependia de uma usina térmica, a óleo.

Era preciso ampliar de forma significativa o custo dos combustíveis para que a Nação se sentisse obrigada a poupar energia. Isto era absolutamente fundamental. Não adianta teorizar.

Algumas pessoas imaginam que se possa fazer restrições quantitativas, que se podia estabelecer uma forma qualquer de bônus, ou até fazer racionamento. Nada disso funciona em lugar nenhum do Mundo, nem no país do racionamento, que é a União Soviética. Não ia funcionar no Brasil.

A única forma de poupar energia era ampliar os seus preços relativos, sabendo, embora, que se

estava colocando mais lenha na fogueira da inflação.

Comparando, no gráfico acima, a evolução do consumo aparente de petróleo com a evolução do consumo de energia, entre 1979 e 1984, verifica-se, claramente, o alcance dos programas de substituição. A redução no consumo de energia é menor do que a queda no consumo de petróleo, porque, obviamente, houve a substituição. Obteve-se, contudo, uma redução global no consumo de energéticos, de 14%.

Sem aprofundar muito o assunto, esta economia significa o seguinte: *nós consumimos, hoje, 14% a menos de energia para produzir uma unidade de Produto, em relação ao que fazíamos em 1979.* E em função da alteração dos preços relativos da energia, obteve-se uma queda de 22% no consumo do petróleo. *Esta é a grande mudança, a mudança permanente, a mudança que vai, realmente, mudar a face do País.*

O Ajustamento do Setor Público

Ao mesmo tempo em que se ajustavam o comércio exterior e a matriz energética, era preciso fazer o enquadramento do setor público. O setor público tem que voltar ao tamanho adequado. Isto está sendo conseguido de forma lenta e ainda muito precariamente. Só espero que o Brasil continue neste esforço, no futuro.

Para se compreender a obrigatoriedade desse "enxugamento" do setor público é preciso lembrar o que aconteceu, quando nós fomos

surpreendidos com a primeira crise do petróleo: A partir de 1975, ingressamos num grande programa de substituição de exportações, apoiado em investimentos gigantescos, com um plano siderúrgico realmente ambicioso, com uma soma de projetos no setor químico ainda mais ambiciosa, embora com muito mais rentabilidade.

A escolha desses projetos é coisa que se pode discutir. Alguns projetos siderúrgicos são realmente uma calamidade; e, hoje, entendemos que o programa atômico está muito acima de nossa capacidade de poupança interna.

Esse enorme programa de substituição de importações exigia um aumento da poupança nacional. Ora, no instante mesmo em que a poupança nacional estava sendo reduzida — porque o aumento do preço de petróleo significa um imposto cobrado pelos produtores de petróleo sobre a economia nacional — se o Governo se dispõe a realizar um amplo programa de desenvolvimento, ele acaba tendo que tomar os recursos do setor privado e tem de criar os "déficits" no Balanço de Pagamento. Não existe milagre. Ou eu tomo do setor privado, ou faço um buraco no balanço em contas-correntes. Ou as duas coisas. Na realidade, o Governo comprimiu o setor privado de forma dramática. Ele tomou recursos do setor privado para conseguir realizar os projetos de substituição de importações. Isto significava que tinha de elevar a taxa de juros reais, de forma a impedir que o cidadão que quisesse fazer uma nova indústria pudesse

se fazê-lo, O Governo passou a competir com o setor privado, na disputa pelo mesmo aço e o mesmo cimento usado na construção de usinas, como a Açominas. Por que?

Porque o volume de recursos é relativamente constante. Se o Governo aumenta a sua apropriação — e ele pode aumentar, porque emite moeda falsa todo dia — ele chega na frente e compra o produto, e quem não emitiu moeda falsa não pode comprá-lo; o Governo, na medida em que ampliou o seu programa, obrigou o setor privado a se restringir. Fazer isto, significa elevar a taxa de juros real. Quando nós nos queixamos da taxa de juros, quando nós ficamos perplexos diante do nível da taxa de juro real; quando os empresários, sem compreenderem direito o que estava acontecendo, reclamavam do Governo mais encomendas, não percebiam que estavam pedindo para aumentar a taxa de juros. Mas, os Governos só podem aumentar suas encomendas de duas formas: ou aumentando a sua tributação — coisa que ninguém gosta —, ou aumentando a sua dívida. E para aumentar a sua dívida, aumenta a taxa de juro real.

O Governo, portanto, teve uma expansão singular e imensa com programas, — eu diria que todos eles úteis — mas certamente de um nível de prioridade discutível. Com isso, o setor público atingiu um nível de déficit imenso. O drama neste programa é que, uma vez começado um projeto, tem que terminar. Mesmo que seja um pro-

jeto de baixa taxa de retorno interno, à medida em que pomos recursos nele temos que continuá-lo, não pelo que ele seria, se tivesse de ser começado, mas pelo que ele é depois de estar começado. A Açominas é um projeto dramático, em matéria de rentabilidade interna. Mas hoje é um bom investimento, porque falta pouca coisa para terminar. Isto é, o ruim, pela ação do Governo, vai ficando bom. E o Governo fica preso na sua própria arapuca, na armadilha que ele mesmo montou. Hoje, nós temos de terminar os projetos, porque falta pouca coisa em cada projeto. Se nós compararmos o que falta para terminar um mau projeto com o rendimento do mau projeto, dá um resultado maravilhoso, porque só estão faltando 5% de investimento, enquanto que o resultado deriva da utilização total do projeto. Então, é muito fácil pedir para o Governo: corte aqui, corte ali, sem perceber que o Governo não pode cortar aqui, cortar ali, arbitrariamente. Por que?

Porque existem investimentos que estão muito próximos de ficar prontos. Um está 80% pronto; outro 75%, outro 90% pronto. E para julgar o projeto, você tem que comparar, os 10% adicionais de investimento, com a taxa de retorno global.

O desafio, portanto, consistia em ajustar o setor público de uma maneira um pouco mais cuidadosa. É o que está mostrado no gráfico. Na primeira linha está o déficit operacional. Esse é o déficit real, quer dizer, o Governo, quando fe-

chou sua conta no fim de 1982, tinha um déficit equivalente a 6,6% do Produto Nacional. O setor "Governo" se apropriou desse déficit, quando obrigou o setor privado a ceder esse espaço, através da taxa de juros e através da inflação.

ESFORÇO DE AJUSTAMENTO DO SETOR PÚBLICO

(Em Percentagem do PIB)

Item	1982	Prog. 1983	Pres. 1984	Proj. 1984
Financiamento Total	15,8	18,6	17,7	12,4
Operacional	6,6	2,7	2,6	-0,3
Correção Monetária	9,2	15,9	15,1	12,7
Administração Central	5,4	3,5	4,1	2,6
Operacional	2,0	-0,9	-0,2	-0,8
Correção Monetária	3,4	4,4	4,3	3,4
Estados e Municípios	4,0	5,2	5,3	3,8
Operacional	1,3	0,7	0,8	-0,1
Correção Monetária	2,7	4,6	4,5	3,9
Empresas Estatais	6,8	10,0	8,8	6,6
Operacional	3,5	3,0	2,6	1,3
Correção Monetária	3,3	7,0	6,3	5,3
Outras Instituições	-0,4	-0,1	-0,5	-0,6
Operacional	-0,2	-0,1	-0,5	-0,7
Correção Monetária	-0,2	-	-	0,1

No quadro está mostrado como se compunha o déficit. A administração Central respondia por 2% do Produto, os Estados e Municípios com 1,3% e as empresas estatais com 3,5%. Observe-se o grande peso representado pelo déficit das estatais. Elas respondiam por mais da metade do déficit.

Freqüentemente se critica as estatais, atribuindo-se-lhes a responsabilidade maior. Na minha opinião, porém há uma certa injustiça. As estatais receberam uma missão: O que elas não receberam foram os meios de realizar os projetos. Então, o que é preciso é julgar

isso com um pouco mais de frieza. As empresas estatais receberam um programa que estava muito acima da capacidade interna de poupança deste País e foram designadas para executar o programa, de uma forma ou de outra, do que decorreram pressões inflacionárias visíveis, com elevação na taxa de juros, e assim por diante.

O ajuste que se tinha de realizar no setor público era uma tarefa imensa. Já em 1983, o déficit operacional estava reduzido a menos da metade: foi de 2,7%. Essa era a programação. De fato, a estimativa preliminar para 83 está indicando 2,6% o que é mais ou menos o que tínhamos perseguido. E estamos projetando para 1984 praticamente o equilíbrio do setor Governo. A previsão de 0,3% corresponde a alguma coisa menor do que um erro de estimativa, de forma que a meta é chegar ao final de 1984 com o déficit zerado. Esse é o objetivo de 84. Acredito que o Presidente Figueiredo entregará realmente o Governo com o setor público em equilíbrio.

Gostaria de chamar a atenção, ainda, para o fato de que o peso maior do ajuste foi sobre a Administração Central. Nós viemos de um déficit de 12% para um superávit de 0,8% do Produto, na Administração Central. A Administração Central teve que ser comprimida para que fosse possível terminar os projetos a cargo das Estatais, cujo ajuste veio de 3,5% para 1,3%, em 1984. De fato, o setor mais comprimido foi o da Administração Central. Este é o efeito que todos sentem hoje, não só nos

salários como nas despesas da Administração, em todos os seus campos, civil e militar. Com isso nós fomos caminhando na direção do ajustamento de todo o setor. Não há dúvidas, hoje, de que era preciso diminuir o tamanho do setor público. Fizemos um esforço genuíno de desestatização. Fizemos um esforço genuíno de reduzir a dimensão do setor público.

O quadro a seguir demonstra os resultados desse esforço de cinco anos.

DESESTATIZAÇÃO

1. EMPRESAS PÚBLICAS EXISTENTES NO INÍCIO DO GOVERNO FIGUEIREDO	521
2. EMPRESAS PÚBLICAS CRIADAS NO GOVERNO FIGUEIREDO	4
3. EMPRESAS ATINGIDAS PELA DESESTATIZAÇÃO	151
Por Incorporação	19
Por Extinção	14
Por Fusão	5
Por Privatização	18
Em Extinção	68
Em Privatização	27
4. EMPRESAS PÚBLICAS EXISTENTES HOJE (1 + 2) - 3	374
5. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	50

Quando o Presidente Figueiredo iniciou o Governo, havia 521 empresas estatais, dos mais variados

tipos. Criamos quatro empresas que, acreditamos são absolutamente necessárias. Isso quem vai descobrir é o próximo Governo. Na minha opinião essas quatro são absolutamente necessárias, realmente.

Eliminamos, de várias formas; do setor público, 151 empresas. Dezenove empresas foram absorvidas ou incorporadas por outras empresas. Extinguimos 14 empresas; fundimos cinco delas; privatizamos 18. E estão em processo de extinção 68 empresas. Esse processo de extinção é um processo tumultuado. Cada vez que se vai extinguir uma empresa destas é como se o Brasil fosse terminar. Cada empresa, ao morrer, resiste com todas as armas. No momento, estão em processo de privatização mais 27 empresas. Ao todo, ainda temos hoje 374 empresas. O BNDES e o Banco do Brasil venderam a participação acionária que tinham em 50 empresas. O resultado é pequeno. O resultado é muito pouco significativo, diante do que deveríamos ter feito. Mas é o que foi possível atingir, diante das dificuldades desse processo, que, na minha opinião, tem de ser continuado e tem de ser aperfeiçoado.

A Estrutura Tributária

O que ocorreu de mais importante no acerto do setor público foi a mudança radical na forma de financiamento das atividades do setor. Foi a mudança na forma de capturar recursos do setor privado.

EQUIDADE TRIBUTÁRIA

I. PARTICIPAÇÃO ASCENDENTE DO IMPORTE DE RENDA NA ARRECADAÇÃO FEDERAL

1973 - 29%

1984 - 55%

II. PREPONDERÂNCIA DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CAPITAL NO IMPOSTO DE RENDA, EM 1984.

- IMPOSTO DE RENDA SOBRE CAPITAL: 79%
- IMPOSTO DE RENDA SOBRE TRABALHO: 21%

III. ESTRUTURA ALTAMENTE PROGRESSIVA DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA, EM 1984

20% DOS CONTRIBUINTES MAIS RICOS GERAM 80% DO IMPOSTO DEVIDO

IV. PARTICIPAÇÃO CRESCENTE DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE GANHOS FINANCEIROS DE CUSTO NA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

1983 - 0,02%

1984 - 12,81%

O quadro mostra como esta mudança no processo de financiamento do setor público aconteceu. O Imposto de Renda, é um imposto direto. Ele tem menos efeitos colaterais sobre as categorias de menor renda, isto é, um imposto que tem um pouco mais de justiça do que os outros impostos.

O Imposto de Renda representava, em 1973, cerca de 29% da arrecadação federal. Hoje, corresponde a 55%; ou seja, mais de metade da arrecadação federal é obtida mediante a tributação direta de pessoas ou de empresas. Não se exerce mais diretamente sobre o preço de mercadoria, como no caso do IPI.

Houve um efeito mais importante na mudança dos critérios da arrecadação do imposto de renda, de tal forma que hoje, oitenta por cento do que é arrecadado provém do imposto sobre o capital, isto é, sobre o lucro das empresas, sobre o ganho de capital, sobre todas as

formas de rendimento do capital, aluguéis, e assim por diante. Os 20% restantes correspondem aos rendimentos do trabalho. Na esfera tributária, a alteração foi tão significativa quanto ao que ocorreu com o petróleo.

Inverteu-se a equação. Realmente, hoje, o grosso da tributação, no Imposto de Renda, vem do capital. Alterou-se, ainda, de maneira mais importante, o espectro dos contribuintes, por classes de renda. Hoje, 20% dos contribuintes mais ricos participam com 80% de todo o imposto recolhido. Finalmente, temos, na coluna inferior do quadro, a estimativa do Imposto de Renda sobre os ganhos financeiros.

Os bancos se beneficiaram de todo esse processo de elevação da taxa de juros com lucros imensos. Em 1983 eles tinham uma participação praticamente muito pequena — os lucros financeiros sobre o Imposto de Renda — mas já

em 1984 sua participação representa 13% do Imposto de Renda.

Caminhou-se, portanto, para o equilíbrio, reduzindo-se as despesas e introduzindo-se um pouco mais de justiça na forma de tributação. Há, hoje, muito mais justiça, na forma de capturar da sociedade os recursos que financiam as atividades do setor público.

Esta é uma mudança também extremamente importante. É uma mudança de estrutura. Esta nunca mais volta. Só anda daqui para a frente. É um processo de aperfeiçoamento muito importante que foi conseguido nesse período de Governo do Presidente Figueiredo e que resulta em maior justiça na forma de recolhimento dos recursos.

Reorientação do Processo Produtivo

Restava fazer um acerto sobre o processo produtivo. Era preciso enfrentar o desafio de alterar o processo produtivo nacional, voltá-lo na direção de solucionar os nossos problemas críticos que eram o problema do comércio exterior, a ordenação das contas externas e a matriz energética. Era preciso, então, redirecionar a agricultura e as atividades industriais. A produção agrícola em 1979 era insuficiente. Havia praticamente fila para tudo: fila para feijão, arroz, milho, fila para o leite e a carne. Nós estávamos numa situação extremamente delicada. A agropecuária brasileira tinha crescido muito pouco.

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA Índice 1975 = 100

Ano	Lavouras (Valor)	Grãos (Quantidade)
1973	100	100
1976	97	115
1977	109	118
1978	102	93
1979	109	103
1980	119	131
1981	129	128
1982	122	129
1983	124	118
1984	136	135

Fonte: IBGE/CEPAGRO

O quadro mostra que entre 1975 e 1979 o crescimento da agricultura é muito pequeno. Esse crescimento não é o reflexo apenas da política econômica; ele é refletido por contingências de políticas e é afetado, também, pelas condições do clima. Se o tempo correu melhor ou um pouco pior. Mas a tendência, ela é da política. E nós estávamos com a agricultura praticamente tamponada.

No início do Governo do Presidente Figueiredo ele prometeu, e cumpriu, libertar a agricultura de todos os controles de preços. A agricultura, hoje, não tem mais nenhum controle de preço, com exceção de uma pequena vigilância sobre o óleo de soja. O resto tudo está livre.

Em compensação, nós eliminamos todos os subsídios à agricultura. A agricultura, que recebia um imenso subsídio para produção de alimentos, coisa que não funcionava, teve que passar sem o subsídio. Foi eliminado paulatinamente. Ao mesmo tempo, ligamos a agricultura ao comércio exterior. A taxa cambial foi modificada e permitiu-se uma ligação mais rápida da agricultura com os mercados externos. Hoje ainda tem algum sistema de quota na soja que é simplesmente para organizar a safra, porque senão alguns exportadores afoitos derrubariam os preços lá fora. Existe um sistema de quotas no algodão, também para organizar a safra. Mas ligou-se a agricultura ao mundo externo. E esta era a intenção original do Governo.

Os resultados estão aí, com um progresso bastante acentuado na produção agrícola no período 79 a 84. Tivemos apenas uma frustração na safra de grãos em 1983 quando se combinaram duas coisas: o tempo, que correu mais ou menos mau, e o problema das enchentes no Sul do País, que realmente destruíram 5 milhões de toneladas de grãos, o que não é brincadeira.

Tivemos que enfrentar também as consequências de cinco anos de seca no Nordeste. Desde 1979 o Nordeste praticamente não produziu nenhuma safra. A primeira safra que o Nordeste vai produzir, no Governo Figueiredo, é esta que está iniciando agora, em 1984. É o primeiro ano de inverno, desde

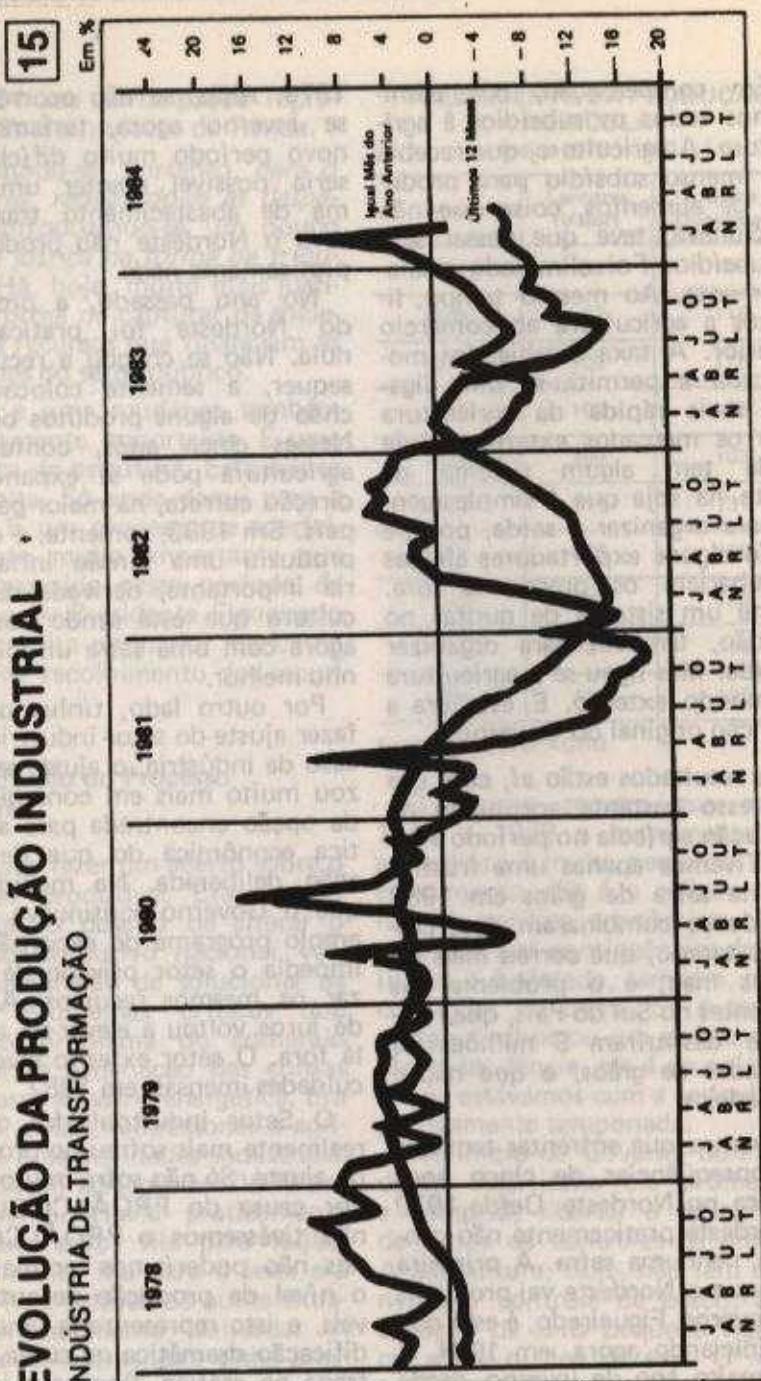
1979. Aliás, se não ocorresse esse inverno agora, teríamos um novo período muito difícil. Não seria possível manter um sistema de abastecimento tranquilo, com o Nordeste não produzindo praticamente nada.

No ano passado, a produção do Nordeste foi praticamente nula. Não se chegou a recuperar, sequer, a semente colocada no chão de alguns produtos básicos. Nesses cinco anos, contudo, a agricultura pôde se expandir na direção correta, na maior parte do país. Em 1983, somente, é que se produziu uma tensão inflacionária importante, derivada da agricultura que está sendo corrigida agora com uma safra um pouquinho melhor.

Por outro lado, tínhamos que fazer ajuste do setor industrial. No caso da indústria, o ajuste se realizou muito mais em consequência da opção encontrada para a política econômica do que de uma ação deliberada. Na medida em que o Governo continuava o seu amplo programa de expansão, ele impedia o setor privado de utilizar os mesmos recursos. A taxa de juros voltou a elevar-se, aqui e lá fora. O setor externo teve dificuldades imensas, em 1982.

O Setor industrial, foi o que realmente mais sofreu no processo de ajuste. Só não sofre muito mais por causa do PROALCOOL. Se não tivéssemos o PROALCOOL, nós não poderíamos ter mantido o nível de produção de automóveis, e isto representaria uma modificação dramática na curva mostrada no gráfico. Porque a indús-

15
T



OPTIONAL ON CERTAIN
PORKS OF AUSTRIA

tria de automóveis é a que tem o maior poder de multiplicação em nossa economia.

Passamos por aquele "fundo do poço" em 1982, voltamos ao fundo em 1983. Agora é que começamos a ter os primeiros sinais de uma recuperação, que eu espero que seja lenta, mas segura. Recuperação na direção correta, porque puxada pelo setor externo, ou seja, uma recuperação que eleva a produção industrial e ajuda a resolver o problema fundamental do equilíbrio externo.

Era esta mudança na estrutura que tinha de ser realizada, e que não atingiria o objetivo a não ser com sacrifícios imensos, sacrifícios dramáticos para o nível de emprego. Tivemos que viver experiências que nunca antes tínhamos imaginado.

Volto a insistir, aqui: este início de recuperação é produto, de um lado, de uma certa estabilização na taxa de juro real, em níveis altos, é certo, por causa da participação do Governo, mas ele reflete um crescimento que a mim parece lento e seguro. Espero que este crescimento continue, realmente, porque ele está no caminho correto; no caminho de estimular a recuperação da produção industrial, ajudando a solução do problema externo.

O efeito desses ajustes sobre o Produto Interno Bruto não foi desprezível.

No gráfico observa-se o que aconteceu no Brasil e em outros três países. Entre 1975 e 1980 o PIB brasileiro cresceu, em média, 6,7%. Enfrentou uma redução

de 1,9%, dois anos depois. Registrou um pequeno acréscimo em 82. E, de novo, uma redução de 3,3% em 1983. Eu espero que em 84, de novo, nós voltemos para o verde; modestamente, mas no verde.

Observe-se que o processo de ajuste foi exatamente o mesmo em todos os outros países. Ninguém ficou imune a esse processo de ajuste. Mesmo os que tinham independência energética. Este gráfico permite mostrar, contudo, que o sofrimento relativo do Brasil foi menor do que a maioria dos nossos parceiros, se medido em termos de PIB. Mas, seja como for, era impossível produzir esse ajuste sem uma redução do nível de atividades. Por quê?

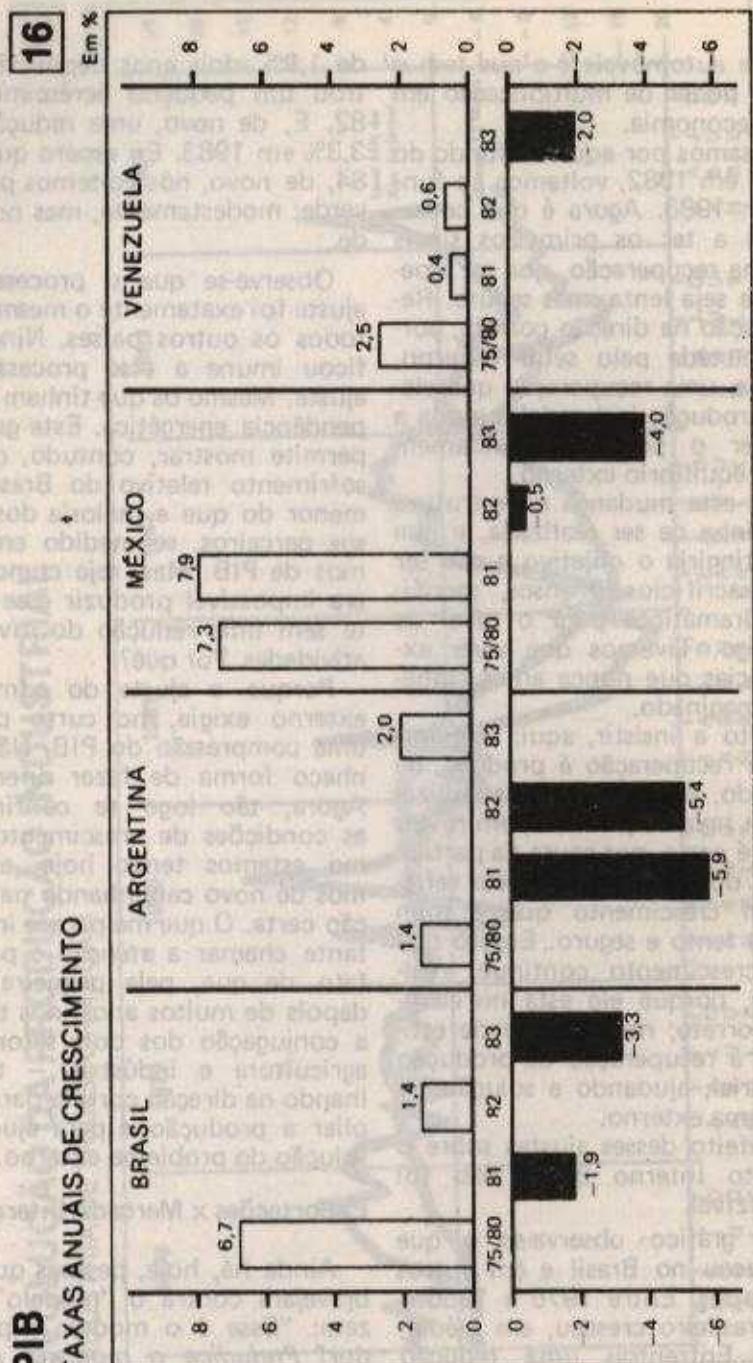
Porque o ajuste do comércio externo exigia, no curto prazo, uma compressão do PIB. Não conheço forma de fazer diferente. Agora, tão logo se confirmem as condições de crescimento, como estamos tendo hoje, estaremos de novo caminhando na direção certa. O que me parece importante chamar a atenção é para o fato de que, pela primeira vez, depois de muitos anos, nós temos a conjugação dos dois setores — agricultura e indústria — trabalhando na direção correta para ampliar a produção e para ajudar a solução do problema externo.

Exportações x Mercado Interno

Ainda há, hoje, pessoas que esbravejam contra o "modelo", dizem: "Esse é o modelo exportador! Prejudica o mercado inter-

16

三



not" Essas afirmações revelam um estado de sublime burrice. Desculpem a forma meio grosseira que usei, mas não sei como me referir a isso, com elegância. Vejamos porque: A renda da exportação é gerada internamente. Quando alguém produz um par de sapatos, ele está distribuindo a renda no Rio Grande do Sul ou em São Paulo e os beneficiários são o trabalhador que produziu os sapatos, o empresário que dirige a fábrica, o homem que criou gado ou o que produziu couro. O mercado interno se expande pelo próprio efeito da expansão das exportações.

É lamentável que até Governadores de Estado fiquem imaginando que a exportação causa algum prejuízo aos seus Estados. Chega-se a propor uma coisa absurda, como introduzir o ICM sobre as exportações, o que, aliás, é um ataque de megalomania do tamanho do Mundo, porque já desde 1820 se chegou à conclusão de que quem tributa é o país consumidor. Não é razoável pretender-se tributar o consumidor estrangeiro, o que é uma coisa que passa um pouco do limite.

A geração de renda da exportação se realiza internamente. Nós vamos exportar 1 bilhão de dólares de calçados este ano. A produção de calçados está concentrada no Vale do Rio dos Sinos (RGS), um pouco em Franca (SP), e outro pedaço importante no Sul de Minas, além de regiões de menor produção em vários Estados.

Se nós deixássemos de exportar este bilhão de dólares de cal-

çados, será que geraríamos a renda correspondente a isso nessas regiões? As pessoas que fabricam os calçados, estariam comprando tecidos, alimentos, máquinas, automóveis, que geram ICM? Um dólar exportado deve gerar internamente mais de dois dólares de renda, no seu processo de multiplicação e, portanto, compensa largamente o ICM que ele não pode cobrar nas exportações. Portanto, vamos deixar de lado este tipo de argumentação indigente e vamos continuar exportando e aumentando a renda interna dos brasileiros.

É importante reter isto: pela primeira vez, depois de cinco anos, nós temos o *reinício de um processo de crescimento na direção correta que não colide com o equilíbrio externo*.

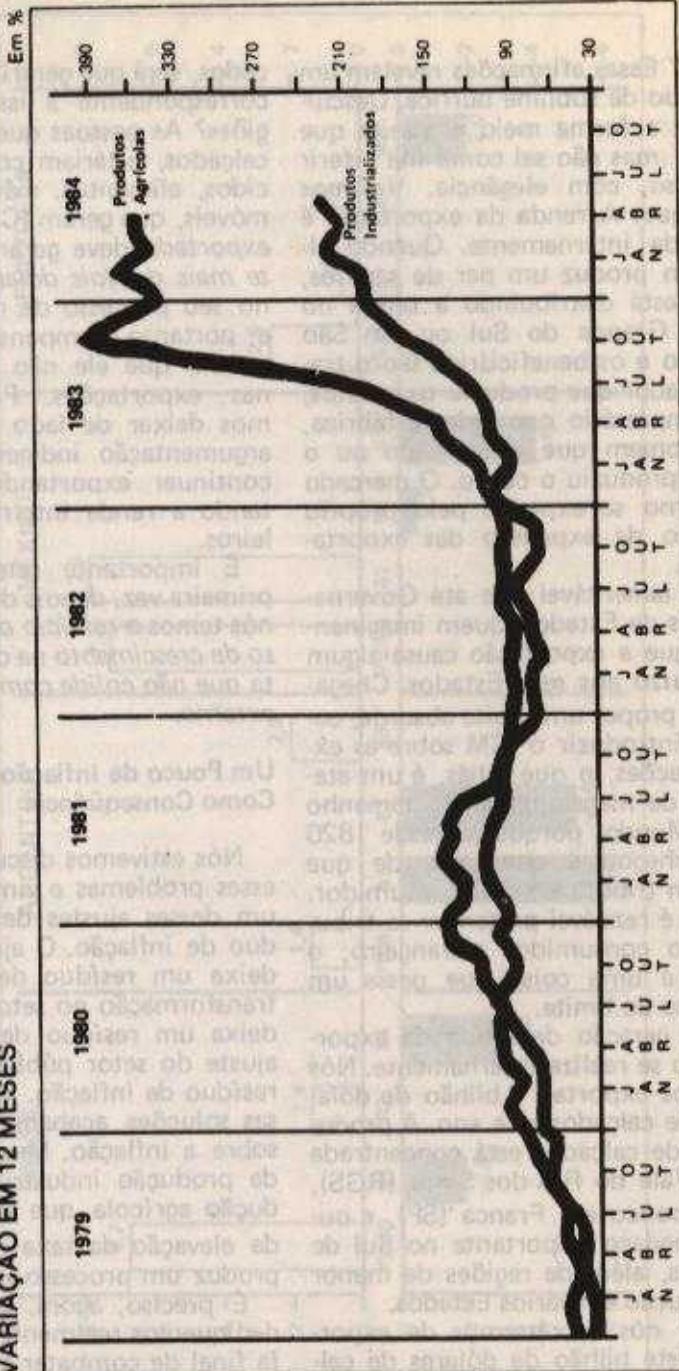
Um Pouco de Inflação, Como Consequência

Nós estivemos discutindo todos esses problemas e vimos que cada um desses ajustes deixa um resíduo de inflação. O ajuste externo deixa um resíduo de inflação, a transformação no setor energético deixa um resíduo de inflação, o ajuste do setor público deixa um resíduo de inflação. Todas as nossas soluções, acabam se refletindo sobre a inflação. Mesmo o ajuste da produção industrial e da produção agrícola, que se fez à custa da elevação da taxa de juro real, produz um processo inflacionário.

É preciso, agora, que nós nos dediquemos realmente a esta tarefa final de combater a inflação, de

17

ÍNDICE DE PREÇO POR ATACADO — OFERTA GLOBAL
VARIAÇÃO EM 12 MESES



reduzir a taxa de crescimento dos preços.

O gráfico mostra os índices de preço industrial e de preço agrícola, na média de 12 meses. Em 1981, já tínhamos absorvido as pressões inflacionárias da primeira desvalorização cambial de 1979. Os preços estavam começando a ceder no período de 81/82. Em 1983, a necessidade de uma nova desvalorização cambial, acrescida de uma frustração importante na safra, resultou numa componente adicional de inflação muito forte. A alta está refletida, no gráfico, em cima dos produtos agrícolas. Os preços dos produtos agrícolas cresceram mais de 350% ao longo dos 12 meses, enquanto o preço dos produtos industriais cresceu em torno de 190%; sendo que o preço do produto agrícola influí no preço do produto industrial. Este foi o resultado da combinação de dois fatos importantes: de um lado, todas aquelas tensões que nós estivemos acumulando após a maxi e, de outro, esta frustração de safra.

Hoje todas aquelas tensões inflacionárias — o aumento de taxa cambial, o controle das importações, o aumento da taxa de juros — estão praticamente absorvidas. Temos, agora, de prosseguir na direção de restringir, realmente, a política monetária, de forma a poder baixar a taxa de aumento do nível de preços. Vejam: ninguém está imaginando que se vai baixar preços. *Nós estamos querendo tirar a inflação de um nível realmente indecente, de 220% ao ano, para um nível não*

menos indecente de 150% ao ano. Não estamos nos propondo nenhuma coisa dramática: desejamos uma redução perfeitamente razoável nos níveis da inflação.

Acredito que vamos conseguir isto. O gráfico ajuda a entender: tem-se praticamente uma estabilidade das taxas, no topo o que significa que as tensões se esgotaram. Acho que a inflação vai declinar. Pode declinar.

Quanto tivermos feito isto, teremos concluídos, realmente, todos os objetivos do programa econômico do Presidente Figueiredo: a solução do problema externo; a modificação da matriz energética; o controle do setor público; a modificação da estrutura produtiva do País. Resta, agora, a redução da taxa de inflação.

O gráfico permite uma comparação com os outros países. Nesta comparação, perdemos. O nosso resultado é bem menos brilhante. Mas, de qualquer forma, mostra o seguinte: em todos os países se colheu o mesmo tipo de efeito; menos graves do que no Brasil, talvez. Tivemos que suportar a coincidência daquela frustração de safras de grãos com a desvalorização cambial. Mas vê-se que todos os países, menos a Venezuela, tiveram aumentos de preços importantes. A Venezuela é um caso interessante. É uma economia praticamente aberta o que lhe permite ter uma taxa de inflação igual à do mercado externo. Ela tem uma taxa de inflação praticamente equivalente à taxa de inflação do Mundo. Por que? Porque é uma economia in-

terioramente ligada ao comércio exterior.

Não há, portanto, nada de muito diferente no caso brasileiro. Nós, de vez em quando, persistimos em imaginar que o caso brasileiro é um caso especial. Há pessoas com uma certa imaginação, que desenvolvem uma teoria econômica especial para o Brasil, que estão desenvolvendo toda uma série de raciocínios destinados a esclarecer o que aconteceu na economia brasileira.

Na economia brasileira não aconteceu nada de muito diferente do que aconteceu nas outras economias. E disso tudo eu tirei uma conclusão, a que já me referi, em palestra anterior na Escola Superior de Guerra: não existe nenhuma Lei econômica. Existe sim, uma *leizinha* que funciona — quem comete os mesmos erros colhe os mesmos resultados.

Nós fizemos rigorosamente o que os outros fizeram e tivemos os

mesmos resultados que os outros obtiveram, um pouco melhor num campo, um pouco pior no outro. Mas, temos uma diferença — esta, sim: é que nós *começamos o período deste Governo com uma dependência externa de 80% na importação de energia* e estamos terminando o Governo com menos de 40% de importação de energia. Com um acréscimo importante: Os nossos preços relativos, o sistema produtivo, tudo está funcionando na direção de reduzir esta dependência a níveis insignificantes, num futuro muito próximo.

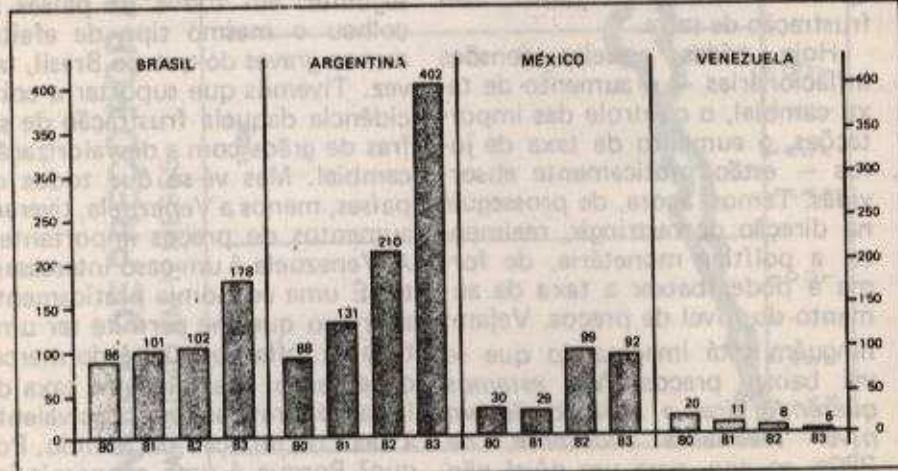
Atualmente, uma pergunta que nos assalta a todos: mas não temos futuro? Certamente temos. Esta pergunta o Brasil se faz desde 1500. E estamos aqui. Quando se iniciaram as grandes modificações estruturais em 1964, nós éramos certamente a 48^a ou a 49^a economia mundial. Somos, hoje, a 8^a economia mundial. E vamos continuar prosperando.

INFLAÇÃO

PREÇOS AO CONSUMIDOR

18

Em %



Este quadro representa um exercício que, como tantos outros, tem um valor relativo. Seu valor maior reside no fato de que foi publicado pelo Banco Mundial.

Vejamos os parâmetros dessa projeção. Ninguém hoje se aventuraria a fazer uma projeção de dez anos, mas o Banco Mundial tem obrigação de fazê-lo. Eles fazem uma hipótese sobre o preço do petróleo — e a hipótese prevista é de 7% de crescimento anual, mais ou menos como a inflação mundial; fazem uma hipótese sobre a taxa de juros — (LIBOR) — de 10% e 9% A.A.; fazem uma hipótese sobre o crescimento das economias industriais; e uma hipótese, bastante razoável, sobre o crescimento da produção industrial do Brasil. A taxa deste ano nos surpreendeu; o crescimento industrial não vai ser —2. Acredito que vai ser um número positivo. Mas não importa. Estas são as hipóteses do modelo que o Banco Mundial fez para construir uma projeção do balanço de contas-correntes nos próximos dez anos.

As projeções do Banco Mundial sugerem a seguinte indagação: co-

mo é que se mede a dependência do país e como é que se mede a importância da dívida?

Mede-se pela relação entre o serviço da dívida e as exportações. Esta relação, hoje, está num número alto, em torno de 70%. A estimativa do Banco é de que a dependência vai caindo de forma gradual e permanente, no decorrer dos próximos dez anos. A dívida sobre o PIB também decresce gradualmente e com um pouco mais de intensidade. São estas projeções que informam os credores estrangeiros. É isto que informa quem pensa o Brasil cinco ou seis anos na frente. Estas coisas estão montadas para que não volte a acontecer uma crise no setor externo.

Há 50 hipóteses desse tipo. Mas, todas elas apontam o resultado de que o Brasil realmente é solvável. Foi esta convicção que permitiu que nós negociássemos a nossa dívida em 1982; a mesma convicção que presidiu as negociações da dívida em 1983 e 1984. E que vai permitir que nós negociemos daqui para a frente.

O importante é compreender isto: o Brasil mudou. *A estrutura produtiva nacional se alterou de*

PROJEÇÕES DO BANCO MUNDIAL

Hipóteses Básicas

	1984	1985	1986	1987	188	1989	1990	1991	1992	1993
Preço Internacional do Petróleo (US\$ barril)	30	33	36	40	43	47	52	57	63	70
Libro (%)	10	09	09	09	09	09	09	09	09	09
Crescimento Anual das Economias Desenvolvidas (%)	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
Crescimento Industrial no Brasil (%)	-2,0	3,0	4,0	6,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0

PROJEÇÕES DO BANCO MUNDIAL
1984 – 1993

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Saldo Comercial	9,0	10,4	11,9	13,3	15,3	17,8	20,8	23,8	27,1	31,0
Exportações	25,2	28,9	32,8	37,2	42,3	48,5	55,9	63,8	72,9	83,4
Importações	16,2	18,5	20,9	23,9	27,0	30,7	35,1	40,0	45,8	52,4
Saldo Transações Correntes	-8,0	-5,8	-5,0	-4,6	-3,7	-2,3	-0,6	1,2	3,6	6,5
Serviço da Dívida:										
Exportação(%)	71,2	67,6	71,8	66,8	66,8	65,7	60,3	54,2	50,9	45,1
Dívida/PIB (%)	36,3	34,6	33,3	32,3	30,9	29,2	27,0	24,7	22,3	19,9

maneira significativa nos últimos cinco anos. Nós temos grande dificuldade de ver isto, porque todos esses fatos estão encobertos por uma nuvem, que é este processo inflacionário grave que nós estamos vivendo.

Mas o Brasil mudou, mudou exatamente onde devia mudar. Mudou na matriz energética; mudou na estrutura do setor público; mudou na estrutura produtiva. E é por isto que eu tenho a mais absoluta confiança de que vamos continuar a realizar o nosso desenvolvimento. Resolvemos o equilíbrio externo e vamos resolver o equilíbrio interno.

DEBATES

Após a conferência, o Ministro Delfim Netto colocou-se à disposição dos estagiários da Escola Superior de Guerra, para responder a perguntas. O texto a seguir contém a íntegra das perguntas e respostas formuladas no período regulamentar

Primeiro Debatedor – Sr. Ministro, considera V. Exa. possível

compatibilizar, em médio prazo, as seguintes evoluções?

a) O serviço crescente da dívida externa induzindo necessidade crescente de saldos positivos na balança comercial, exercendo, por sua vez, pressões sobre os meios de pagamento?

b) Política cambial necessariamente visando a premiar exportações e, como tal, onerando importações, elevando os custos de produção internamente dos bens e serviços dependentes de insumos importados?

c) Desaceleração inflacionária?

d) Ampliação da propensão a poupar?

e) Retomada de crescimento?
Muito obrigado.

Ministro Delfim Netto – Vamos analisar por etapas. Primeiro, quanto ao serviço da dívida externa – qualquer que seja a hipótese que você faça, – ele deve ser compatível com uma expansão adequada das nossas exportações. Se as nossas exportações continuarem crescendo 10%, 12%, um pouquinho mais, 15% ao ano, não haverá pro-

blema adicional para o serviço da dívida. Mas, a balança comercial não deve ser olhada como se fosse o resultado final. Temos que olhar, de preferência, o resultado do balanço em contas-correntes. Como o balanço em contas-correntes vai ser negativo, o efeito final será de menor pressão sobre os meios de pagamento. Há pressão sobre os meios de pagamento enquanto estiverem crescendo as reservas. Por exemplo, neste ano, temos alguma pressão sobre os meios de pagamento.

Por quê?

Porque nós salmos de uma reserva negativa, de menos 3 bilhões de dólares (isto é, partimos de um déficit comercial de 3 bilhões de dólares sem nenhuma reserva) e temos, hoje, em Caixa, 4 bilhões de dólares. Esses dólares foram transformados em cruzeiros e é fácil imaginar o que aumentou em meios de pagamento. Vamos terminar o ano, creio, com alguma coisa parecida com 5 bilhões de dólares. Esse ano, estamos injetando recursos por causa do aumento das reservas. Mas, as reservas não vão crescer a essa velocidade sempre. Elas deverão crescer um pouco menos, crescerão a uma velocidade menor.

Como é que se compensa isso? Tem-se que compensar isso através da política de mercado aberto. E é que temos procurado fazer. Injetamos recursos no mercado comprando dólares e retiramos vendendo títulos. Pode-se imaginar o seguinte: isso também é um processo que tem limites, não pode

continuar indefinidamente. De fato, não vai continuar, porque ninguém imagina que as reservas vão continuar crescendo à velocidade que cresceram este ano.

De forma que, é preciso essa compatibilização no que diz respeito à sua questão a.

A política cambial — necessariamente — e o senhor tem toda a razão — vai premiar a exportação e punir a importação. Mas temos de distinguir aqui, o seguinte: nível de preços é uma coisa, inflação é outra. Inflação é aumento do nível de preços. Quando se corrige a taxa cambial real, o efeito é ampliar o nível de preços. Aumentamos o nível de preços das exportações e o nível de preços das importações. Suponha que não existisse nenhuma inflação. Isso causaria um aumento de preços menor do que a desvalorização cambial, mas os preços não subiriam mais; eles subiriam uma vez só.

Então, o efeito da desvalorização cambial é quando se faz a desvalorização cambial real. Isso nós já fizemos em 1979 e voltamos a fazer em 1983. Daí para a frente, corrige-se o câmbio, digamos, pela correção monetária. Não se está produzindo uma inflação autônoma, estamos simplesmente carregando a inflação para a frente. A elevação da taxa cambial é produto da inflação, ela não é a causa original da inflação. Ela só produz um efeito autônomo sobre os preços quando se faz uma desvalorização cambial real.

Sobre a sua terceira questão, eu não tenho dúvida de que é possí-

vel termos uma desaceleração inflacionária. Eu acho que o exemplo de 1981/82 mostra que uma vez absorvidas as grandes tensões pode-se ter uma redução. A desaceleração inflacionária é menor do que poderia ser com uma política como a que temos hoje, praticamente com a eliminação do déficit público e os meios de pagamento controlados em torno de 86%. Mas não desacelera mais depressa por causa dos mecanismos de correção monetária que foram introduzidos ao longo do tempo no Brasil.

Já, a ampliação da propensão a poupar é uma questão que está ligada muito mais à atividade dos indivíduos e das empresas. Um pedaço das altas taxas de juros que temos hoje é praticado exatamente para induzir a essa poupança. O que é lamentável, como eu disse, é que esses recursos sejam utilizados em projetos cujas prioridades são um tanto duvidosas.

Quanto à retomada do crescimento, acho que estamos diante dela. Estamos retomando o crescimento, ainda num ritmo lento, mas, espero, com maior segurança. Este crescimento vem respaldando naquelas mudanças a que me refiro: a ênfase na agricultura e o redirecionamento na indústria, impulsionado pelo setor exportador.

Segundo Debatedor — Sr. Ministro, é sobejamente conhecido que o déficit público norte-americano está sendo financiado pelos países em desenvolvimento, por causa da

elevação da taxa de juros no mercado internacional. Por outro lado, se o déficit norte-americano for reduzido de forma violenta, os países que dependem da exportação sofrerão muito. Como desatar tal nó?

Ministro Delfim Netto — Acho o seguinte: existe um nó, mas eu não sei se é bem este a que o senhor se referiu. Vamos pensar um pouco sobre a primeira idéia. Dizer que estamos financiando o déficit americano é um pouco de exagero.

Financia o déficit americano quem compra bônus do Tesouro americano. Há países subdesenvolvidos que compram bônus do Tesouro americano. A elevação da taxa de juros certamente é produzida pela dimensão do déficit. Mas creio que é um exagero dizer que os subdesenvolvidos estão financiando o déficit americano.

O que nós podemos reclamar é contra o déficit americano mas, ainda assim, com jeito. Recentemente, estive lá. Os americanos dizem o seguinte:

"Está bem, você está querendo reduzir o "meu" déficit. Eu reduzo. Agora, quem paga o porta-aviões que está no Oceano Índico?

Ou quem paga a esquadra no Mediterrâneo, mais os porta-aviões no Pacífico, a VIII Força que eu tenho que manter em tal lugar?

Você está pedindo para mim o seguinte: "Reduza a sua segurança nacional porque estou sendo incomodado."

Eles jamais vão atender a uma coisa dessas.

O que estamos querendo impor aos Estados Unidos é uma coisa que não queremos que os Estados Unidos façam conosco, ou seja, que eles nos digam o que devemos fazer.

Então, o problema do déficit americano precisa ser olhado com muito cuidado. Nós temos que sugerir que eles se acomodem. Quer dizer, os Estados Unidos são como um elefante num quarto 2 x 2. Quando ele dá uma mexida, os amigos sobem no lustre e os inimigos saem pela janela. Então, o que se tem que pedir é que eles se acomodem, quer dizer, "não se mexam, fiquem quietinhos". Agora, não dá para chegar para eles e dizer: "Reduzam o déficit". Eles dizem: "Está bem. Reduzimos o déficit; e o que fazemos com este problema de segurança do Mundo?".

Então, parece-me que é preciso ter em conta isso, se queremos realmente atingir os nossos objetivos. Eu acho que eles vão reduzir o déficit, porque eles também não gostam da taxa de juros alta. Há uma coisa que muitas pessoas não entendem: este ano, os Estados Unidos vão pagar 60 bilhões de dólares somente em juros aos portadores de bônus do Tesouro americano. Vamos supor que, nos Estados Unidos, os juros caissem de 12% para 8% ao ano. Isso significaria uma economia para o Tesouro americano de 60 bilhões de dólares, de pagamento de juros. Os americanos têm tanto interesse co-

mo nós em reduzir os juros. Precisamos compreender que não somos capazes sequer de controlar o preço de uma lata de sardinha, que é a coisa aparentemente mais simples de controlar. Do mesmo jeito, ninguém controla a taxa de juros. Ela é produto da convergência de uma série de forças no mercado. No fundo, ela é produto da oferta e da demanda de fundos. Como os Estados Unidos têm um déficit comercial gigantesco — 12 bilhões de dólares por mês — ou seja, 144 bilhões de dólares num ano, eles são obrigados a tentar um movimento de capitais no sentido contrário. Para fazer isso, como há uma escassez de fundos, as taxas de juros sobem nos Estados Unidos, e o capital migra para os Estados Unidos. De um único país desenvolvido migraram recentemente 25 bilhões de dólares para aplicação no mercado financeiro norte-americano.

Esse mecanismo tem uma contrapartida. Suponha que eu diga a eles: "Eu não quero que vocês atraiam mais capital".

Eles dizem: "Vou reduzir o déficit comercial".

Bom, se eles reduzirem o déficit, eu caio de joelhos. Quer dizer, eles vão cortar as minhas importações, o que vai impedir que eu resolva os meus problemas; e não vai resolver o problema deles.

Nós temos aqui uma contradição que não pode ser resolvida simplesmente pedindo aos Estados Unidos que reduzam o seu déficit. Isso também não vai ser resolvido

simplesmente imaginando que os países subdesenvolvidos estão financiando o déficit americano. Por uma razão muito simples, eu diria: é que todos os países subdesenvolvidos, juntos, não têm 200 bilhões de dólares de recursos para financiar o déficit americano. É uma questão de dimensão.

Este ano eles vão crescer 6% o seu produto, de quase 4 trilhões de dólares. Vão dar uma respirada e isto significa crescer 240 bilhões de dólares. O nosso Produto é 300 bilhões. A respirada deles, só de encher o pulmão, equivale a dois terços da economia brasileira. É preciso não perder de vista a relatividade do tamanho de cada um de nossos países diante da economia dos Estados Unidos. Temos que realmente fazer uma política monetária adequada, mas não adianta simplesmente desejar ou acreditar que eles possam reduzir o déficit. No fundo, nós precisamos do déficit deles. Nós precisamos do porta-aviões deles no Mediterrâneo, no Índico, para garantir o nosso suprimento de petróleo.

Não adianta pedir para eles: "Vocês saiam desse negócio e deixem outros tomarem conta".

Só se nós não precisássemos mais de petróleo do Oriente Médio.

Podíamos dizer: "Aumentem os impostos".

Mas, não é fácil, principalmente agora, com a proximidade das eleições de novembro.

Então, a última coisa que se po-

de esperar este ano é que se decidam a aumentar os seus impostos.

Terceiro Debatedor — Eu já tinha e tive aqui a certeza de que o senhor sabe das grandes dificuldades que estamos passando, junto com o País. E não são poucas, Sr. Ministro. Eu acredito, porque acredito no seu patriotismo, que neste momento a moratória nos levaria a uma situação pior pois, se assim não fosse, o senhor já teria propugnado por ela. Mas deve haver um patamar a partir do qual não haveria outra solução, não valeria a pena continuar lutando. Eu pergunto: este ponto está muito longe?

Ministro Delfim Netto — Espero que esteja cada vez mais longe. Deixe-me dizer-lhe porque: a moratória é uma daquelas coisas muito fáceis de falar e difíceis de executar.

Suponha que o Brasil fosse rigorosamente independente da importação de energia. Então, eu acho que nós tínhamos uma chance de dizer ao credor: "Vocês me esperem, um dia qualquer vou decidir e volto para conversar com vocês".

Mas, a partir daí, nós iríamos viver como?

Não podia deixar nem o avião da Varig sair daqui, porque, quando ele pousasse em Paris, o banco credor pegava o avião da Varig. Não deixava nem o navio do Loide sair, porque, quando ele entrasse em Dacar, catavam ele lá e não voltava mais.

Agora, vamos supor um país que importa, ainda hoje, 40% da

sua energia: pode o país tomar uma atitude como esta?

Isto é uma coisa impensável. Ninguém faz isso, a não ser diante da situação mais dramática, da impossibilidade de conversar com o credor.

Diante disso, o que é que nós temos feito? Nós vamos lá, conversamos, renovamos o crédito, esticamos pagamentos e assim vamos continuar vivendo. Então, qual era a vantagem de chegar lá e dizer: "Eu não pago mais"?

Esta é uma atitude que não conduz a coisa alguma.

Porque a força só se pode usar quando realmente se tem condições de impor a vontade ao inimigo. Se não tiver essa condição, é bom não usar a força, que ele acaba usando a dele em cima de nós.

O que foi que fizemos nesses dois anos, em que as pessoas ficaram exigindo a moratória?

Não declaramos moratória nenhuma, pagamos a quem nos emprestou dinheiro, limpamos todos os atrasados comerciais. Chegamos a ter entre 3 e 4 bilhões de dólares de atrasados comerciais e ninguém deixou de fornecer ao Brasil.

Por quê?

Porque o Brasil nunca disse que não ia pagar.

Eu acho que é isto que convém à Nação brasileira.

Ninguém deve imaginar que vamos poder saldar toda a dívida; nem os banqueiros esperam isso.

Ninguém pensa nisso.

O que vamos fazer é uma coisa

muito simples: nós vamos trabalhar, diminuir a nossa dependência externa, fazer a dívida crescer menos do que as nossas exportações para, daqui a quatro ou cinco anos, estarmos numa situação mais folgada e tudo funcionando direito.

Não se pode imaginar que o Brasil iria pegar 100 bilhões de dólares e devolver todo esse dinheiro aos banqueiros.

Nenhum banqueiro é ingênuo para pensar que essa hipótese seja verdadeira. O máximo que ele quer é receber os juros, e mesmo assim quando tivermos disponibilidade. Esta é a mecânica pela qual as coisas funcionam.

Nós temos de fazer as exportações crescerem mais do que a taxa de juros. Ponto final.

Se fizermos isso, a nossa situação não piora: melhora.

É claro, se continuarmos a ter déficits em contas-correntes de 14 bilhões de dólares, ninguém vai poder financiar. Mas, se tivermos um déficit de 4 bilhões no final do ano, todo mundo vai continuar financiando.

Quarto Debatedor — Sr. Ministro, gostaria de conhecer a opinião de V.Exa. acerca da controvertida questão da desindexação da economia brasileira. Muito obrigado.

Ministro Delfim Netto — Esta é uma pergunta igualmente importante. Acho que vale a pena gastar alguns minutos para a gente entender, porque se está colocando uma questão fundamental. Este ano tivemos duas modas: a primeira, era

desdolarizar. Aquilo logo morreu. Verificou-se que se queria continuar usando a velha técnica do lucro privado e do prejuízo socializado. O Governo não aceitou.

Depois, veio a grande onda da desindexação, que continha em si uma coisa extremamente importante, porque é visível que o sistema de indexação dificulta a solução do problema inflacionário.

Vamos supor que se conseguisse multiplicar tudo por um número: 0.5. Poder-se-ia corrigir o salário, o câmbio, a caderneta de poupança, a correção monetária, os CDBs, tudo em 0.5 do Índice de Preços. Suponhamos que isto tivesse sucesso. Acredito que baixaria a inflação realmente.

Agora, é preciso prestar atenção sobre o seguinte: apenas um único ativo, sobre o qual não temos nenhum controle, ia ficar livre, pagando correção monetária plena.

É o dólar no mercado negro. Então, o que ia acontecer?

No primeiro mês, todo mundo continuava depositando seu dinheiro na Poupança. Mas, quando chegasse o dia 15 do mês seguinte, o cidadão ia ver que o câmbio negro começou a subir, e ele com o dinheirinho na Poupança. Ele ia ficar achando que é melhor retirar o dinheiro da Poupança e comprar um dolarzinho no negro. . . E, rapidamente, cada um de nós diminuiria a sua Poupança em caderetas, em CDBs etc., para comprar dólares no câmbio-negro. . .

Da mesma forma, o exportador, vendendo o seu dólar oficial corrigido

pela metade e o dólar no negro subindo inteiro, ia começar a pensar que o melhor negócio seria subfaturar um pouquinho na exportação. "Vou tirar uns dois dólares por tonelada e vender a diferença no negro. Minha consciência está tranquila".

Ele subfaturaria.

Já o importador agiria de forma parecida, mas no sentido inverso. Colocaria mais alguns dólares na fatura de importação, superfaturaria a mercadoria que estava importando, também para vender os dólares excedentes no câmbio-negro, aproveitando as boas taxas.

Bem, qual seria o resultado dessa prática generalizada no mercado cambial?

Seria uma redução extremamente rápida dos saldos na balança comercial. Enquanto isso, o câmbio-negro estaria próspero, com uma taxa a 70 ou 100% acima da taxa oficial de câmbio.

Rapidamente, o que o Governo teria de fazer?

Não tem como conviver com o encurtamento do saldo na balança comercial; ele tinha de fazer uma desvalorização do câmbio oficial. Ele ia realmente puxar o oficial mais ou menos para o nível do negro, para eliminar a diferença entre os dois. E começava tudo de novo.

Então, em todo esse problema ninguém explicou o seguinte: há uma variável solta. Isto não é um sistema de equações, não é um sistema fechado. Há uma variável solta. Todo mundo recomenda desin-

dexação, mas ninguém foi capaz de dizer o que fazer com o dólar que está solto. É fácil sugerir a desindexação. O duro é "desindexar" mesmo e arrostar, depois, as consequências...

É preciso desindexar, mas, infelizmente, não há como desindexar.

Nós temos de ganhar esta guerra sem mexer no sistema de desindexação. Quando a inflação chegar a um nível razoável, aí, sim, acho que tem de acabar com isso do dia para a noite. Nós temos de nos livrar desse fantasma. Isso é um negócio que vem do passado e passa para o futuro e vai-nos empurrando a todos. Foi um instrumento maravilhoso, na época apropriada. Nenhum país enfrentou inflação de 200% sem correção monetária. Não tinha como viver. Nenhum país podia ter feito o que se fez de 1964 a 1973 — reduzir a inflação de 80 para 15% — sem um instrumento como este. Mas ele é um instrumento perverso. Ele depende do sinal da derivada. Quando a derivada está crescendo, quando os preços estão crescendo, ele tem um efeito tremendo, tem um efeito muito rápido, empurra tudo à frente. Quando os preços estão baixando, ele tem o efeito de retardar. Agora, é claro que o senhor não pode ter uma coisa que só funcione abaixo. Enquanto agia na direção correta, tudo funcionou maravilhosamente.

Quinto Debatedor — Sr. Ministro, ficou sobejamente demonstrado que o Governo se viu obrigado a aceitar, a conviver com as diversas tensões inflacionárias, decor-

rentes das medidas de ajuste e correção que ele se propunha a fazer.

O consenso da população é de que talvez uma das únicas medidas mais fortes de correção e combate à inflação teria sido a restrição aos reajustes salariais. O Governo admite que é um forte fator realimentador da inflação, até mesmo a reposição salarial a níveis do INPC, ainda que expurgados. Uma das fortes tensões inflacionárias seria a taxa de juros muito acima da inflação. V.Exa. nos deixa supor que talvez se mantenha esse nível elevado, em que pese isso poder, na medida em que se eleva a taxa de juros, reduzir o nível de investimentos. Considerando a estratégia de desenvolvimento em relação à política salarial e em relação à taxa de juros, como vai o Governo proceder daqui para diante?

Ministro Delfim Netto — Há duas questões, aqui, da maior importância. O salário real não é o salário no pico. O salário real, obviamente, é o salário na origem, menos aquilo que a inflação comeu durante o período em que vigiu. Pode-se admitir, aí, uma função contínua, mas está na média. Não sei bem se a média aritmética, mas alguma coisa no meio entre aquele máximo, na hora do reajuste, e aquele mínimo, que é exatamente um dia anterior ou um mês anterior ao reajuste. Com o 2.065, o Governo não pretende reduzir o salário real. O Governo tem uma política que mantém o salário real.

O 2.065, não reduziu o salário real. Ele mantém o salário real re-

lativamente constante. O que acontece é que, entre o reajuste e a correção nova, tem-se um desgaste permanente. Digamos, no nosso caso, que somos funcionários públicos: nós tivemos o nosso reajuste em janeiro, vamos ter o próximo em julho; de janeiro até julho os preços crescem cerca de 50% ou 60%. Começamos com um salário real, terminamos com outro salário real, e a média do salário real foi desgastada uns 30%. Quando se corrige de novo, vai para o pico e o processo se repete.

Afinal de contas, o que é a inflação?

No final de tudo, todas as tensões levadas em conta, tem-se uma inflação de custos, produzida pela aceleração da taxa de juros pela elevação da taxa de câmbio, mas ela tem um efeito de uma vez só. Uma vez corrigidos os juros, cessa tudo. Os juros não produzem efeito parecido com o do salário. Ao contrário, os juros têm efeito uma vez só. Elevam o nível dos preços, não elevam a taxa de crescimento dos preços.

Já com os salários, o efeito é diverso. O salário, cada vez que é reajustado, exerce o papel de elevar a taxa de crescimento dos preços.

No fundo — é claro que esta situação não é só produzida pelo salário, é produzida pelo déficit público, etc. — a inflação representa uma incompatibilidade entre a demanda global e a oferta global. Ora, uma parcela significativa da demanda global — mais de 80% — é produzida por salários.

Então, é razoável supor que os salários exerçam uma pressão inflacionária.

E como posso eliminar essa tendência?

Mantendo o salário real constante.

O efeito dos juros e o efeito dos salários sobre a inflação são totalmente diferentes.

Por que?

Porque os juros têm efeito uma vez só. Uma vez elevados os juros, sobe o nível de preços. Mas não há razão para subir a taxa. A partir daí, fica constante. No salário, não. Suponhamos que existe realmente um desequilíbrio entre a oferta e a procura. Aumentamos o salário, ele pressiona os preços. A inflação ocorre exatamente na medida necessária para reduzir o salário real ao nível compatível com o que a economia pode pagar. Se corrigirmos de novo o salário, simplesmente reintroduzimos o erro: a inflação vai repetir-se para absorver o aumento e assim por diante.

Sexto Debatedor — Sr. Ministro, o esforço do Governo, nos últimos cinco anos, voltado para o ajuste da economia, foi muito grande. A ação dos instrumentos da política econômica produziu resultados bastante evidentes no setor externo. Porém, a inflação não cedeu em nenhum momento, crescendo continuamente em termos acumulados.

A que se deve tal distorção, além daqueles resíduos das outras políticas que o senhor mencionou na sua palestra? Teríamos alguns

efeitos ligados à ineficiência dos instrumentos fiscais-monetários?

A inflação ficou em segundo plano em seu combate ou temos tido alguns problemas de identificação nas causas da inflação?

Muito obrigado.

Ministro Delfim Netto — *A taxa de crescimento da inflação realmente caiu em 1981 e 1982 e depois voltou a subir.*

O problema é que toda correção estrutural exige a utilização de medidas que provocam inflação.

Vamos pensar na correção dos preços do petróleo, por exemplo. Em 1974, quando se corrigiu o preço do petróleo, o aumento foi de quase 400% no ano. Ora, isso cria uma tensão enorme sobre a economia. Os preços subiram rapidamente, para absorver aquela elevação do custo de energia. Se nós não tivéssemos de fazer novas correções, aquilo estava terminado. Terminava; como espero que agora estejamos simplesmente respondendo o que se perde a cada mês. O que causa a inflação não é mais o aumento do preço do petróleo. Quer dizer, quando o Governo tiver que corrigir o preço da gasolina, no futuro, a cada três ou quatro semanas, ela vai ser corrigida pela inflação que passou. Ela, em si, vai transferir a inflação para a frente, mais vai ser corrigida por uma inflação que já aconteceu. Vai ser corrigida por uma inflação que se está manifestando na taxa cambial, cuja correção afeta os custos das importações de petróleo. O aumento dos custos provo-

ca uma diminuição na conta petróleo. Quando a conta chega a zero, temos que aumentar a gasolina e os outros combustíveis, porque não podemos deixar a conta ficar negativa. Ocorre inflação quando o Governo corrige o preço da energia acima das taxas da inflação vigente, para elevar o custo real e provocar economia de combustível. A mesma coisa acontece, digamos, no aço. Para terminar o programa siderúrgico temos sido obrigados a colocar mais 5% de acréscimo real no preço do aço.

O aumento deixa um resíduo inflacionário no momento em que se eleva o preço absoluto, não quando simplesmente se corrige pelo passado. Mas ele tende a perpetuar a inflação, porque, quando se corrige a gasolina, sobem os custos agrícolas e os aumentos de preços tendem a se perpetuar.

Creio que não há problema maior quanto à identificação das causas da inflação. As causas da inflação brasileira são absolutamente ortodoxas. A inflação brasileira é produto, primeiro, de uma expansão desmesurada do setor público. Nós fizemos um programa que estava muito acima da nossa capacidade de poupança. A soma dos programas que formulamos está acima da nossa capacidade de poupança. Só podia acontecer duas coisas: ou inflação ou déficit em contas-correntes. Aconteceram as duas coisas.

Por quê?

Porque nós investimos muito mais do que a Sociedade estava disposta a poupar. A Sociedade não estava disposta a poupar o

programa atômico — ponto final. Não adianta ficar bravo, triste. A Sociedade não estava disposta a poupar 30 ou 40 bilhões de dólares para ver gerada uma quantidade de maior de energia hidrelétrica e nem para duplicar o setor siderúrgico. Não estava disposta a fazer a Ferrovia do Aço para carregar minério a 60 km por hora. Não estava disposta a fazer um programa de marinha mercante, que se revelou o triplo da nossa necessidade.

Esses programas, todos, consumiram muito mais recursos do que a Sociedade brasileira podia poupar.

A economia é como se fosse um sistema fechado. A única abertura é o déficit em contas-correntes. Então, se não queremos que haja esse déficit em contas-correntes e o Governo quiser fazer o seu programa, ele tem que tomar os recursos do setor privado.

Como se faz isso?

Faz-se isso da forma menos visível possível para o setor privado.

Não há, portanto, necessidade de nenhuma teoria nova para explicar as causas da inflação brasileira; a causa elementar foi a expansão absurda do setor público. Foi uma expansão que — como eu disse no início — não adianta reclamar contra ela. Nós temos é de absorvê-la, de metabolizar isso que está aí; viver mais um pouquinho o tempo e terminar esses projetos todos. Quando terminarem esses projetos, nós vamos ter uma folga imensa. Daqui a dez, doze meses, teremos praticamente pronto o programa siderúrgico na Cosipa e na Usiminas. É uma expansão

imensa na produção de aço. Quando tivermos Itaipu concluída, as vantagens serão imensas. Hoje, Itaipu é ainda uma grande despesa e um grande endividamento.

Mas, Itaipu pode parar?

Não há como parar Itaipu. Mas, para continuar a fazer Itaipu, tem-se que manter a taxa de juros interna alta, para que o setor privado não use o aço que estou usando lá, para que ele não use o cobre que estou usando lá, para que ele não use o cimento que estou usando lá.

A taxa de juros alta é o mecanismo pelo qual o Governo empurra garganta abaixo do setor privado a compressão de sua atividade.

Então, não existe nenhum mistério na inflação brasileira. A inflação brasileira é produto de um programa de investimentos absolutamente incompatível com a poupança nacional. É o produto da necessidade de terminar esse programa, uma vez começado; é produto da consciência do Governo de que tem de terminar esses programas.

De que forma se terminam os programas?

De todas as formas:

Seja por uma elevação brutal da tributação, seja por uma elevação da taxa de juros; e, quando ainda não está satisfeito, mediante novas emissões.

Então, não precisa nenhuma teoria especial, não precisa pensar numa explicação original para qualificar a inflação brasileira. A inflação brasileira é uma inflação de rodapé de qualquer livro elementar de Economia. É uma inflação pro-

duzida por um descompasso entre o montante que se deseja fazer — o Governo — e o montante da poupança nacional. Nunca houve dúvida sobre este diagnóstico.

Sétimo Debatedor — Apesar de todos os esclarecimentos já ouvidos, formulo a pergunta seguinte: se a política atualmente adotada, de correção monetária e reajustes semestrais para atualização dos valores monetários, não se constitui numa "fuga" ao ataque direto à inflação, que nos parece seria a medida realmente eficaz para o saneamento econômico-financeiro do País?

Perguntamos, também, até quando é prevista a convivência com esta política.

Ministro Delfim Netto — O senhor tem razão. Quando se faz a correção monetária semestral, reduz-se o desejo das pessoas de combater a inflação. Poucas pessoas estão dispostas, realmente, a enfrentar um combate verdadeiro à inflação.

O combate à inflação implica num sofrimento enorme. Nós temos sofrido menos do que seria necessário para um combate frontal à inflação, como o senhor está imaginando.

O que o Governo está fazendo? O Governo está controlando o déficit público, está controlando os meios de pagamento, fez o ajuste de preços reais que tinha que fazer. Esgotamos as tensões inflacionárias. Acho que a inflação vai começar a cair. Se ela de fato começar a cair, teremos conseguido uma solução um pouquinho me-

nos sofrida do que aquele corte frio no processo inflacionário.

Quando a inflação está muito difícil e se apela para as correções semestrais, de fato estamos dando um pouco de anestésico para a economia. O sacrifício fica um pouco mais suave e as pessoas tendem a se acomodar. Mas não temos a menor dúvida: se este sistema que está aí não produzir o resultado adequado — e a inflação é muito psicológica, também, ela tem as suas tendências a persistir, ela tem suas dificuldades, ainda que não haja causa psicológica que sobreviva a uma boa política monetária e fiscal — alguém vai fazer o que o senhor implicitamente está sugerindo aqui. Podemos ter certeza, porque ninguém vive permanentemente com uma inflação de 220%. A inflação de 220% tem dois inconvenientes: o primeiro, é que ela desarticula o funcionamento do sistema financeiro e o sistema de preços. O segundo inconveniente é que ela é instável: um choque externo pode levar a um aumento dramático a taxa de inflação, da mesma maneira que um choque externo pode levar a uma queda dramática. Mas essa não é uma inflação, digamos, estável. Não é como aquela inflação de 15 ou 17% que nós tínhamos e que podíamos viver com ela. Vivemos vinte anos com ela, sem maiores problemas.

Acredito que estamos terminando com as causas objetivas da inflação. O Governo, este ano, termina o déficit público, que é a causa fundamental. E os meios de

pagamento estão sob controle. A minha esperança é que realmente a inflação vai ceder. Estamos vivendo uma safra agrícola melhor do que a média. A taxa de juros está estabilizada. Alta, mas estabilizada. Há uma política salarial que

não transmite os efeitos da inflação passada.

De forma que, acho que existem todas as razões objetivas para que haja uma redução importante da taxa de inflação.

É a minha esperança.



O Professor Antonio Delfim Netto, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), é natural da cidade de São Paulo. Graduado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de São Paulo, é Catedrático de Economia Brasileira (que abrange "Análise Macroeconômica", "Contabilidade Nacional", "Teoria de Desenvolvimento Econômico", "Programação Econômica" e "Planejamento Governamental") da Universidade de São Paulo. Tem vários livros publicados sobre Economia, entre eles "Alguns Problemas da Agricultura Brasileira", "O Problema do Café no Brasil" e "Sobre Alguns Problemas de Planejamento para o Desenvolvimento Econômico".

que a inflação vai ceder. Estamos vivendo uma safra agrícola melhor do que a média. A taxa de juros está estabilizada. Alta, mas estabilizada. Há uma política salarial que não transmite os efeitos da inflação passada. De forma que, acho que existem todas as razões objetivas para que haja uma redução importante da taxa de inflação. É a minha esperança.



INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Roberto Misco Filho

Segundo nos afirma Aristóteles, todo homem tem uma natural inclinação para *conhecer*. À primeira vista poderíamos supor o conhecimento como algo de fácil aquisição, já que o ser humano é naturalmente movido por semelhante desejo. Ocorre, porém, como escreveu Petrarca, que "tra la spica e la man qual muro é messo" ... O conhecimento genuíno é atingido por caminhos difíceis que passam não só pelas luminosas retas do raciocínio consciente como também pelas trilhas penumbrosas do inconsciente, galgando as alturas da sensibilidade afinada e da vontade honesta.

Como exemplo do quanto é falaz a suposição de ser fácil conhecer a realidade extramental, basta apontar o comentário feito muitas vezes (até mesmo por pessoas

instruídas) qualificando qualquer coisa atrasada, inculta, bárbara com o adjetivo: "medieval". Para muitas pessoas, "medieval" é sinônimo de trevoso, estúpido, ignorante...

Informação e Conhecimento

Quando se lê a história da técnica de fabricação do papel e da técnica da impressão, quando se descobre, por exemplo, o que foi o lento, paciente, extenuante, heróico trabalho dos copistas medievais antes que Gutenberg houvesse aperfeiçoado a invenção dos chineses — pode-se avaliar o enorme salto que o livro representou para o progresso da civilização. Escrevemos no pretérito, "representou", porquanto a vertiginosa evolução tecnológica e a consequente facilidade de se editar um livro e seus similares (jornais, revistas etc) se,

por um lado, tornou acessível às multidões o acervo da sabedoria acumulada durante séculos de estudo e de pesquisa, por outro lado vulgarizou, no mais alto grau, a palavra escrita. Hoje em dia, podemos encontrar, em qualquer livraria, uma enxurrada de obras medíocres, inúteis ou daninhas, versando sobre os mais diversos temas, desde grosseiras e escandalosas apresentações do nobre mistério do sexo, até as mais primárias e simplistas ideologias subversivas, passando por uma estonteante massa, de romances policiais, manuais de musculação, astrologia e horóscopos, modelos de cartas românticas, relatos fantásticos de discos voadores e visitas de ET's etc. Nunca foi tão fácil para qualquer pessoa dotada de um pouco de inteligência e um pouco mais de audácia, editar um livro!

Porém, se o aperfeiçoamento da tecnologia da impressão do livro condicionou esse moderno fenômeno da massificação da cultura, o que diremos da influência cada vez mais atuante e cada vez mais perniciosa da televisão? Certo respeitável educador brasileiro, em artigo recente, ressaltava esse aspecto nocivo da imagem televisada, nocivo não só para as crianças, cuja psicologia ainda em formação as torna indefesas contra o fenômeno, como também nocivo para os adultos, dos quais raros, bem raros, sabem se precaver, raros têm o espírito crítico suficientemente atilado para detectar meias verdades ou para neutralizar mensagens deformantes sub-reptícias . . .

De um modo ou de outro, o fato é que o homem, na atualidade, sofre um vigoroso bombardeio de informação e, premido pela atmosfera ruidosa, atropelado pela agressiva competição da vida moderna, esse pobre homem do final do século XX passa a confundir informação com conhecimento.

Muitas vezes ouvimos falar da ignorância, anedótica ou real, de realidades geográficas e históricas, ignorância essa manifestada por habitantes de países civilizados, países de alto PIB e baixa taxa de analfabetismo. A respeito desses tipos de conhecimentos (geográficos e históricos), pode-se ressaltar a vasta obra de Júlio Verne, o imaginoso e quase profético ficcionista francês, cujos livros de aventuras mereceram justos prêmios da Academia Francesa e ganharam a admiração de leitores no mundo inteiro. Ora, o prolífico escritor, em seus 77 anos de vida, dizem que jamais teria realizado viagens outras que não as circunscritas pelo reduzido perímetro de seu país natal. O enorme cabedal de conhecimentos científicos (geográficos, botânicos, históricos etc) revelado em seus romances, Júlio Verne o adquiriu por meio de um esmerado trabalho de arquivo, por meio de uma bem arranjada coleção de mapas e relatórios de viagens . . . feitas pelos outros! Aquele escritor, a par de sua prodigiosa e fecunda imaginação, foi também um pesquisador paciente e meticoloso.

Tal fato prova a possibilidade de se conhecer realidades distantes, bizarras e emocionantes, mes-

mo sem sair de casa, conhecendo-as através do ato inteligente e mais cômodo da leitura. Entretanto, sabemos todos, viagens podem representar autêntico processo de enriquecimento cultural, podem propiciar dilatação do conhecimento; para que isso aconteça, torna-se necessário que, na bagagem do turista, estejam incluídas uma educação básica sólida, generalista, uma formação de nível secundário que tenha preparado o espírito do viajante não só com a memorização de datas, nomes de lugares e de pessoas, nomes de reis e batalhas, porém, e principalmente, com a *sensibilidade para contemplar* o passado humano. Convém, aqui, lembrar a definição de contemplação como: a profunda e pacífica consideração da verdade, isto é, da verdade como tal, independente do uso possível que essa verdade possa ter para nós.

Como poderá gozar realmente da atmosfera de Salzburgo alguém que jamais foi educado para ouvir em silêncio, com respeito e alegria, um concerto ou um minueto de Mozart?

Como poderá sentir o mistério oculto em cada pedra da torre de Londres alguém que jamais conheceu a tragédia daquele rei cruel e homicida que, derrotado em combate, gritava alucinado: "Um cavalo, meu reino por um cavalo"?

Como poderá admirar a insuperável grandeza da catedral de Colônia alguém que desconhece a maravilhosa história dos artesãos medievais, unidos em suas prodigiosas corporações de trabalho, estupida-

mente liquidadas pela Revolução Francesa?

Como poderá avaliar a importância histórica de Ouro Preto quem não conhece o sentido das grandes transformações políticas do século dezoito? Como poderá apreciar as velhas igrejas e os austeros casarões daquela cidade mineira quem não aprendeu a entender a angústia do retorcido estilo barroco?

Os pensadores filiados ao Tomismo costumam falar, com feliz acerto, em um tipo de conhecimento dito: "conhecimento por co-naturalidade", ou "conhecimento por modo de inclinação". A educação básica, quando ministrada livre dos grilhões do pragmatismo imediatista, predispõe os moços a esse tipo de conhecimento que é enriquecedor da vida do espírito. Então, o conhecimento não mais se confunde com um mero somatório de informações, somatório que serve apenas ao dilettantismo vaidoso e estéril. O conhecimento autêntico alimenta a própria vida interior!

Cabe aqui um parêntese, talvez um pouco longo. É notoriamente sabido que existe no mundo atual nítida separação entre dois tipos de regimes, cada um procurando manter sua liderança em torno da qual se aglutinam grupos de países com estruturas políticas e econômicas semelhantes. De um lado, temos os regimes claramente opostos pelo dirigismo estatal totalitário, isto é, abrangendo todas as atividades possíveis das pessoas que vivem sob tais regimes; de outro lado, temos regimes sob os

quais, bem ou mal, respira-se, ainda, um clima de liberdade, clima que favorece, ao menos, permanentes correções de iniciativas governamentais, favorece, ao menos, a livre manifestação do pensamento e do desejo das pessoas. Consideramos grave erro apreciar o antagonismo entre esses dois lados, entre esses dois tipos de regimes, como se fosse um tipo de campeonato de futebol, algo como a mera disputa entre dois times de camisas diferentes. Nesse confronto, antes de legitimamente procurarmos a superioridade das nossas armas, devemos fundamentalmente em bases sólidas nossas crenças, nossos motivos para lutar.

A locução prepositiva "antes de" usada acima, na expressão "antes de procurarmos a legítima superioridade das nossas armas", não tem significado temporal; significa, sim, uma hierarquia de valores. De pouco valerá termos as melhores armas se não acreditarmos de fato na justiça de nossa causa.

Ora, o Ocidente, isto é, o lado ao qual pertencemos, desenvolveu sua civilização a partir do impulso misterioso, a partir do fermento da crença na vida interior, na vida do espírito. Plantada na Europa há quase 20 séculos, essa crença irradiou-se para o resto do mundo, ensinando aos povos a eminentemente dignidade da pessoa humana, núcleo da autêntica concepção democrática.

Ao leitor que esteja pensando serem gratuitas tais afirmações, lembramos o magnífico texto da Magna Carta, documento medieval

val, que os barões e o povo inglês impuseram ao tirano João-Sem-Terra, cinco séculos antes da Declaração da Independência dos Estados Unidos e antes da Declaração dos Direitos do Homem.

Entenda-se: não estamos falando em vida *intellectual*; um camponês inculto não pode ter vida *intellectual*, porém pode, serenamente, ter vida interior. Escrevemos: "pode ter vida interior" pois, sob o paternalismo dos regimes socialistas-comunistas um camponês é dirigido para ser apenas um domesticado obreiro da produção agrícola. O Estado, em tais regimes, condiciona seus cidadãos para não pensarem na vida interior; uma hábil e astuciosa máquina de propaganda induz a grande massa pouco instruída do povo a se conformar com pequenos confortos materiais, dentro de um quadro social estático; ou então, se algum desses pobres escravos sem algemas pensar em galgar um degrau maior de cultura, tal ascensão estará condicionada à subserviência ao Partido. E mais, em qualquer curso que o adolescente, o moço ou o homem maduro se matricule, certamente estará sendo "doutrinado", "conscientizado" na filosofia do Partido.

Para o "pragmatismo", sempre satisfeito consigo mesmo, as considerações anteriores são irrelevantes; o "pragmatismo" prefere encarar o confronto Leste-Oeste como uma situação de fato: "nossa time" é este, o deles é o deles; nós estamos aqui, o inimigo está do outro lado, pronto! Nada de filosofia!"

É interessante notar o seguinte: o pragmatismo julga-se muito *bem informado* sobre a realidade, porém parece *desconhecer* o fato de que uma imensa parte do mundo contemporâneo vive sob um regime opressor, despótico, tirânico, regime esse construído sobre as *idéias* de um certo alemão barbudo que passava horas e horas estudando, lendo, em uma biblioteca londrina. Para o bem ou para o mal, não existe nada mais prático do que uma filosofia... Aliás, como diziam os antigos: para negar o valor da filosofia, precisamos ainda de uma filosofia! Fechemos o parêntese.

Alguns parágrafos acima, falamos na atual enxurrada de livros medíocres, enxurrada condicionada pela tecnologia moderna; mas uma vez, a técnica *condicionou* porém não *causou* o abuso. A causa dos abusos será sempre a decisão do homem. Entretanto, como dizem os juristas: "*Abusus non tollit usum*" — o abuso não impede o uso. Sobre a validade e a importância dos livros, isto é, da leitura dos livros, vale a pena comentar um pequeno porém inteligente artigo publicado pela revista *Seleções*, número de dezembro de 1982; trata-se do texto: "O homem "atualizado" não sabe de nada", de autoria de Daniel J. Boorstin. Escreve o Sr. Boorstin:

"Há uma inflação de que ninguém fala e que dispersa a nossa mente. Chama-se "informação". De manhã à noite, a informação inflaciona o nosso espírito, enche o nosso cérebro e impede-nos de refletir sobre os problemas do

nosso tempo. Na TV e no rádio, nos jornais da manhã e nas leituras por computador, inconsistentes "pedaços" de informação inundam-nos e confundem-nos. Este dilúvio de mensagens daqui e da-colá acaba preenchendo cada recanto do nosso consciente e simplesmente expulsa o conhecimento e a compreensão."

O articulista americano aponta o livro como o máximo triunfo da tecnologia e, referindo-se a uma comparação do filósofo Francis Bacon, nos lembra que, se os navios atravessam largos oceanos para conduzir, de uma parte à outra do mundo, riquezas e bens valiosos — os livros nos trazem o saber contido nas palavras de homens como Platão, Homero, Cervantes, Camões e Dickens; os livros podem ser considerados como a grande memória coletiva da raça humana.

Mais adiante, o referido articulista aponta as características básicas dos livros, as marcas que distinguem o conhecimento da informação:

— Os livros perduram — *Muito depois de os jornais de hoje terem forrado nossas latas de lixo, os livros continuarão em nossas estantes como dádivas bem-vindas.*

— Os livros são cumulativos — *Quando lemos a história universal de Arnold Teynbee, queremos saber o que H. G. Wells ou Oswald Spengler tinham a dizer. A obra de Einstein incita-nos a ler Newton, Galileu, Copérnico e Ptolomeu.*

— Os livros têm um objetivo — *Um livro fala-nos de uma coisa. Os meios de informação falam-nos de*

tudo. As bibliotecas catalogam os seus livros por assuntos, mas os nossos jornais e noticiários giram normalmente à volta do quando, não do quê.

— Os livros constroem uma tradição — *Eles são os marcos da civilização. Enriquecem-nos ao descobrir e redescobrir os nossos grandes livros.*

Diz ainda o Sr. Boorstin: "é evidente que todos precisamos da informação; nossos cientistas e tecnólogos precisam dela para se manterem atualizados, para não terem de inventar de novo a roda. A informação protege-nos dos ditadores, dos tiranos e dos escroques."

Para nós militares, acrescentaríamos, a informação é tão essencial quanto o armamento, a viatura e o suprimento de alimento e munição.

Acrescenta o articulista americano: "o problema não é que a informação seja inútil, mas sim que ela se espalhe demasiado depressa e nos faça submergir."

Na introdução deste artigo, registramos o comentário muitas vezes feito por pessoas que se julgam *bem informadas* sobre a Idade Média e por isso costumam usar o adjetivo *medieval* com o sentido de inculto, atrasado, bárbaro.

Ora, a história — entendida, na bela e sintética definição de Henri-Irinée Marrou, como "o conhecimento do passado humano" — não se aprende na simples leitura de compêndios escolares, muito menos na fácil leitura de folhetins comprados em banca de jornais. O estudo da história requer o trato

com obras de historiadores sérios, exige conhecimentos de literatura, de arte, de filologia, de filosofia; carece de viagens distantes, visitas demoradas a museus etc.

Quando se consultam os trabalhos de pesquisadores respeitáveis como uma Régine Pernoud, um Lynn White Jr., um Willian Carroll Bark, um Gustave Cohen, por exemplo, verifica-se que, na realidade, o medieval não foi, de forma alguma, um período de trevas. Aliás, Gustave Cohen tem um formidável livro intitulado *La Grande Clarté Du Moyen Âge*, obra que termina com as seguintes palavras:

"Les ténèbres du moyen Âge ne sont que celles de notre ignorance".

Ou, parafraseando, quem costuma usar o adjetivo "medieval" no sentido de atrasado, de inculto, só faz revelar o próprio atraso e incultura do usuário . . .

Exames Vestibulares

Correlacionada com o tema do presente trabalho, é nossa opinião que o modo pelo qual se realiza a seleção dos candidatos à maioria das escolas de nível superior no Brasil, sejam elas de formação profissional ou de pós-graduação "lato sensu", é um modo que padece do mesmo mal que apontamos nos parágrafos anteriores, qual seja: um generalizado equívoco da informação apresentada ou recebida como se fosse genuíno conhecimento. Se não, vejamos.

Em grande número de vestibulares de nosso País, vem sendo usado o tipo de prova chamada "de

múltipla escolha", na qual, como se sabe, oferecem-se ao candidato cinco alternativas, cinco possíveis respostas para cada questão. O candidato tem que escolher uma das cinco alternativas e marcar seu cartão de resposta utilizando, por exemplo, lápis de uma grafite macia que torne possível a leitura eletrônica automática.

Tal processo, graças à notória rapidez dos computadores modernos, permite que se obtenha, em tempo bem reduzido, não só os resultados absolutos de todos os candidatos como também permite a manipulação desses resultados de modo a dar, para cada aluno, um grau relativo que não perturbe a estatística da classificação final!

Obviamente, o processo da múltipla escolha dá ocasião à resposta adivinhatória, por meio de qual o candidato aventureiro tenta conseguir um bom resultado contando com a sorte. Os defensores das chamadas "provas objetivas" retrucam mostrando como é possível contrabalançar esse jogo da sorte mediante o uso de coeficientes corretores. Entretanto, por mais aperfeiçoado que seja o sistema de cálculo dos graus finais, permanece a situação inicial, qual seja: o aluno *não* é solicitado a escrever, a desenvolver por escrito seu raciocínio, a demonstrar por escrito sua capacidade de concatenar idéias. Solicita-se ao candidato que prove estar *bem informado* sobre os vários assuntos do concurso; não se exige que ele demonstre *conhecer bem* os assuntos.

Em decorrência desse tipo de exame, ou reforçado por ele, mul-

tiplicaram-se no Brasil cursos preparatórios especiais (os chamados "cursinhos") que treinam, "adestraram" os candidatos para passar nos exames, trabalho aquele, aliás, feito com muita eficiência. Podemos mesmo afirmar que tais cursos criaram uma "técnica" para preparar o candidato ao vestibular. Ora, um pouco mais de reflexão e um pouco menos de pragmatismo permitem inferir que a busca do conhecimento como tal, a procura livre e desinteressada do saber, o entusiasmo com a descoberta da verdade — tudo isso fica atrofiado por uma ansiedade nervosa, por uma busca frenética do sucesso, por uma agitada luta pela vaga, ficando muitas vezes esquecidos os gravíssimos deveres implícitos no exercício de qualquer profissão de nível superior. No dinâmico, atarefado e intensivo (às vezes, até o exagero) regime dos referidos cursos preparatórios, perguntamos, sobrará algum tempo para o lazer, para a apreciação dos *valores* estéticos, éticos e verdadeiros? Não estariam, com esse tipo de cursos, preparando, a médio prazo, o profissional esperto em sua especialidade, porém desprovido dos atributos morais e intelectuais do homem *realmente* civilizado? Podemos pensar em criar uma democracia autêntica se nossos futuros profissionais de nível superior tiverem uma formação básica marcada pelo utilitarismo?

Para tornar mais clara e objetiva nossa argumentação, apresentamos dois exemplos, um na área das chamadas "ciências sociais" e ou-

tro na área das chamadas "ciências exatas". Suponhamos o assunto da literatura brasileira; é bem possível que nos referidos cursos preparatórios sejam ensinados ao aluno os nomes e a obra dos principais escritores nacionais, antigos e modernos. É possível que o aluno, em tais cursos, aprenda, por exemplo, o nome completo do autor, sua data de nascimento e os principais livros de Machado de Assis; é possível, ainda, que aprenda também um resumo das características literárias da obra Machadiana. O problema é: terá o aluno tempo para ler, será o aluno incentivado a ler, por exemplo, o Dom Casmurro de modo a poder sentir todo o drama de Bentinho e Capitu ou poderá avaliar a matreira "assessoria" do agregado José Dias?

Suponhamos o assunto da física; com certeza, nos mesmos cursos, são ensinadas, ao aluno, os princípios e teoremas da ciência de Newton e Einstein; é bem possível, ainda, que o aluno receba uma vasta quantidade de problemas para resolver, em sala e a domicílio, a fim de sedimentar os conhecimentos teóricos daquele assunto. O problema é: terá o aluno tempo para refletir, será o aluno incentivado a meditar nos misteriosos aspectos do tempo do movimento, da inércia e das transformações da energia? Estará o aluno desenvolvendo o "habitus" (não confundir com hábito) de apreciar um fenômeno físico abstraindo-o (é o 1º grau da abstração!) das condições accidentais, particulares, que acompanham o fenômeno?

E, se o aluno não desenvolver, nos diversos assuntos, tal capacidade de penetrar na realidade, enquanto é jovem e tem inteligência, memória e sensibilidade aprimorada — quando terá melhor oportunidade para fazê-lo?

Vistos apressadamente, tais aspectos podem parecer inúteis filigranas, com nenhuma repercussão na vida prática. Ora, inúteis esses aspectos realmente são, no sentido usual da palavra inútil; entretanto, é esse imponderável incremento de cultura e de sensibilidade que vai, no futuro, gerar o cidadão ativo e responsável de uma sociedade humana e democrática. Enquanto o conhecimento meramente utilitário pode, sub-repticiamente, estar preparando o futuro membro de um aglomerado de robôs inteligentes a serviço unicamente do Estado . . .

Dizemos que o conhecimento verdadeiro pode contribuir para formar o espírito democrático porque, diferentemente de uma simples soma de informações, aquele conhecimento cresce de modo orgânico, vivo, à semelhança de uma árvore, e não por superposição de camadas, à semelhança das estruturas geológicas. E, crescendo de modo orgânico, o conhecimento poderá desenvolver nos jovens uma correta percepção de valores tais como o sentido da liberdade *interior* dirigida para o belo, o bem e a verdade.

Frisamos liberdade *interior* pois a liberdade exterior tem seu fundamento na primeira. Por exemplo: num genuíno regime democrático, permite-se ao cidadão lo-

comover-se de uma cidade para outra, de um tipo de trabalho para outro, de um nível de instrução para outro mais alto, porque se admite, a priori, que tais movimentos, além de favorecer uma legítima procura de felicidade, podem concorrer para o enriquecimento moral da pessoa humana.

Os regimes totalitários, ao contrário, não só restringem os movimentos da liberdade exterior como ainda se recusam a admitir que a liberdade interior tem direitos prevalentes sobre os direitos do Estado.

E por isso que a massificação da cultura e a massificação do ensino são *essencialmente* anti-democráticas; elas vão, paulatina e sorrateiramente disseminando a mediocridade, o comodismo e a tolerância indiscriminada e, em consequência, acabam atrofiando nas pessoas o sentido da dignidade da liberdade interior. Ao contrário, uma cultura refinada e um ensino exigente preparam o espírito crítico, alerta, pronto para recusar promessas demagógicas, pronto para repelir as solertes incursões liberticidas dos "libertários" de direita ou de esquerda.

Ainda com respeito ao conhecimento, podemos lembrar que muitas, se não todas, funções públicas ou privadas, tais como: a gerência empresarial, o comando de uma unidade, a direção de um hospital ou de uma escola, o governo de uma cidade ou de um estado etc — necessitam, para atingir eficazmente seus fins naturais, que seus responsáveis tenham passado por um prévio processo educativo baseado

realmente na superioridade do conhecimento sobre a informação. Tal processo não se improvisa; achamos que mesmo o dinamismo bem intencionado não poderá suprir profundas carências resultantes da falta de um "habitus" que não foi adquirido na mocidade.

Dentro da mesma linha de idéias, talvez a melhor educação moral e cívica não seja aquela preparada "ad hoc", porém, sim, a educação *geral* que, em qualquer atividade curricular ou extracurricular, estimule o aluno a descobrir, *espontaneamente*, o respeito, respeito à linguagem elegante e correta, respeito ao trabalho bem feito, respeito à tradição, respeito à palavra dada, respeito aos vencidos nos jogos esportivos, respeito aos carentes físicos, morais ou intelectuais, respeito, enfim, a si próprio e aos outros.

Por semelhantes razões, um teclado e uma tela de vídeo (mesmo ligados a um excelente computador) jamais poderão substituir a presença viva do professor dentro da sala de aula convencional!

Voltemos, entretanto, ao comentário sobre a sofreguidão com que os moços têm procurado o nível universitário em nosso País. Sem dúvida, é legítima a aspiração dos jovens que, possuindo real pendor para estudos mais avançados, procuram obter um diploma, o famoso "canudo" exigido por uma tradição mais ou menos burocrática, tradição talvez mais ligada ao aparato formalista de registros em cartórios e em sindicatos e menos atenta à valorização da competência. Não se trata de ne-

gar ao moço ou à moça o direito de lutar por sua afirmação pessoal; o problema é saber se ele ou ela pretende conseguir *apenas* uma realização segura, acomodada, tranquila, sem compromisso algum com seu próximo, com a sociedade em geral.

Outro ponto que julgamos merecedor de uma possível discussão é o que se refere à preparação de candidatos por meio do apoio sistemático das próprias escolas a que eles se destinam.

Uma das mais felizes heranças que, graças a Deus, herdamos de nossos antepassados portugueses é aquela índole simples, boa e generosa, aquele gênio conciliador, descobridor de soluções não extremadas para problemas difíceis. Exemplo mais flagrante dessa tendência é o caminho pelo qual se atingiu a completa abolição dos escravos no Brasil; o saudoso pensador mineiro João Camilo de Oliveira Torres, em artigo publicado em *"O Jornal"*, em 13 de fevereiro de 1972, analisa a progressiva, humana e acertada evolução jurídica que culminou na assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel. Dizem que, logo após a assinatura do famoso documento, caiu das galerias, sobre a imperial regente, uma chuva de pétalas de rosas. Ao que teria comentado o embaixador norte-americano presente ao evento: *"Vocês fazem com flores o que nós fazemos com sangue."*

Ora, se aquele gênio bom e generoso herdado dos portugueses tem-nos levado a ações felizes como aquela da Abolição, não é menos verdade que, às vezes, nos

impele a soluções tipicamente paternalistas . . .

Não seria nocivo à formação da capacidade de análise e de síntese de um futuro líder, não seria prejudicial ao crescimento cultural autônomo e criativo do candidato o procedimento de entregar-lhe problemas típicos e soluções à moda da casa?

Será realmente possível a aquisição de *conhecimentos* em um prazo relativamente curto se o candidato, em sua formação anterior não adquiriu o "habitus" da leitura, do estudo, do gosto pela sabedoria? No afã de ajudar ao candidato, não estariamos repassando-lhe idéias estereotipadas, transmitindo-lhe mais informação e menos conhecimento?

Vida Universitária

O cardeal Newman costumava referir-se à Universidade chamar-a de *Alma mater* — "alma mãe" — pois o grande pensador inglês considerava a instituição universitária como a grande formadora de um povo. Da Universidade, segundo Newman, deveriam sair os homens capazes de pensar claramente e capazes de agir com retidão, capazes de conduzir os destinos do país. Ora, para que a Universidade possa realmente representar esse papel matricial, torna-se necessário, entre outras condições, que ali exista o permanente convívio — convívio dos mestres entre eles mesmos, convívio do corpo discente com os mestres, com os laboratórios, com a biblioteca e consigo mesmo; convívio, de to-

dos que ali trabalham, com o espírito de reflexão, com o silêncio fecundo, com a busca incessante do saber.

Então, perguntamos: se um estudante universitário passa a maior parte do dia trabalhando como estagiário em firmas ou fábricas, dedicando-se a práticas esportivas, preocupando-se com o difícil problema da condução no tráfego urbano — se o tempo do aluno for quase todo gasto nessas atividades, sobrando apenas poucas horas da noite para assistir algumas aulas de exposição — perguntamos: tal estudante estará realmente adquirindo *conhecimento* ou tentando conseguir alguma *informação* que lhe garanta apenas o exercício de uma profissão honesta?

Não se trata de coibir toda e qualquer atividade extracurricular do aluno universitário; estamos, sim, afirmando que é de vital importância o regime escolar de dedicação exclusiva ou, pelo menos, quase exclusiva. Nesse tipo de regime, criam-se melhores condições para o convívio universitário no qual os alunos recebem muito mais além da própria aquisição do conhecimento. Através desse convívio, os alunos são impregnados pelo espírito que anima a vida da instituição de ensino a que eles estão filiados.

O adjetivo anterior — filiados — bem coerente: os moços tornam-se como que "filhos" de sua escola e formação; ela lhes transmite sua personalidade matriz, configurada em ideais e padrões de comportamento que, mais tarde, vão impregnar a vida social do país. E,

desse modo, torna-se realizada a concepção de Newman!

Por último, nos referimos a uma opinião que afirma: no caso específico do ensino brasileiro, um entrave ao desenvolvimento do poder difusor e criativo da Universidade é a excessiva profissionalização que domina os currículos dos nossos cursos superiores. Tal opinião é defendida por ilustres educadores patrícios, entre eles os Magníficos Reitores da Universidade de Brasília e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Conclusão

O título curto e genérico deste artigo poderia levar à falsa impressão de que estivéssemos à deriva, fugindo ao temário estabelecido pela "A Defesa Nacional" ("Revista de assuntos militares e estudos de problemas brasileiros"). Ao longo do desenvolvimento do nosso trabalho, tentamos chamar a atenção do possível leitor para um dos aspectos fundamentais do problema da educação. E desse problema, nós, militares, não estamos afastados, não somos indiferentes a ele. Indireta ou diretamente o assunto *educação* está ligado a nós, razão pela qual julgamos pertinente nossa modesta contribuição ao debate dos mais esclarecidos.

No debate acima referido,creditamos, deverá ser definida a lúcida e corajosa fixação dos limites e dos valores específicos da informação e do conhecimento. É claro, um posicionamento mais "prag-

mático" talvez prefira adiar o debate "sine die", para quando estiverem resolvidos todos os problemas econômico-financeiros da atual conjuntura . . . Neste mo-

mento é oportuno lembrar: o processo educativo é sumamente estratégico; protelar soluções pode significar futuras e irreparáveis derrotas . . .



O Cel ROBERTO MISCOW FILHO pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (Infantaria), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Comunicações) e do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica).

Prestou serviços no 13º Batalhão de Caçadores, Joinville-SC (1953-1956), na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1958) e no Serviço Rádio do Ministério do Exército (1963-1968). Atualmente é o Chefe da Divisão de Ensino e Pesquisa do Instituto Militar de Engenharia (IME).



SIMULADOR NACIONAL PARA INSTRUÇÃO DAS GUARNIÇÕES DE BLINDADOS COM CANHÃO

Agnaldo Del Nero Augusto

INTRODUÇÃO

Os simuladores para a instrução são dispositivos que, como o seu nome indica, se pretende substituam engenhos reais, aparentando-se tanto quanto possível com eles e que seu uso se faça também, tão próximo quanto possível das condições de seu efetivo emprego em combate.

Com esses dispositivos se busca normalmente: proporcionar a instrução básica de forma mais eficaz; reduzir os custos da instrução; superar as restrições de emprego cada vez mais rigorosas de determinados materiais, em especial dos blindados; fazer com que o adestramento tático seja mais realista, já que nos próprios exercícios táticos esse aspecto fica prejudicado, em razão de não ser possível o emprego da munição real.

Os simuladores para a instrução de guarnições blindadas surgiram há quase 50 anos, para formar as tripulações dos primeiros carros com torre do Exército britânico, os Vickers Medium e consistiam numa torre modificada, montada numa armação especial e se destinavam, particularmente, aos exercícios de pontaria e municiamento do armamento principal. Até há pouco tempo, aliás, esse equipamento era o único dispositivo disponível para o treinamento das guarnições blindadas.

Ocorre que com o aumento crescente da potência e do custo dos carros de combate, os problemas que se apresentam para a instrução das guarnições são cada vez mais difíceis de serem resolvidos. A gravidade desse problema pode ser bem aquilatada pelo que ocorre com a Inglaterra e

por extensão com os demais países europeus. O Exército britânico envia suas guarnições de carro para Suffield (Canadá), onde efetuam a totalidade de seu ciclo de instrução, já que não existem nas ilhas britânicas, nem na Europa Ocidental, terrenos suficientemente livres para permitir a utilização em condições táticas, do armamento principal de seus carros.

Fruto dessas necessidades da instrução e da evolução tecnológica, surgiram nas duas últimas décadas, um sem fim de simuladores para a instrução das guarnições blindadas.

Categorias de simuladores em uso

Simuladores da torre

Os simuladores da torre são os mais simples, sendo hoje denominados genericamente CIM (Classroom Instructional Models) — "Maquete de Instrução em Sala" e consistem normalmente de uma reprodução da torre de um carro e um fuzil de tiro de pequeno calibre, normalmente de 22 mm, utilizado para o tiro contra um alvo móvel ou fixo, em um pequeno polígono de tiro. É apropriado para os exercícios de pontaria, de carga e de tiro com o armamento principal.

O CIM construído pela Wharton Engineers e a Morfax Ltd (Inglaterra) por exemplo, permite simular também o retrocesso da arma e, ainda que esteja montado originalmente em uma plataforma fixa, pode ser instalado em uma plataforma oscilante, para simular os

efeitos do deslocamento do veículo.

Recentemente um grande progresso foi alcançado neste tipo de simulador, com o Elsap 2000, desenvolvido pela sociedade suíça Gebr Schärz Elektronic AG. Este simulador compreende além de um simulacro de torre, um computador eletrônico que dirige o deslocamento dos alvos sobre uma maquete do terreno; nos dispositivos ópticos da torre são introduzidas imagens que mostram os impactos dos projéteis.

Os especialistas julgam que a esses tipos de simuladores falta o realismo da representação visual do terreno. A Honeywell Sonder-technik, alemã, vem trabalhando no desenvolvimento de um sistema mais completo, que deve eliminar essa eficiência dos simuladores anteriores.

Simuladores de direção

Também nessa categoria os simuladores variam desde os mais simples aos mais sofisticados. Os primeiros destinam-se apenas a familiarizar os motoristas com os dispositivos de comando e com os instrumentos e a prática das operações necessárias para a colocação do veículo em marcha, os últimos, são simuladores de pilotagem por computadores e dotados de circuitos fechados de televisão, que proporcionam ao instruendo uma representação visual do terreno e que são complementados por ruídos emitidos por autofalantes controlados por um computador.

Os mais sofisticados simuladores dessa categoria, são sistemas animados que consistem de um posto de condução instalado em uma plataforma móvel, que comunica à cabine os movimentos de cabeceio e balanceio determinados por um computador, em função das características do terreno pretendido percorrido e da suspensão do veículo figurado.

Este último tipo de simulador vem sendo produzido pela LMT filial francesa da Thomson-CSF que utiliza computadores analógicos e desde a metade da década de 60 é utilizado pelos exércitos de diversos países.

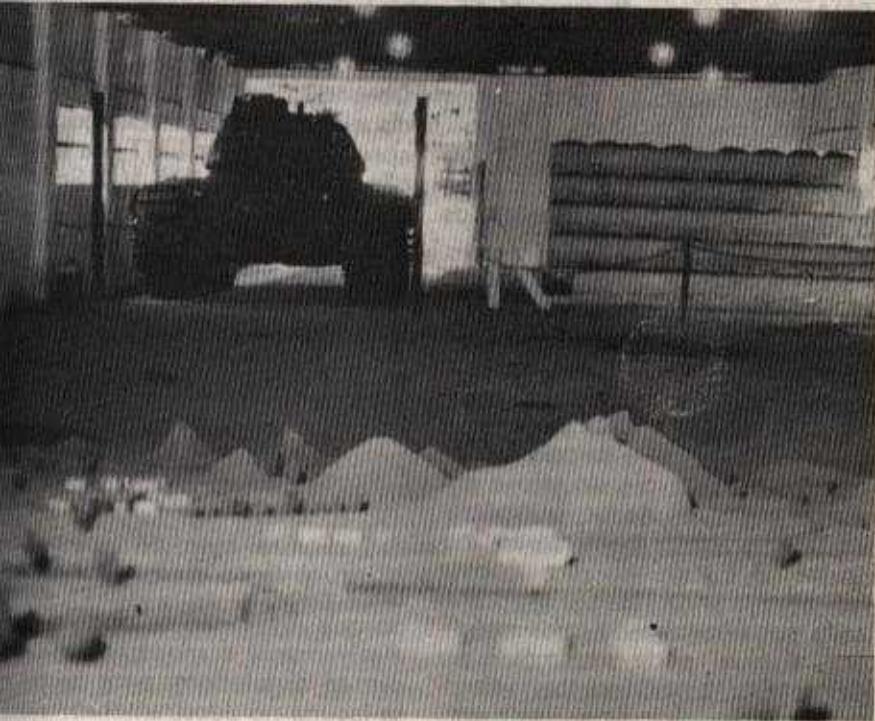
No final da última década, a LMT produziu um simulador se-

melhante ao antes descrito, mas com muitos aperfeiçoamentos, entrando no que passou a ser chamado a 2ª geração de simuladores de direção.

Custos: cálculos de custos indicam que essa categoria de simuladores permite uma economia da ordem de 50% dos gastos com a instrução dessa natureza.

Simuladores do tiro

Esta categoria de simuladores também já alcançou um alto grau de aperfeiçoamento, valendo-se dos mais variados expedientes. Um deles é o projétil canadense STUP (Spinning Tubular Projectile) que perde sua estabilidade aerodinâmica



ca a uma distância muito inferior à das granadas normais, com o que se pode reduzir as distâncias de segurança dos polígonos de tiro.

Por outro lado, estuda-se a adoção de projétils que se desen- tegrem ao impacto, sendo inofen- sivos aos carros reais utilizados como alvo. Esta seria a solução também para os exercícios táticos, conduzindo-os à almejada proximidade ideal da realidade. Ao que temos notícia, esse projétil ainda não foi obtido.

O mais comum porém para o uso de um pequeno polígono de tiro, é a utilização de um fuzil calibre 22 mm fixado ao canhão. Com o objetivo semelhante a Applied Devices Corporation dos EUA, produziu o Sistema M 55, no qual o fuzil de 22 mm é substituído por um laser de gás (hélio ou neon), capaz de emitir séries de impulsos luminosos intensos. Esse laser, instalado no reparo do canhão de diferentes CC, é utilizada contra alvos que refletem os impulsos recebidos.

Métodos mais sofisticados com o emprego de computador já foram desenvolvidos e um exemplo deles é o "Fire Control Combat Simulator", da Chrysler Corporation no qual, em uma bancada é instalada a luneta e demais instrumentos de controle do tiro e em outra, um computador, que oferece um painel de controle ao instrutor. O instruendo vê na luneta um alvo branco retangular, projetado por um tubo de raios catódicos, o qual pode ser imóvel ou deslocar-se em diferentes velocidades a critério do instrutor.

Com esses meios o aluno se ades- tra no comando dos controles de pontaria, na medição de distância e no acompanhamento de alvos. O sistema de pontaria permite si- mular também, os movimentos do veículo, segundo duas veloci- dades de deslocamento em três tipos diferentes de terreno.

Melhor que o sistema anterior- mente descrito é o TALAFIT, desenvolvido pela SABCA, da Bélgica, no qual o atirador vê de- senvolver-se à sua frente uma cena de batalha, onde inopinada- mente surge um dos seis tipos de alvo disponíves, parado ou em movi- mento, neste último caso, a uma velocidade determinada pelo ins- trutor.

A França dispõe para esse fim de um sistema similar ao TALA- FIT, desenvolvido pela Giravions Dorandy. Todavia, o mais avançado simulador desta categoria é o apresentado pela LMT, na exposi- ção de SARTORY VI. Segundo dados disponíves esse simulador tem um preço que equivale ao de 3000 granadas de canhão para CC, mas permite simular, a cada ano, um número dez vezes maior de tiros, o que mostra ser efetiva- mente econômico, apesar do seu alto preço.

Simulador de utilização tática do armamento

Como os próprios exercícios táticos não são simuladores ideais porque neles não se pode utilizar efetivamente a munição real, buscam-se simuladores para suprir es- sa lacuna no adestramento. Todo

simuladores desta categoria são base de laser.

O mais conhecido simulador desta categoria é o Simfire, britânico, utilizado no exército inglês e em torno de 30 (trinta) outros exércitos. Há cerca de seis anos foi desenvolvida uma versão aperfeiçoadada do Simfire, o Simfics, destinado especialmente para os carros e dispõem de sistema de direção de tiro por computadores e telémetro laser, o qual permite, entre outras coisas, simular o funcionamento do telêmetro laser, medindo a distância percorrida pelo sinal radio refletido pelo alvo.

Outro sistema que representa um progresso sobre o Simfire é o Talissi, alemão, e a principal diferença entre ambos é que o Talissi utiliza ligação rádio com o carro, pois todos os sinais utilizados são transmitidos pelo feixe de laser.

Nos EUA é utilizado para esse fim, o M F D S (Mounted Direct Fire Simulator) a partir de um sistema de simulador do tiro de fuzil. O mesmo modo que o Simfire, o simulador compreende um laser de arsenito de gálio, montado no carro e de detectores instalados no alvo. Este sistema está ligado por um canal de hiperfrequências de telemedição com uma calculadora central, que avalia os danos causados no alvo atingido pelo feixe laser. Este canal é utilizado também para transmitir informações à guarnição, quanto aos danos causados no alvo, podendo avisá-lo mesmo "fora de combate".

O PREPARO DAS GUARNIÇÕES BLINDADAS

É facilmente perceptível a economia de tempo e de custos, a par com a eliminação de uma série de óbices ao adestramento das guarnições de blindados, proporcionadas pelos simuladores.

Ao repassar as diferentes categorias de simuladores em uso por algumas dezenas de países, entretanto, impressiona-nos tanto quanto esses aspectos, a seriedade com que são tratados os mínimos detalhes do adestramento de suas guarnições blindadas.

A essas impressões segue-se inevitável meditação a respeito do adestramento de nossas guarnições blindadas: serão elas adestradas com a mesma seriedade? os exercícios táticos que podemos realizar atendem a um mínimo desejável para esse preparo? será que os aproveitamos com criatividade de modo a que concorram efetivamente para o adestramento das guarnições, ou serão meras repetições de ações mecânicas, que só subsidiariamente adestram? é nossa DMA suficiente para formar e adestrar os homens? ainda temos condições de adestrar-los? de realizar tiros contra alvos móveis? já não sofremos limitações de espaço e de segurança para realizar nossos exercícios técnicos e táticos?

A essas indagações poderíamos aduzir dezenas de outras no mesmo sentido, o que só não faremos para não nos desviarmos em demasia do assunto, motivo que avocamos também, para deixar a resposta às perguntas formuladas, àque-

les que comandaram ou comandam unidades blindadas. Mas em contrapartida, fazemos uma afirmação que, em certa medida, pode conter a resposta a muitas dessas indagações e o fazemos sem constrangimentos, porque muito mais do que de nós essa afirmação se tornou possível graças a duas felizes coincidências.

Acreditamos que nesses dois últimos anos foi possível adestrar adequadamente, pelo menos tecnicamente, as guarnições blindadas do 2º RCC. Isso como já adiantamos, só foi possível, de um lado, porque em razão da repotencialização dos CCL M41 de outras unidades, com alteração do calibre de seu canhão, nos foi liberada a munição estocada do calibre original, com o que pudemos triplicar a nossa DMA do canhão 76mm, nesses dois anos. De outro lado, e principalmente, porque o 2º RCC dispõe de um simulador de instrução, relativamente simples, eficiente, de fácil utilização, fruto da criatividade de um grupo de oficiais e praças da Unidade e de um civil entusiasta, cujo hobby são as armas.¹

Graças a esse simulador, que é o mais completo e eficiente de quantos temos notícia existem no país, é possível levar guarnições neófitas

ao campo, para realizar o tiro direto, quase que unicamente para que se convençam de que esse tiro é essencialmente igual ao que realizaram no Estande de Tiro Reduzido-ETR. Graças ao ETR pudemos realizar com guarnições de recrutas e de alunos de CPOR, exercícios de tiro a 3.200m, com impressionante precisão.²

O SIMULADOR DO 2º RCC

Descrição Sumária

O simulador de instrução do 2º RCC é um Estande de Tiro Reduzido-ETR para carros de combate, que foi montado aproveitando um antigo pavilhão de baías, no qual se construiu sobre um tabuleiro de madeira, apoiado em trilhos ferroviários, um terreno reduzido, moldado em cimento de 12cm de espessura em média, que é visto em primeiro plano na foto que encima este artigo. Em razão da dificuldade de se obter uma torre de CCL M41, por estarem todos esses carros em pleno uso em nosso Exército, foi utilizado no ETR/2º RCC o próprio carro, no qual foi adaptado um redutor de calibre.

Da dificuldade em se conseguir uma torre do CCL M41 e da solução encontrada para o problema:

¹ Não só por uma questão de justiça, mas até para um possível aproveitamento de seus talentos, citamos os principais responsáveis pela construção do ERT/2º RCC: Cap. Cav. Fernando Oliveira de Carvalho; Cap. Cav. Jayme Cabral de Menezes Filho; Ten QAO Edú Pomiculca. Tendo estes contado ainda, com a colaboração do então Cap. Eng. Loreato, na época no IPD; Cap. Pinheiros, na época servindo no PQRM/2 e do Sr. Valter Rusca.

² Para sermos mais precisos, deveríamos acrescentar aos dois fatores citados para o sucesso do adestramento das guarnições blindadas do 2º RCC, dois outros, que não o foram, por não serem tão circunstanciais: um é a cessão do campo de tiro real pela família Warnick Parker, hoje com sua fazenda coberta de cana de açúcar; outro, a excelente performance dos Can 76mm dos M 41. Oxalá os Can 90mm que os vão substituir sejam igualmente eficazes.

introdução do próprio carro no estande, surgiram os grandes méritos do ETR/2º RCC, tornando-o um simulador integrado, onde a guarnição treina um conjunto, o mais próximo possível da realidade: o Chefe do CC dando seus comandos através dos meios de comunicações e acompanhando e interferindo no tiro com os instrumentos do próprio carro; o muniçador, abrindo a culatra, introduzindo o cartucho, onde está montado o redutor e posteriormente remunicando o canhão; o atirador realizando uma série de ações, que são exatamente aquelas que deverá executar para efetuar o tiro real, utilizando para isso os mesmos instrumentos de que se valerá para realizá-lo, isto é, o periscópio M-20, caixa balística, dispositivos hidráulicos e elétricos de comando de tiro. Inclusive o motorista ao conduzir o seu carro até o ETR e posteriormente à garagem do Esqd, estará fazendo seu treinamento. Além do que naturalmente, nos exercícios dentro do ETR, a guarnição treinará em todas as funções, por rodízio.

Adicionalmente o terreno do ETR, constitui-se em excelente meio auxiliar de instrução para exercício táticos e para o estudo topotático do terreno.

Algumas informações técnicas

A escala geral do estande de tiro reduzido é de 1:75.

Os alvos são constituídos de silhuetas de carros de combate, recortadas em chapas de aço de 3/16 pol, suficientes para absorver os

impactos da munição de 22 mm.³ Esses alvos estão montados em 4 séries de silhuetas: em duas das quais os alvos se apresentam percorrendo o terreno reduzido-TR, perpendicularmente à direção de tiro, numa delas da esquerda para a direita, numa distância figurada de 2.000m, na outra, os alvos se apresentam da direita para a esquerda, na distância figurada de 3.000m; as duas outras séries de alvos, estão montadas diagonalmente à direção de tiro, numa delas as silhuetas percorrem o TR no sentido 8-2 horas, representando carros em fuga, enquanto na outra, elas se apresentam no sentido 2-8 horas, representando carros em aproximação.

Esses alvos são acionados por dois motores de indução de baixa rotação, de três CV, seis pólos, 60 Hz, 1150 RPM, 220v, trifásicos, blindados, com redução de velocidade obtida com parafuso sem fim, permitindo simular uma velocidade média de 25 km/h. Completam esse sistema de acionamento, cadeias (correntes) e catracas de bicicletas, armadas em suportes de perfis de aço, sendo que cada cadeia aciona uma série de alvos.

³ É preciso notar que se fosse utilizada a munição 7,62mm que as vezes é recomendada, por desconhecimento da mecânica de funcionamento do sistema ou, por ignorar que o que se busca, primordialmente, é a redução do polígono de tiro, os alvos seriam todos rapidamente destruídos. Segundo chegou a nosso conhecimento, uma conhecida empresa nacional ofereceu a determinado país do oriente médio, seu redutor de calibre 7,62mm. A oferta chegou a provocar risos. A munição 7,62mm, não se presta para ETR, além do que para treinamento em polígonos de tiro mais amplos pelo menos os CC, dispõem da metralhadora coaxial, não compensando, no caso, gastos com o redutor.

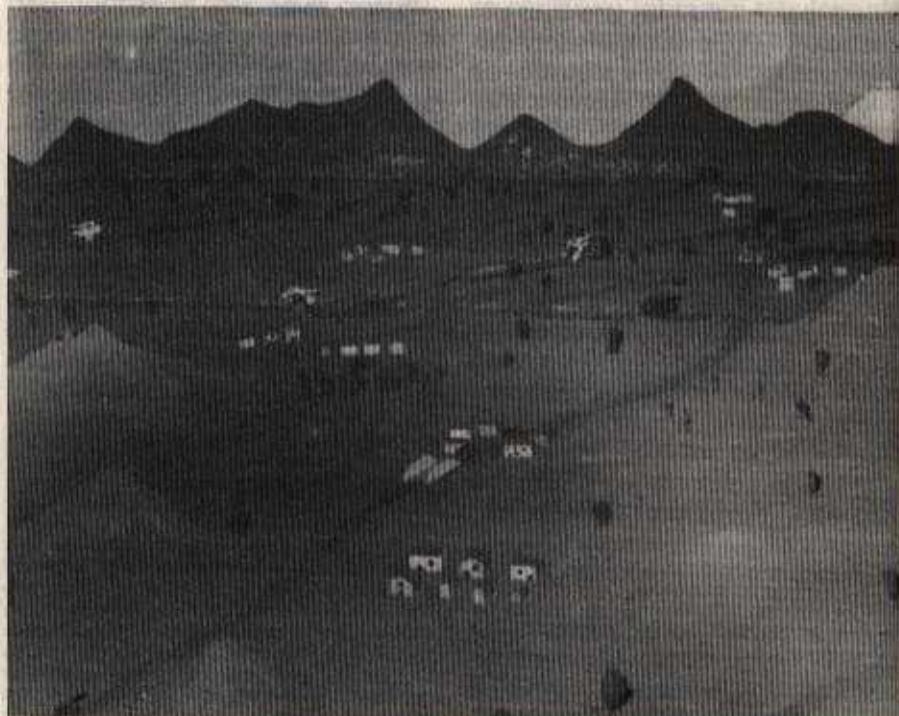
Os alvos ao serem atingidos, caem, permitindo a imediata verificação do resultado do tiro. Esse movimento é obtido por dobradiças no "pé" das silhuetas e sua volta à posição de exposição normal, conseguida por gravidade, quando a silhueta atingida percorre o TR por baixo, sendo nesse movimento auxiliada por uma guia de arame grosso de aço, colocada em toda parte superior do TR.

O TR, como se pode perceber na foto que encima este artigo, tem uma inclinação de dez graus em relação ao piso do estande, sendo sua escala altimétrica, o dobro da escala planimétrica, tudo com o objetivo de propiciar um

maior destaque e melhor observação da representação topográfica.

O redutor de calibre é constituído basicamente de um cano de carabina 22mm, inserido num estojo de 76mm e um adequado sistema de percussão e extração, já que é acionado pelo gatilho do próprio carro, elétrica ou manualmente.

A única alteração que sofrem os aparelhos do carro, é uma leveira torção nas posições do periscópio e da luneta telescópica, a fim de compensar a axialidade decorrente da distância reduzida de tiro, de modo a obter a convergência da alma do tubo com os instrumentos de pontaria.



Algumas Aplicações do ETR/2º RCC

Regulação

Toda a guarnição passa em roldão pelas funções da torre, executando: a regulação pelo processo da munição explosiva; tiros contra alvos fixos; e tiros contra alvos móveis. Vejamos alguns aspectos desses exercícios.

Na regulação, o elemento que desempenha as funções de Chefe de carro é quem comanda, controla, observa e regula o tiro. O atirador apenas executa suas ordens.

Nos tiros contra alvos móveis, somente na primeira série de alvos (perpendicular, a 2.000m), onde a variação se faz apenas em direção, o processo anterior é utilizado. Nas três séries de alvos restantes é aplicado o processo de "instrução avançada", isto é; dado o comando inicial pelo Ch CC, o atirador identifica o alvo, observa-o e acompanha-o e regula o tiro, sob a fiscalização do Ch CC, que, de imediato, pode fazer todas as correções julgadas necessárias.

Embora após essa série de exercícios, a guarnição, mesmo neófita (alunos de CPOR, por exemplo), esteja apta a fazer o tiro direto real, pois esta passagem pelo ETR lhe dá total domínio sobre a utilização dos equipamentos da torre, desembarço e confiança, o custo desses exercícios é tão arriscoso, que podem ser repetidos na medida que se julgar conveniente.

Tiro rápido

Embora nos alvos móveis, o tempo de exposição dos mesmos não ultrapasse 50 segundos, o que exige já uma rápida atuação da guarnição, é possível adestrá-la para alcançar uma rapidez ainda maior, pelo simples artifício de obrigá-la a executar o tiro, não em todo percurso de exposição do alvo, mas sim num dos trechos, entre duas elevações por exemplo, o que diminui o tempo necessário à execução do tiro a 1/3 do normal, isto é, de 15 a 20 segundos. O ideal seria que o sistema de redução da velocidade dos motores fosse múltiplo, de modo a permitir que o instrutor variasse a velocidade dos carros a seu critério, o que tecnicamente não se constitui em maior problema, apenas aumentando os custos do ETR. No entanto, nos parece que essa alteração é de fundamental importância, porque exigiria que o atirador fizesse modificações na precessão em função da velocidade do alvo.

Tiro de espera (emboscada)

Mais simples que o anterior, o tiro de espera consiste em determinar que o atirador efetue a pontaria num trecho do terreno e procure atingir um alvo pré-determinado, quando este atingir essa área. É interessante esclarecer ao leitor que, em cada série de alvos, estes são pintados em cores diferentes, para que seja feita a perfeita identificação do alvo, que o instrutor deseja que seja abatido, não deixando este a critério do atirador.

Tiro amarrado

O estande propicia ainda a possibilidade da execução do tiro amarrado e vale dizer, de todas as operações necessárias para tal, inclusive a confecção do roteiro de tiro da Sec CC. O tiro amarrado pode ser feito durante o dia, pelo escurecimento do ETR ou, cobrindo-se a cabeça do periscópio do atirador ou ainda, com mais realismo, à noite, apagando-se o sistema de iluminação do ETR.

Neste caso, como nos demais, o ETR permite uma variedade muito grande de exercícios, quase que só limitada pela vontade e criatividade do instrutor. Por exemplo, neste exercício o instrutor pode determinar que um carro de uma Sec CC, faça a amarração do tiro e saia do ETR e que esse tiro previamente amarrado, venha a ser executado pelo outro carro da Seção. Não conhecemos melhor forma de adestrar e verificar o preparo das guarnições na execução do tiro amarrado.

Competição de Tiro

Finalmente, o ETR possibilita que se organizem competições de tiro, de modo a estimular o preparo das guarnições o que permite ainda pela emulação, desenvolver-lhes o espírito de solidariedade, a confiança e a camaradagem, indispensáveis entre os membros de uma guarnição blindada. A competição é tão estimulante, que as guarnições se propõem a adquirir a munição necessária, já que o único óbice para o funcionamento do

ETR é o suprimento de munição, por um lado, pela alegação de não estar incluída a distribuição de munição de 22mm na cadeia de suprimento do Exército e de outro lado, por não ser possível sua aquisição por intermédio da verba FOMEX.

OS SIMULADORES EM NOSSAS UNIDADES BLINDADAS

Os simuladores existentes

Estamos informados de que mais de 80% dos nossos RCMec não dispõem de qualquer espécie de simulador para a instrução das suas guarnições. O 2º RCMec, de São Borja tem um redutor de calibre de 22mm, que no entanto, praticamente não é utilizado, seja porque os Carros dessa Unidade são ainda dotados de Can.37mm e a restrição a essa munição não é tão sentida, seja porque suas guarnições são constituídas de soldados e graduados antigos, seja porque se julga que o redutor de calibre não oferece, nessas condições, grandes alternativas. Outra Unidade de que possui um redutor é o 15º RCMec, no caso um redutor de 7,62mm, cujo mérito é o de ter sido idealizado e construído por um graduado da Unidade.⁴

Dos RCB, sabemos que o 6º, de Alegrete, tem um simulador, construído com os próprios meios da Unidade e que consiste de um CC miniatura, acionado por engre-

⁴ Pelas mesmas razões que o fizemos no caso do ETR/2º RCC, nomeamos o autor desse redutor: 2º Sgt Takashi Hinago.

nagens e um redutor de calibre 22mm.

Dos RCC, além do 2º, apenas o 1º RCC dispõe de um simulador eletrônico, que embora seja visualmente muito interessante e economize efetivamente munição, parece não possuir a mesma flexibilidade e eficiência no adestramento das guarnições blindadas.

Principais vantagens do ETR/2º RCC

Ao apresentar as possibilidades do ETR/2º RCC, suas principais vantagens já foram implicitamente abordadas, por isso vamos apenas destacar aquelas que julgamos mais importantes nos aspectos de economia e segurança.

Enorme economia de munição, sem perda da eficiência no preparo técnico das guarnições

As guarnições, após receberem a instrução preconizada para o estande, vão para o campo realizar o tiro real, muito mais pela necessidade psicológica de confiar no preparo recebido, do que para aperfeiçoamento técnico. Na verdade, a diferença maior entre o tiro no ETR e o tiro real, está no recuo do canhão e, como consequência do movimento do carro no momento do disparo, na dificuldade de acompanhamento e observação do tiro. A adaptação ao ruído do disparo e o manuseio da munição real, são secundários, mesmo porque as guarnições manuseiam a munição real durante os aprontos operacionais e trei-

nam o municiamento no próprio ETR com o redutor de calibre, que tem as mesmas dimensões e pode ter o mesmo peso da munição real.

Nestas condições a DMA atual é suficiente.

Enorme economia de combustível e lubrificantes

Normalmente os deslocamentos dos carros até um polígono de tiro seguro nunca é inferior a 30 km, o que representava, para a ida e volta de 1 (um) M 41, de 250 a 300 l de gasolina "B" e representará para o carro repotencializado de 100 a 120 l de óleo diesel.⁵ Sem o ETR não é possível realizar todos os tiros reais numa única etapa.

Preservação do material

Como decorrência dos aspectos antes aventados, deduz-se que o ETR concorre de modo muito marcante para a preservação do material. O deslocamento dos CC até o ETR, pelo contrário, constitui-se em necessidade de manutenção normal. Segundo já lemos, a vida útil do tubo de canhão se situa em torno de 350 tiros. Com o ETR a DMA pode ser consideravelmente menor.

Aumento considerável da segurança

Volta e meia se tem notícia de graves problemas relacionados com este aspecto e se mais casos

⁵ O consumo do novo motor utilizado nos carros repotencializados, vai além do consumo preconizado de 1:1.

não se registram é porque se atira pouco, ou por sorte. A verdade é que estando o homem já adestrado para o tiro real, os riscos são consideravelmente menores.

CONCLUSÕES

Como decorrência do exposto, nos parece que as conclusões são simples e claras.

Embora um simulador do tipo do ETR/29 RCC, não seja panacéia que permita substituir o tiro real no preparo das guarnições, é um excelente complemento desse adestramento, proporciona economia e segurança indiscutíveis na instrução e se enquadra perfeitamente nas diretrizes ministeriais que, há mais de 3 anos, destacaram a necessidade de se estimular a criatividade, visando compensar, através de engenho de cada um, a falta de meios de instrução mais adequados.

Se desejamos preparar eficiente, racional e economicamente e com segurança nossas guarnições blindadas, necessitamos dotar nossas

Unidades Blindadas e Mecanizadas de simuladores e isto se torna tão mais necessário, quanto mais sofisticados forem os nossos carros e tanto mais racional, quanto mais caros se tornem os carros que pretendemos adquirir. Quando a nossa indústria pretende produzir carros de combate, cujo preço atual estimado se situa em torno de 2.000.000 de dólares, o momento nos parece mais do que adequado para pensarmos seriamente no problema.

Se nossos recursos são escassos e se impõe o estabelecimento de prioridades, cremos que vale a pena, reduzir durante o tempo necessário, a DMA ou o combustível empregado no adestramento das guarnições blindadas, ou ambos, para a colimação desse importante objetivo.⁶

⁶ Agradecemos aos prezados companheiros, Comandantes das Unidades de Cavalaria blindadas e mecanizadas, a gentileza das informações que nos prestaram e os homenageamos na certeza de que, talvez por caminhos mais difíceis, também puderam com imaginação e criatividade adestrar suas guarnições blindadas.

O Cel Cav Agnaldo Del Nero Augusta, colaborador regular de A DEFESA NACIONAL e conhecido estudioso de táticas e técnicas de Blindados, tem em sua folha curricular importantes comissões, a saber: Instrutor da Seção de Doutrina, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Subchefe da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, Comandante do 2º Regimento de Carros de Combate, Pirassununga, SP.

LA FIORENTINA

Ponto de encontro da democracia gastronômica.

Fundada em 1958 como "ponte da aliança" entre escritores, artistas e personalidades de destaque do mundo social, empresarial e político.

Salão de encontros e reencontros, — onde até casamento já aconteceu, até batizado com padre e tudo — pelas mesas de LA FIORENTINA já passaram e continuam passando muitas celebridades daqui e d'á-lém-mar.

Um prolongamento da casa da gente, do teatro, do cinema, do estúdio, do escritório, da livraria.

Onde todos se confraternizam em torno de boa mesa e de bom papo.

Lá você se delicia com qualquer prato da cozinha internacional, da sofisticada lagosta à pizza-brotinho, sem constrangimento algum.

Democracia gastronômica é com a gente mesmo.

Restaurante-Cantina LA FIORENTINA
Avenida Atlântica, 458-A - Leme-Copacabana
Tel. 275-7698



O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

José Luiz Feio Obino

Durante a segunda metade do século XV era a Europa sacudida pelo Renascimento, motivando uma mudança nas relações dos Estados com a Igreja e marcando a transição para a Idade Moderna.

As descobertas européias decorrentes das grandes navegações marcaram aquela época, traduzindo a busca incessante de novos caminhos para as Índias, bem como o desenvolvimento de novos mercados no Atlântico. A dominação turca do Mediterrâneo transferira o Atlântico a importância do "Mare Nostrum".

Naquele final de século, os otomanos já dominavam os Balcãs, o Egito e a Pérsia e haviam ocupado Constantinopla, importante mercado italiano, interrompendo o co-

mércio marítimo das nações, principalmente italianas, com o oriente, cujas especiarias, transportadas por caravanas, chegavam aos portos do Mar Negro e do Mediterrâneo Oriental para embarque nas frotas venezianas e genovenses. Como consequência, as cidades italianas mais prósperas entravam em decadência.

E ainda nesse século, em 1465, que os livros adquirem nova dimensão em Florença, com a introdução da imprensa, permitindo divulgar os conhecimentos da antiguidade clássica e ampliar o saber e a cultura da sua sociedade, limitada até então, àqueles que lograssem acesso aos raros livros manuscritos, normalmente, em latim.

Presenciava-se uma Itália fraca e dividida com suas províncias se

destruindo entre si, invadida pelos turcos que chegaram a ocupar Otranto e atacada e ocupada pelos franceses, alemães e espanhóis, diante de um papado em crise de caráter moral.

É dentro desse cenário que Maquiavel se encontra com a História, vivendo um período rico de acontecimentos político-militares e sócio-culturais, aliado a sua aguda inteligência que o amadurece na intimidade dos livros clássicos de seu pai.

Vejamos então como Maquiavel marcou sua presença na História, analisando as experiências por ele vividas, comentando as suas considerações de ordem política e militar expressas em *O Príncipe*, discutindo a sua tese e abordando a influência da sua teoria na Idade Moderna.

Maquiavel e a História

Foi na segunda metade do século XV e início do século XVI, que o florentino Nicolo Machiavelli viveu de forma intensa momentos e circunstâncias históricas não só da Itália, mas principalmente da sua província, Florença, que juntamente com Veneza e Gênova, era das mais ricas e influentes da Europa.

Os fatos e acontecimentos do Renascimento Italiano lhe proporcionaram valiosos dados e subsídios para os seus estudos e análises de diversas questões políticas, diplomáticas e militares. Suas idéias resultavam do inter-relacionamen-

to da realidade com a sua cultura, absorvida e forjada na riqueza da pequena biblioteca de seu pai, cujas obras, em sua maioria manuscritos, tratavam do passado clássico, sobretudo da história da Roma Antiga.

O lastro cultural adquirido e amadurecido por esse florentino na riqueza da biblioteca do seu pai, nas primeiras três décadas da sua vida, seria de extrema importância para o seu trabalho junto ao poder político da República de Florença.

Durante o seu convívio com o poder, Maquiavel granjeou a simpatia dos superiores da República pelo que de admirável eram os seus lúcidos e proféticos pareceres políticos e relatórios diplomáticos que apresentava sobre as questões do Estado e das suas mais complexas e delicadas missões que a República lhe cometia.

Seu trabalho, como secretário da segunda chancelaria, destinada ao trato dos assuntos internos e da guerra, era marcados por uma extremada paixão política e pelo fascínio que a intimidade com o Poder lhe causava. Havia, no entanto, uma subordinação à primeira chancelaria, que cuidava das relações externas.

Sua reputação logo se firmou no trabalho competente e nos escritos concisos e lógicos de assessoramento político e militar de correntes das atividades normais e da guerra de Pisa, com que se viu envolvido ao iniciar as suas tarefas no governo. A sua emergente repu-

tação lhe valeu várias missões no exterior para negociar assuntos delicados, tais como questões de soldo dos *condottieri* a serviço de Florença, obtenção de soldados para o Exército e aquisição de munição. Os resultados favoráveis das difíceis negociações causaram a melhor das impressões ao governo florentino.

A medida que o secretário se desincumbia das suas missões no exterior, transformava-se no mais exímio dos diplomatas da Itália.

Isto lhe valeu a importante missão de explicar a Luís XII, Rei da França, a difícil situação de Florença com a ajuda militar francesa para reconquistar Pisa, que se mostrara ineficaz e desastrosa pela baixa qualidade dos soldados.

As *démarches* entre os dois Estados foram morosas, o que possibilitou a Maquiavel conhecer em detalhe um Estado Monárquico. A oportunidade da missão ampliava, assim, o horizonte político e diplomático do funcionário florentino que por quatro meses conviveu com a corte francesa, acompanhando-a por toda a França, a despeito do hostil convívio do ambiente real. Outras duas missões à França, mais tarde, lhe foram cometidas.

Acumulava, assim, Maquiavel um conhecimento profundo da psicologia e organização político-militar francesa.

Maquiavel, mais tarde, participou de negociações com Cesar Borgia. Em sua segunda missão, o

secretário foi portador de uma mensagem de fidelidade do governo florentino a ele, tendo permanecido quatro meses a seu lado colhendo ensinamentos e observando sua marcante personalidade política e conduta militar.

Outras missões diplomáticas e políticas foram realizadas pelo secretário florentino junto ao Papa e a cidades italianas.

A Alemanha lhe proporcionou um estudo e análise das questões político-militares, quando lá esteve por seis meses como enviado de Florença para assegurar, com o Imperador Maximiliano, o domínio florentino da República, caso fosse empreendida a expulsão dos franceses da Itália.

Sua vivência e extraordinária cultura da Grécia Antiga e da República de Roma lhe valeram, também, o papel de primeiro estrategista moderno, quando se dedicou à organização do Exército com o propósito de dar à Florença tropas leais e disciplinadas. Empenhou-se, como Secretário da Milícia, no seu fortalecimento e comandou a vitória sobre Pisa após quinze anos de luta.

Com o agravamento das relações do Papa com o reino de França, no início do século XVI, Florença, certamente, seria envolvida pelos acontecimentos militares que pudessem ocorrer. Isto levou Maquiavel a se preocupar com as defesas e composição do Exército florentino.

A derrota militar franco-florentina e o retorno dos Medici ao poder fizeram com que Maquiavel caísse em desgraça, o que marca o início do terceiro período de sua vida.

Para quem conviveu com o poder, durante quatorze anos, esta nova fase transforma-se em um período marcado pelo inconformismo que lhe moveu inúmeras tentativas para que Francisco Vettori, embaixador junto ao Papa, intercedesse a seu favor, visando o seu retorno às atividades públicas do estado Florentino, com as quais se identificara.

Nesse período de ostracismo político, a par dos seus modelares relatórios elaborados durante a República, Maquiavel revelou toda a sua maturidade intelectual como escritor, produzindo suas mais célebres obras, das quais destacam-se *O Príncipe*, *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* e *Arte da Guerra*.

Mesmo inconformado em não poder colaborar com o governo, diretamente, Maquiavel produziu vários pareceres para o amigo Francisco Vettori sobre questões políticas, envolvendo as relações do Papa com outros Estados.

Além disso, suas qualidades de assessor e negociador fizeram com que alguns comerciantes de Florença lhe incumbissem missões comerciais para defender seus interesses.

Nos últimos anos de sua vida, desempenhou missões secundárias; foi historiador de Florença e chefiou um órgão recém-criador pelo governo para cuidar de fortificações.

Assim, a experiência desse homem encerra um misto de intelectualidade do passado clássico com a intimidade do Poder do Estado do Renascimento Italiano, quando se revela o político, o diplomata, o estrategista, o filósofo da História e o escritor político renascentista.

Será verdadeira a Teoria Maquiaveliana?

As obras de Maquiavel tratam da arte de conquistar e preservar o poder e da arte da guerra.

Segundo o pensador florentino, o conselheiro dos príncipes sómente se devia preocupar em satisfazer os desejos de seus soberanos. O seu livro mais famoso e conhecido — *O Príncipe* — foi idealizado e escrito, levando em conta tal preocupação e os valores culturais da época em que viveu. Há quem diga que esse tratado político revolucionário foi uma obra de conveniência, defendendo o Estado Monárquico Absoluto, dedicada a Lourenço de Medici, com o propósito de retornar ao convívio com o poder do Estado, por não se conformar em viver em desgraça depois de ter dado tanto de si à República Florentina. Apesar de ser verdadeira a pretensão de

Maquiavel, *O Príncipe*, escrito simultaneamente com os *Comentários da Primeira Década de Tito Lívio*, traduz um pensamento coerente com as teorias contidas naquela outra obra que idealiza o Estado Republicano, como um desdobramento final do Estado Monárquico defendido por ele em *O Príncipe* para a unificação da Itália.

As considerações de ordem política e militar do livro encerram regras de conduta destinadas a assegurar o poder centralizador do príncipe. O conteúdo político não tardou em desencadear uma tempestade, diante do problema crucial da moral e ética. Maquiavel separava a política da moral, concebendo a natureza humana de forma imutável.

Crossmann, em sua obra *Biografia do Estado Moderno*, apresenta Maquiavel como um ser humano moral partidário da liberdade, imparcialidade das leis e princípios de uma religião sadia.

A Igreja, à época, em nada poderia contribuir para os valores que ele defendia. Como fazer sobreviver um Estado onde a moral falhara? A solução era uma doutrina forte para mudar os valores.

Maquiavel focaliza, inicialmente, no seu livro, os vários principados do Renascimento, analisando suas características, o modo de governá-los e a maneira de conquistar novos principados. Ao analisar "de que modo se devam governar

as cidades ou principados", ressalta a importância do controle do Estado. Para esse controle, sugere três métodos: destruí-lo, morar lá em pessoa e permitir que viva segundo suas leis com um governo de confiança. Levando em conta exemplos da Grécia Antiga e da República Romana, aconselha os dois primeiros métodos como os mais seguros, sendo que no segundo, preconiza a eliminação da dinastia do príncipe destronado.

Ao concluir essa parte inicial, o autor se atém aos aspectos militares de forma crítica, procurando alertar os governantes para os perigos das tropas mercenárias e a confiabilidade das milícias nacionais. Maquiavel, de forma objetiva, resume sua preocupação com a segurança do Estado, revelando-se um defensor incontestável das milícias que consagram os princípios dos Exércitos nacionais, baseados na conscrição dos soldados no seio da sua população. Acreditava ele, com muita propriedade, que os exércitos mercenários e as tropas auxiliares a serviço dos Estados careciam de lealdade e confiabilidade para com os governantes. Maquiavel busca, com a sua milícia, superar os perigos que a covardia das tropas mercenárias e o valor das auxiliares representavam para o príncipe. Quando no governo contribuiu para elaboração da ordenança, que estabelecia o serviço militar obrigatório para todos os homens entre 18 e 30 anos.

A sua concepção militar estava impregnada de certo sentido nacional próprio das Falanges Gregas e das Legiões Romanas. Dizia Maquiavel que "sem ter armas próprias, nenhum principado está seguro; ao contrário, fica ele totalmente à sorte".

Ademais, o estrategista florense discorre sobre o papel do príncipe como Comandante de suas tropas, seu organizador e disciplinador, por achar que o Poder Militar, aliado ao Poder Político era a única forma que garantia a liberdade do Estado.

Era preciso que os governantes italianos, na época afeitos apenas ao comércio, voltassem seu pensamento para a arte da guerra, uma vez que a preservação deles no poder dependia da força militar.

Recomendava, também, ao príncipe como Comandante, o planejamento e o adestramento das suas tropas, através de exercícios práticos e mentais, observando os ensinamentos da História.

Maquiavel, assim, já colocava a força militar como um instrumento do Estado, adequada à natureza de sua política. Do mesmo modo que a religião, Maquiavel subordinava a guerra à política, antecipando-se em três séculos a Clausewitz, que de acordo com Felix Gilbert, "não desprezou a teoria fundamental de Maquiavel, mas incorporou-a na sua própria" (7:25).

Concluídas as considerações de ordem militar, Maquiavel passa a

tratar dos problemas de governo descrevendo "os modos e o proceder de um príncipe para com os súditos e os amigos (11:89). É nessa parte da obra que reside a polêmica, fruto do seu pensamento revolucionário. A política surge como um objetivo maior desvinculado dos aspectos morais. Trata-se de um conceito basilar que norteará as demais considerações políticas da sua obra. Robert B. Downs anota o capítulo "De que modo os príncipes devem manter a fé da palavra dada" como o mais célebre dentre os demais (4:23). Tal capítulo expressa a "intuição básica da política maquiavélica, simbolizada no Centauro, política para a qual é necessário saber bem usar o animal e o homem", segundo Lauro Escorrel (5:68). Assim sendo, os príncipes deviam agir de duas maneiras: politicamente por meio das leis e militarmente através da arte da guerra.

Ainda Maquiavel mostra que residem na falta de espírito militar e na inimizade do povo, as razões "por que os príncipes da Itália perderam os seus Estados". O autor ainda coloca a questão do querer em relação à fortuna, destacando os riscos que os príncipes correm quando se apoiam exclusivamente na sorte a qual, no seu entender, pode ser dominada pela vontade humana.

Finalmente, Maquiavel termina a sua obra exortando um novo príncipe a salvar a Itália, libertan-

do-a definitivamente da dominação estrangeira, sonho que só se realiza no século XIX, pela falta de uma consciência política na Itália no século XVI.

A doutrina de Maquiavel ainda comporta um outro ponto relacionado com o poder, que é a *razão de estado*. Ela traduz a norma de ação política dos homens de governo, os quais, conscientes do próprio poder e afeitos à conjuntura, buscam alcançar os objetivos essenciais do Estado. Assim, a razão de estado comporta uma racionalidade pragmática com a política. É a falta desse entendimento que leva as pessoas a resumirem sua tese em "os fins justificam os meios". Essa conhecida frase, encontrada em traduções, inexiste nos originais da sua obra. Tem razão Carl J. Friedrich, ao chamar a atenção para o fato de alguns tradutores interpretarem diferentemente a expressão de Maquiavel, de que "toda ação é designada em termos do fim que procura atingir". Entende ainda Friedrich que a expressão não é fiel ao seu verdadeiro pensamento, porque o seu interesse não estava em qualificar os meios, mas sim em considerá-los de forma racional.

A colocação da questão por Lauro Escorel é bastante semelhante, quando diz que Maquiavel acreditava que o homem de Estado só seria julgado pelo seu sucesso e não pelos meios empregados para alcançá-lo. Acrescenta Escor-

rel que, "para Maquiavel, não existiam meios *a priori* bons e meios *a priori* maus: encarando a política como uma técnica, ele só julgava os meios *a posteriori*, isto é, em função de sua eficiência prática, fosse para conservar ou conquistar o poder, fosse para promover o bem coletivo".

A melhor das interpretações parece caber a Francisco Ercole, quando afirma que o conceito de virtude de Maquiavel "prescinde de modo absoluto de qualquer critério de moral de avaliação de atividade humana". Maquiavel, para ele, nunca tratou diferentemente as ações morais e imorais, apesar de fazer distinção entre elas. Para Maquiavel, a questão reside no homem revelar a sua capacidade de agir conquistando o fim em vista, através do uso racional de meios adequados ao momento, para fazer o bem quanto para fazer o mal.

Parece que a questão reside na comparação da racionalidade dita pelas coisas do Estado com certas convicções de ordem moral e religiosa.

Quero crer, portanto, que a propriedade da expressão, extrapolada da teoria política de Maquiavel, é bastante questionada, quando olhada de maneira simplória. É preciso entendê-la no tempo e, portanto, à luz dos valores culturais, balizadores que são do comportamento das sociedades.

A essência da crítica de *O Príncipe*, parece estar contida na forma como o autor vê a natureza humana. Maquiavel considera a natureza humana imutável por não visualizar, à época, as mudanças sociais quase que inexistentes e que hoje são freqüentes, tornando o ambiente turbulento. Lauro Escorel foi muito feliz na sua crítica, quando diz que Maquiavel "carecia de uma concepção da evolução histórica, não podendo conceber ainda a idéia de progresso". Gaetano Mosca, do mesmo modo, afirma que "ele se equivocara quando acreditava que era suficiente imitar os antigos para obter os mesmos resultados que aqueles". Mosca, ainda, critica a apreciação que Maquiavel fazia dos homens, porque só apresentara parte da verdade. Ele não fora capaz de reconhecer a existência de indivíduos altruistas e generosos, inclusive como ele, que fora bastante moral na sua vida.

Outro crítico de *O Príncipe* foi Kar W. Deutsch, que aponta a falta de visão de Maquiavel das grandes mudanças econômicas e sociais que ocorriam na ocasião e que tiveram profundas repercussões na política da Itália. Essas mudanças decorriam da perda de controle do Mediterrâneo pela Itália com reflexos no seu comércio, diante da conquista pelos turcos de Constantinopla e do Mediterrâneo oriental; da importância do Atlântico no comércio devido às grandes

navegações que possibilitaram o descobrimento de um novo caminho para as Índias e de novas terras; e da reforma iniciada por Lutero, que influira nos donativos e na peregrinação destinada a Roma. A falta de visão desses acontecimentos nos leva a acreditar que seu pensamento limitara seu horizonte, de forma obsessiva, ao campo político-militar deixando de considerar, como já vimos, a evolução social e econômica dos povos.

Apesar das críticas, *O Príncipe* reflete com fidelidade o universo de fatos e observações da época na Itália e encerra a doutrina do poder político-militar a ser exercido por um superpríncipe.

A doutrina concebida em *O Príncipe* e complementada pelas suas demais obras traduz um dos princípios básicos da moderna teoria política e militar.

Nos dias de hoje busca-se analisar a obra em conjunto com as demais, situando-as no momento histórico, para que se tenha uma visão completa do pensamento de Maquiavel.

A validade da obra de Maquiavel, no presente, irá depender da compreensão dos seus conceitos político-militares, à luz dos atuais valores sócio-culturais que se interrelacionam com a consciência moral e os direitos individuais do ser humano.

Influência da Teoria na Idade Moderna

O Príncipe, publicado após sua morte, não tardou em ser condenado por católicos e protestantes que denunciavam o pensamento florentino como o pregador do arbítrio e da crueldade.

A teoria de Maquiavel se contrapuseram os antimaquiavelistas, dos quais Frederico, o Grande, é um deles. Entretanto, sua atuação política foi marcadamente maquiavélica.

Cromwell, ministro de Henrique VIII, sofreu enorme influência, tendo classificado *O Príncipe* como a "quintessência da sabedoria política" (19:507).

Até o século XVIII identificamos os maquiavelistas como o siciliano Cipião de Castro, o francês Gabriel Naudé e o anônimo veneziano, provavelmente o monge Paolo Sarpi, que procuraram tirar da obra lições práticas e conselhos para os governantes.

No século XIX, a influência do teste se fez sentir nos movimentos revolucionários, provocando uma tendência absolutista, bem como separatista entre o Estado e a Igreja. Na Itália, finalmente, suas lições foram fielmente seguidas e perfeiçoadas pelo Conde Cavour em sua luta pela libertação e função do novo Estado.

Influência maléfica de sua obra freram Luiz XIV, Napoleão, Bismarck e no atual século, Mussolini e Hitler, que perderam o senso da

medida e dos limites na condução política do Estado.

No Brasil, a influência de Maquiavel ocorre na República. Mas é na década dos 30 que sua teoria é lembrada. A obra *Maquiavel e o Brasil*, de Octávio de Farias, confirma esta observação por traduzir o remédio do autor para a situação do país. Vejamos como Octávio de Farias colocava a questão em um trecho da sua obra:

"Diante da nossa desordem brasileira, ninguém mais útil que Maquiavel. Nós que vivemos a desordem universal no que ela tem de pior — de menos grandioso e de mais anárquico — devemos voltar os olhos para esse homem que tem à nossa disposição as regras, comuns e de exceção, de que mais precisamos e de que menos temos noção".

Assim, o Estado Novo parece encerrar a aplicabilidade da teoria como solução para os perigos do comunismo e do integralismo. Além disso, o movimento de 64 parece ter adotado a essência de algumas idéias para a preservação do poder revolucionário.

Resta-me, finalmente, dizer que as modernas ditaduras e revoluções ideológicas e religiosas do mundo de hoje imprimem um sabor todo maquiavélico, afrontando a humanidade. Assim, esperamos que os desejos de segurança e o impasse entre as superpotências não venham dar razão nova-

mente ao Maquiavel do século XVI.

Conclusão

Decorridos quase cinco séculos, a teoria do pensador florentino continua válida e presente na condução das ações políticas dos Estados modernos, sejam quais forem suas tendências ideológicas.

Ademais, sua Doutrina do Poder constitui um dos fundamentos basilares da moderna teoria política, enquanto que sua Teoria Militar traduz um dos princípios nordeadores da formação atual das Forças Armadas nacionais e do seu aprestamento.

Essa teoria, a que chegou o mestre Maquiavel naquela época, era o produto mais nobre da inovação e da criatividade humana no campo político. Maquiavel revolucionara o modo de pensar, preocupando-se em analisar a realidade à luz da observação dos fatos e da sua invejável experiência, tendo em mente os exemplos da antiguidade clássica greco-romana. Foi essa forma indutiva de pensar, da qual Aristóteles foi o primeiro na análise política, que Maquiavel se utilizou para o seu trabalho, incorporando, no entanto, um novo método de ver as coisas de forma objetiva, sem se ater a questões de ordem moral e ética. Em outras palavras, sua análise indutiva não comportava julgamento de valores. Foi a criatividade do seu método

indutivo de análise da realidade, pondo à margem os valores sociais que, no meu entender, tornou Maquiavel o primeiro cientista político, ao contrário da opinião de muitos que consideram o moralista Aristóteles como o fundador da ciência política.

Assim, *O Príncipe*, na verdade, encerra um método de estudo válido ainda hoje, fundamentado nos fatos e observações da História e do presente, na sua sistematização e, finalmente, na fixação de princípios e leis.

Além disso, a obra em tela, apesar de traduzir a essência doutrinária do poder absoluto, precisa ser apreciada em conjunção com as demais obras do Mestre, para que possamos ter uma visão completa do seu pensamento e, portanto, entender a coexistência da forma monárquica absolutista com a sua admiração pelo estado republicano.

BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Complementos da Doutrina*. Rio de Janeiro, 1981. 175 p.
2. COUTINHO, Lourenço. *O General Góes depõe...* 2. ed. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1956. 544 p.
3. DEUTSCH, Karl W. *Política y Gobierno*. Politics and Government. Trad. E. L. SUARES, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1976. 608 p.
4. DOWNS, Robert B. *Obras Básicas: Fundamentos do Pensamento Moderno*. Tra: Hilda Pareto Soares Maciel & Maria Helena Deiró Hahn. Rio de Janeiro, Biblio, 1969. 296 p.
5. ESCOREL, Lauro. *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979. 126 p.
6. FRIEDRICH, Carl G. *Uma Introdução*

- Teoria Política*. Trad. Leonidas Xansa & Luiz Corçao. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 186 p.
7. GILBERT, Felix. Machiavelli: The Renaissance of the Art of war. In: Edward Mead Earle. *Makers of Modern Strategy* 2. ed. Princeton, 1973. 553 p.
8. LUIZ, Heitor da. Maquiavel: a política que o maquiavelismo renegou. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1977.
9. MACHIAVELLI, Nicoló Di Bernardo dei. *A Arte da Guerra, A Vida de Castruccio Castracani, Belfagor, o Arquidiabo*. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Universidade de Brasília, 1980. 66 p.
10. ———. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Universidade de Brasília, 1979; 462 p.
11. ———. *O Príncipe. II Príncipe*. Trad. Robert Grassi. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. 158 p.
12. ———. *O Príncipe, anotado por Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia*.
- Trad. Aurora Pereira de Carvalho. Rio de Janeiro, 1979. 130 p.
13. MOREIRA, Marcílio Marques. Maquiavel, mestre de príncipes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 set. 1978.
14. MOSCA, Gaetano & BOUTHOUL Gaston. *História das Doutrinas Políticas*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. 416 p.
15. O PENSAMENTO de Nicolo Machiavelli. *Política*. out/dez 1977. Publicação avisa do arquivo do jornal *O Globo*.
16. RAPOSO FILHO, Amerino. Pensamento Político-Estratégico de Maquiavel. *Caderno de Estudos Estratégicos*, Rio de Janeiro, 17-15, jan. 1982.
17. SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 415 p.
18. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Notas sobre Maquiavel e o Brasil. In: Universidade de Brasília. *Maquiavel: um seminário na Universidade de Brasília*. Brasília, 1981. 57 p.
19. WELLS, H. G. *História Universal*. São Paulo, Nacional, 1942. 523 p. 2º Tomo.



O Capitão-de-Mar-e-Guerra José Luiz Feio Obino, declarado Guarda Marinha da Escola Naval em 1958, é possuidor dos Cursos de Aperfeiçoamento de Submarinos, de Assuntos Básicos da Escola de Guerra Naval, de Comando e Estado-Maior da EGN, de Tática Submarina (Brasil e Inglaterra) e Superior de Guerra Naval da EGN.



O ATLÂNTICO SUL: CONTEXTO REGIONAL

Therezinha de Castro

INTRODUÇÃO

No contexto geral o Atlântico se distingue dos dois grandes oceanos pela *larga comunicação marítima que estabelece com as duas zonas polares*. O Pacífico tem suas comunicações estranguladas com o Ártico através do Estreito de Bhering; enquanto o Índico se encontra separado dos dois mares gelados pela grande massa terrestre asiática. Consequentemente, tendo em vista o sempre crescente destaque que vêm tomando as regiões polares no âmbito das Relações Internacionais, é de suma importância geoestratégica a vasta massa líquida de 81.657.800 km², livre de obstáculos, formada pelo Atlântico. Nessa vasta massa líquida se destaca o *Atlântico Sul, espaço marítimo compreendido entre três frentes*

continentais — América, África e Antártica; e três corredores — o do norte, constituído pela zona de estrangulamento Natal-Dakar, e dois no sul, respectivamente entre a Antártica e as frentes continentais americana-africana, comandados pelo Estreito de Drake e a Passagem do Cabo.

Dai o sentido geoestratégico do corredor vital do Atlântico Sul na faixa de circulação onde se reúnem os grandes oceanos, diante da Antártica, tendo como pontos de amarras o Cabo das Agulhas (35° de latitude sul) na África do Sul e o Cabo Hornos (56° de latitude sul) na Argentina. Embora a demarcação dos círculos polares subsista no norte e no sul, determinando o limite para o término do Atlântico, no hemisfério dito oceânico o *Glacial Antártico* *inexiste praticamente*. Enquanto o

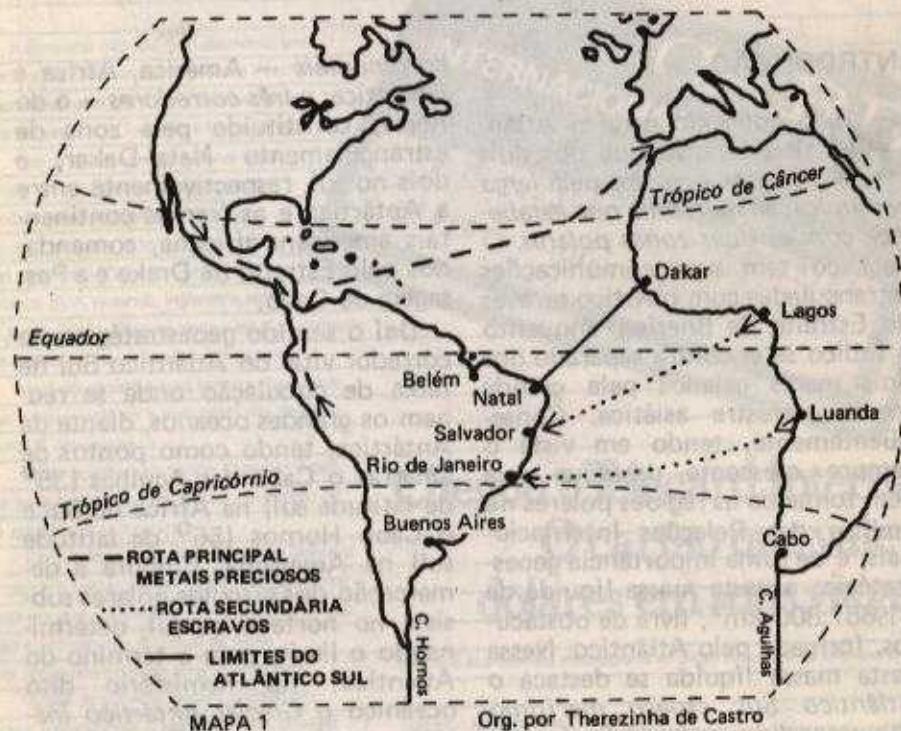
Glacial Ártico é um mar do tipo interior, aceita-se o Glacial Antártico como um mar do tipo marginal; daí a problemática da Antártica ser bem mais complexa que a do Ártico.

Para a OTAN o limite do Atlântico Norte e Sul é determinado pelo Trópico de Câncer, muito embora geograficamente se imponha a linha do equador. Na realidade porém, a divisão do Atlântico em duas zonas geoestratégicas definidas se faz na área em que o entorno continental sul-americano, o saliente nordestino do litoral brasileiro, se projeta para a protuberância da África Ocidental. A linha divisória é uma reta inclinada, vis-

to que Natal no Brasil se localiza ao sul do equador, enquanto Dakar no Senegal se encontra ao norte do círculo máximo da Terra. (Mapa 1)

A despeito, no entanto, dos limites artificiais, uma curiosa homologia caracteriza o Atlântico de norte a sul, nos recortes costeiros existentes entre as Américas de um lado e a Europa-Africa do outro. Homologia tal, que praticamente *cada reentrância no lado americano corresponde a uma saliência no setor euro-africano*. Tal concordância levou Wegener a jus-

¹ Mantendo, consequentemente entre as duas zonas um Atlântico Central que se estende do conturbado Caribe ao cobiçado Mediterrâneo.



tificar sua teoria da deriva dos continentes com base sobretudo no Atlântico Sul, onde a América do Sul e a África seriam unidas pelos litorais que hoje nada mais são do que uma linha de fratura.

Para alguns estudiosos o Atlântico se formou depois do Índico e do Pacífico, e, como o mais jovem de todos, não se pode falar nele durante as eras primária e secundária. Num contraste, porém, do que ocorre com o elemento líquido, as massas terrestres centradas no hemisfério continental, na faixa das várias planícies que circundam o Ártico, dão, em sua simetria, a idéia de que as áreas territoriais foram forjadas por forças naturais numa nítida tendência a ser antípoda ao mar. Por isso, nessa assimetria, enquanto as terras que rodeiam o Pacífico, caracterizadas por um cinturão vulcânico, demonstram sua juventude geológica, as do Atlântico, bem mais arcaicas, apresentam apenas dobras montanhosas em suas costas. Disto resultou e resulta uma atividade geopolítica bem maior para o Atlântico, de costas baixas e aptas para melhores instalações portuárias; e, em torno do Atlântico que aproxima os continentes, temos a visão de que a América é um apêndice longo e curvo da Eurásia, enquanto a África nada mais é do que uma simples península do Velho Mundo. E é justamente nesse entrosamento terramar, no complexo maritimidade versus continentalidade que se impõe a Oceanopolítica no âmbito das Relações Internacionais. (Mapa 2)



MAPA 2

Org. por
Therezinha de Castro

Considerado o Atlântico Norte como uma bacia fechada, ele vai diferir essencialmente do Atlântico Sul, que se comunica largamente com o Glacial Antártico e, nas mesmas condições, com o Índico e o Pacífico, fechando-se no norte através de autêntica linha de estrangulamento. Dentro do enfoque geoestratégico, observa-se que a linha de defesa é bem mais forte quando tem por base a solidariedade

de marítimo-terrestre. E dentro de tal premissa, observa-se que, centrando-se no Atlântico Norte, existe uma rota contínua devido à quase sequência de terras e águas. Já no Atlântico Sul, as terras se caracterizam pelo isolamento, constituindo-se em fímbrias ou arremates das comunidades existentes no norte. Este aspecto fisiográfico tem contribuído para que no *jogo geopolítico os países do Atlântico Norte venham dirigindo os destinos das nações dependentes do Atlântico Sul*, num caracterizado eixo Leste-Oeste, que forma a OTAN, sobrepondo-se ao eixo Norte-Sul, constituído pelo TIAR. Delimitando parte da área oceânica costeira ao continente americano, o TIAR, nem chega, ao menos, a converter o Atlântico Sul num "funil" geoestratégico com sua extremidade na Antártica e a base maior na zona de estrangulamento Dakar-Natal. E, no contexto regional, neste flanco desguarnecido, a despeito da instabilidade geopolítica da República África do Sul-Namíbia ao lado das atividades cubanos-soviéticas em Angola, também não foi possível a concretização da OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul) proposto em 1976.

A fisiografia também contribuiu para que se instalasse no Atlântico Norte a zona do Globo mais afeita à expansão do elemento humano, envolvida na dinâmica geopolítica.

Envolvimento tal, que antes mesmo da era oceânica propriamente dita, os nórdicos saíndo da Europa Setentrional atingiam a América do Norte, que, por sua vez, tam-

bém recebia imigrantes asiáticos; o embate viking-esquimó permitiu que existisse, desde a antiguidade remota, a mais estreita ligação entre a Eurásia e América nas altas latitudes. Contrastando só na era moderna, quando o tráfego passou a se fazer por mar — Rota Cabo-Estreito de Magalhães, quando a América do Sul e África puderam participar da vantagem de se posicionarem no eixo principal da circunavegação Atlântico-Índico e Atlântico-Pacífico.

Finalmente, na era contemporânea, com a abertura dos Canais de Suez e do Panamá, veio a se firmar mais uma vez a solidariedade marítimo-continental centrada no Atlântico Norte, marginalizando-se de novo as terras do Atlântico Sul. Marginalização que a dinâmica geopolítica tende a anular em nossos dias, ante a possível obsolescência Suez-Panamá e o renascimento Magalhães-Cabo. Eis, pois, na Oceanopolítica, o *jogo de influências entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul*.

DINÂMICA GEOPOLÍTICA

No aspecto regional do Atlântico Sul, numa combinação geral orografia-hidrografia, a fisiografia africana contribuiu no sentido de impedir qualquer movimentação de penetração para o interior. O relevo alto no litoral atlântico sul-africano contrasta com as mais baixas altitudes do setor sul-americano. Tal aspecto contribui para a quase invulnerabilidade da África Sul-Atlântica, transformando-a num continente auto-fechado

que durante muito tempo só se comunicou com o exterior através da estreita linha costeira. Por sua vez, os rios africanos, ao contrário das bacias fluviais sul-americanas (sobretudo a Amazônica e a Platina) não desempenharam seu papel geohistórico natural de vias de comunicação e portas de acesso ao continente.

Na América Sul-Atlântica a facilidade oferecida pela orografia-hidrografia levou os colonizadores ibéricos a ignorar até mesmo suas ilhas oceânicas. Contrastando com os fatores negativos, as ilhas litorâneas africanas, mais fáceis por seu posicionamento de serem ocupadas e defendidas, serviram de trampolins para o estabelecimento posterior na zona costeira. Nessas condições, Bolama constituiu o núcleo geohistórico da Guiné-Bissau; por sua vez, Goré, no Arquipélago de Cabo Verde, foi o ponto de partida que os franceses encontraram para controlar o Senegal; as mesmas funções tiveram Anobóm, Fernando Pó, S. Tomé e Príncipe. Daí ter afirmado Jaime Cortesão² que "S. Tomé foi o núcleo colonizador onde se espalharam as feitorias do Golfo da Guiné nos atuais territórios da Nigéria, Camerum, Gabão e que fixou igualmente a importância de Angola".

Enquanto a América do Sul-Atlântica se manteve durante três séculos na esfera exclusiva luso-hispânica, protegida por um cinturão de fortés que pontilhavam o litoral desde o Prata até Macapá,

acima do equador, a fisiografia africana, contribuindo para um estabelecimento geohistórico ocasional costeiro durante vários séculos, trouxe como consequência geopolítica a mudança de donos inúmeras vezes. Assim, os colonizadores iniciais portugueses, seguidos pelos espanhóis e depois pelos holandeses —, já no século XIX haviam sido, em muitas áreas, substituídos pelos ingleses e franceses. Antes mesmo que o interior fosse conhecido, já quase todos os melhores trechos da costa haviam caído em poder das duas superpotências da época. A essas vieram, posteriormente se juntar a Alemanha, a Itália e a própria Bélgica, depois de terem, dentro da política das nacionalidades, unificado seus próprios territórios europeus. Processo histórico ocasionador, dentro da dinâmica geopolítica, a que o Atlântico Sul se transformasse num ibero-oceano.

Em se tratando da topografia, o Atlântico Sul, em linhas gerais, apresenta-se com aspecto de grande simplicidade. A plataforma continental é estreita de ambos os lados, comparativamente com a da embocadura do Prata para o sul. Muito embora o Atlântico Sul seja o oceano de recepção dos maiores volumes de águas fluviais, caracterizadas como forças destruidoras do relevo continental, os materiais, produtos das erosões dos rios, são quase nulos ao largo do Congo e mais encontradiços na foz do Prata.

As grandes profundidades das regiões abissais, com mais de 5.000 metros, se encontram a uma

² "Os Portugueses em África" — Lisboa, 1968.

distância relativamente curta tanto da costa sul-americana quanto da africana; de um lado estão as depressões ou *Bacias do Brasil e da Argentina*, do outro as *Bacias do Congo e do Cabo*.

Essas bacias têm milhares de metros de profundidades e constituem esconderijo ideal para os gigantescos submarinos nucleares. Alguns analistas militares associam estes submarinos às últimas informações sobre águas profundas dos oceanos, onde se podem esconder e esperar para atacar embarcações inimigas em caso de guerra. Os alvos em potencial dos atuais submarinos nucleares de longo alcance incluem plataformas para a exploração do petróleo no mar, assim como petroleiros e navios de guerra adversários. "A defesa do Atlântico Sul pelo Ocidente (inscrita na defesa do Atlântico como um todo), na paz ou na guerra, só se nos afigura exequível dentro do quadro de um sistema de alianças militares eficazes, bem concebidas e solidamente estruturadas. Nenhuma das Marinhais regionais, isoladas ou em conjunto com as demais, poderá exercer hoje nessa área influência suficientemente poderosa. Achamos que caso existisse uma organização militar coletiva envolvendo algumas potências militares mais expressivas, seria uma forma de tentar conter a expansão livre e desenfreada do poderio soviético no Atlântico Sul"³. Sobretudo se levarmos em conta

que o conceito de detergência do Kremlin evoluiu da ênfase inicial defensiva, de prevenção dos conflitos, para processos dinâmicos ofensivos que venham a satisfazer os interesses internacionais do país. No momento, pois, em que a América do Sul era considerada como um glaciar geopolítico dos Estados Unidos, Cuba passava a realizar as ambições russas na África, colocando-se, para sua logística, na mais estreita dependência do Kremlin. Conseqüentemente a defesa dos Ocidentais passou a se ressentir no setor geoestratégico da zona periférica do Atlântico Sul, onde a América e a África eram simplesmente "identificadas como o 16º setor geográfico a apresentar interesses vitais para os Estados Unidos"⁴.

A quase simetria das bacias do Atlântico Sul se contrapõe à linha estável da cadeia submarina. Os picos dessa *dorsal atlântica* emergem ao largo da costa africana através das Ilhas de Ascenção, Santa Helena, Tristão da Cunha, complementando-se nas Malvinas, Trindade-Martim Vaz e Fernando de Noronha-S. Pedro e S. Paulo.

Os ventos fortes são praticamente desconhecidos nas costas africanas e no meio do Atlântico Sul; são raros nas costas brasileiras e uruguaias, mas são freqüentes ao longo da foz do Prata e na zona marginal ao Glacial Antártico. Assim, o Atlântico Sul é o único oceano tropical isento dos violentos ciclones, constituindo-se na

³ "Atlântico Sul — Sua Importância Estratégica" — A Defesa Nacional — nº 688 — março/abril de 1980 — General Carlos de Meira Matos.

⁴ "Quelle sécurité pour Afrique?" — Politique Internationale nº 18 — Hiver 1982/83 — Charles Zorgbibe.

zona dos anti-ciclones centrada nos 30° de latitude sul e entre 0° e 15° de longitude oeste, portanto mais próxima da África do que da América do Sul. Em torno dessa área anti-ciclônica, o alíseo do sudeste tem direção bem regular no meio do Atlântico Sul, infletindo de leste para oeste ao se aproximar da América na altura dos 15° de latitude sul para então tomar a direção nordeste-sudoeste ao longo da costa brasileira.

Por sua vez, no Atlântico Sul, o movimento geral das águas de superfície desenham um circuito no sentido anti-ciclônico. Como corrente inicial surge a *Sul-Equatorial*, cujas águas conservam a direção geral leste-oeste até 15° de latitude sul. Numa inflexão para a esquerda dá origem à *Corrente do Brasil* cujas águas se dirigem para o sudeste seguindo toda a costa da América do Sul. Ao sul do Brasil e costa do Uruguai a corrente se desvia para o sudeste e, encurvando-se em torno da área ciclônica, recebe as águas frias da *Corrente das Malvinas*. Fecha-se finalmente o circuito do Atlântico Sul através da *Corrente de Benguela*. As derivas dessas correntes marítimas são caracterizadas como autênticos circuitos de ligação formando, naturalmente, o laço entre as águas americanas e africanas. Laços que no entanto não atraem, entre si, as costas africanas e americanas, tal como ocorre no Atlântico Norte com a Corrente do Golfo. Justificando-se mais uma vez, a atração terra-mar no Atlântico Norte, de navegação intensiva, para o que ainda concorre a imensi-

dão do Pacífico, que se torna um oceano de navegação intensiva. Justificando-se também a *retração continental no Atlântico Sul* pela concorrência que lhe promove esse mesmo oceano Índico, de navegação intensiva. Caracterizando-se no contexto, mais uma vez, a predominância do mar sobre o continente com reflexos importantes não apenas no setor geoeconômico, mas sobretudo no geopolítico e geoestratégico.

Concluindo-se de um modo geral, que ante a incipiente arte de navegar, foram os ventos, as correntes marítimas e as linhas oceânicas do Atlântico Sul que muito contribuíram, no alvorecer da Idade Moderna, dentro da dinâmica geopolítica, para desvendar os dois continentes que repartem as suas ribeiras — a América do Sul e a África. Quando na Idade Moderna a humanidade se lançou na chamada rota oceânica, passou, de início, a depender do regime dos ventos; em função destes regimes surgiram, nos oceanos, as zonas de concentração do tráfego e as zonas ditas desérticas. Dependendo dos ventos favoráveis, os navegadores dependeram também das ilhas, verdadeiros trampolins de segurança, bases de apoio intercaladas nas rotas oceânicas; a essa autêntica *vertebração geopolítica*, toda envolvida inicialmente nos domínios portugueses e depois repartida com os espanhóis, J. Vicens Vives dá o nome de *diagonal insular*⁵.

No Atlântico, a Rota das Índias criou a diagonal insular num seg-

⁵ "Tratado General de Geopolítica" — Barcelona, 1950.

mento de retas desde Lisboa até Buenos Aires. Segmento de retas constituído inicialmente por arquipélagos integrantes do Atlântico Norte: *Açores* (2.305 km²) considerado mais europeu do que africano, e hoje importante ponto de apoio para a OTAN; a *Madeira* (797 km²), as *Canárias* (9.273 km²) e *Cabo Verde* (3.928 km²). Este último arquipélago, separado da costa africana por apenas 500 km, quer como ponto de escala de navegação oceânica para a América do Sul, quer, posteriormente, como base útil para o comércio escravagista, desempenhou importante papel na área do Atlântico Sul. Sobretudo ao se apoiar no vértice do Golfo da Guiné, onde, alinhadas da direção sudoeste, se localizam *Fernando Pó* (2.017 km²), integrando hoje a República da Guiné Equatorial, *S. Tomé* (816 km²), *Príncipe* (128 km²) formando uma república independente, e a menor de todas *Anobom* (17 km²). Dentro dessa diagonal as contingências conduziram os navegadores, que até então se limitaram a circundar as costas da África, para as ribeiras da América do Sul; no contexto passaram a se intercalar as bases de *Ascenção* (82 km²), *Santa Helena* (122 km²) e *Tristão da Cunha* (54 km²) como flancos da Rota para as Índias. (Mapa 3) Conseqüentemente, no todo, de norte para sul, esses arquipélagos e ilhas se constituíram nas linhas vertebrais da expansão atlântica-ibérica, inicialmente em direção ao Oriente para alcançar posteriormente o Ocidente.



MAPA 3

Org. por Therezinha de Castro

Esse segmento de ilhas se caracteriza pela natureza vulcânica, aspecto montanhoso e pequena área; e que, de pontos de apoio na esteira oceânica do passado, se transformaram, na atualidade, em elementos chave de valor geoestratégico. Importância geoestratégica reconhecida no Atlântico Sul, sobretudo para: Tristão da Cunha, a 2.300 km da costa africana e apenas 400 km de Gough, já na zona subantártica; Santa Helena, a 1.900 km da África e 3.500 km do Brasil, integrando-se com Ascenção da qual dista 1.330 km, que se encontra na metade do caminho entre os dois continentes que dividem entre si a parte meridional do oceano — a América e a África. Ocupadas pela Inglaterra, quando Portugal perdia a primazia nos ma-

res, o triângulo geoestratégico formado por Ascenção, Santa Helena e Tristão da Cunha reflete bem a importância como trampolim para a América do Sul e bases de apoio na Rota do Cabo. (Mapa 3) E, se no contexto Atlântico-Pacífico, a presença física da OTAN nas Rotas Magalhães-Drake se limita às Malvinas (reclamadas pela Argentina), na passagem Atlântico-Indílio avulta o triângulo geoestratégico Ascenção-Santa Helena-Tristão da Cunha. A distribuição tácita dessas ilhas no Atlântico Sul exclui a constituição de uma OTAN; muito embora se deva reconhecer, que no âmbito regional, na hipótese de um conflito mundial, tenha que ser incluída nos planos do Ocidente uma ação compartilhada — Bloco Ocidental-Brasil-África do Sul.

Em face a atual situação no Atlântico Sul, onde os arquipélagos sub-antárticos — *Shetlands do Sul*, *Orcadas do Sul*, *Sanduiches do Sul*, *Gough* e *Geórgias do Sul*, têm também soberanias contestadas, as *Malvinas* (16.384 km²), a *Trindade* (16 km²) e *Fernando de Noronha* (25 km²) constituem postos avançados para a guarda e integridade da costa americana pertencente ao Brasil, Uruguai e Argentina. (Mapa 3) Na zona de estrangulamento do Atlântico, *Fernando de Noronha* tem seu papel geoestratégico destacado desde a Segunda Guerra Mundial, enquanto *Trindade*, que dista 700 km do litoral brasileiro, adquiriu novo sentido com o renascimento da Rota do Cabo. Constituindo-se num dos pontos do triângulo geo-

estratégico formado por *Fernando de Noronha* e *Trindade*, o Arquipélago das *Malvinas*, a 700 km do litoral argentino e 535 km do Estreito de Magalhães, ocupa posição chave no controle da passagem Atlântico-Pacífico.

O terceiro triângulo geoestratégico do Atlântico Sul, formado pelas *Shetlands do Sul*, *Orcadas do Sul*, *Sanduiches do Sul*, *Gough* e *Geórgias do Sul*, tem significado marcante por se interpenetrar com os dois outros triângulos da dorsal atlântica. (Mapa 3) Esse triângulo de *trampolins insulares* posicionado no corredor vital da bacia aberta do Glacial Antártico, forma, com a Antártica, um flanco de retaguarda no Atlântico Sul, que desafia o espaço geopolítico da esfera de domínio da América e África.

Sabe-se que durante a Primeira Guerra Mundial nem todas as batalhas se travaram ao norte do Trópico de Câncer. Não pode ser esquecida a Batalha do Atlântico Sul durante a Segunda Guerra Mundial, quando considerável parte da tonelagem perdida se deveu à "guerrilha marítima" feita por couraçados e navios mercantes equipados com canhões. A despeito da guerra eletrônica durante o conflito das Malvinas (1982), as realidades geoestratégicas em quase nada mudaram desde a Segunda Guerra Mundial, e, em se tratando do Atlântico Sul, quer pelo posicionamento que vem tomando a Rússia, quer pelas discordias do Grupo Ocidental, vem se transformando numa área de grande poder de confrontação.

Sem ultrapassar Gibraltar, a OTAN não alcança a zona de estreitamento do Atlântico; como simples reflexo da política soviética na Europa não exprime, na realidade, as solidariedades continentais americanas. Nessas condições, podemos afirmar que nesse Atlântico caracterizadamente inter-continental, vulnerável em seu extremo sul por uma Antártica e zona sub-antártica sem estatuto político, e ladeado por uma "área infantil" africana, ainda sem definição no âmbito das Relações Internacionais, a OTAN fixou um limite geopolítico que pensou ser estratégico, num acordo histórico que ignorou a geografia.

E nessa área indecisa do Atlântico Sul, tanto o Brasil quanto a Argentina e o Uruguai, que escoam os interiores formados pela Bolívia e Paraguai, todos, sem exceção são países altamente dependentes das rotas marítimas de importação e exportação. E o comércio desses países sul-americanos esteve na iminência de ser inviabilizado quando o Lloyd's, de Londres, — instituição detentora de 95% do mercado de resseguros na área do transporte marítimo — ameaçou de aplicar um adicional de 1.000% sobre a taxa de risco de guerra constante das apólices de seguros aos navios que atravessassem a zona de exclusão do Atlântico Sul durante a Guerra das Malvinas. Mesmo tendo recuado em sua decisão, baixando o adicional para 300%, o Lloyd's deu aos sul-americanos a noção exata de sua vulnerabilidade diante de impasses como este. Daí ter ficado

profundamente abalada a confiabilidade da instituição junto aos países americanos. Confabilidade, não só "no sentido técnico ou financeiro, mas através da constatação de que nenhuma ética impede que o controle de determinada atividade econômica se converta, ao sabor das circunstâncias, em poder de pressão política"⁶. Tendo sido a Argentina o grande alvo do Lloyd's, passou esse país a liderar o movimento em prol da criação de uma instituição latino-americana de resseguros que venha a contribuir para a quebra do poder de monopólio inglês.

Atualmente, em face de interesses meramente locais, em termos de segurança, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai são membros do "South Atlantic Maritime Area Command" ou CAMAS (Comando da Área Marítima do Atlântico Sul), cuidando, num âmbito muito restrito da cooperação no desenvolvimento de planos e da realização de exercícios para proteção da navegação na área. No conjunto porém, "o Brasil domina o Atlântico Sul a tal ponto que se tornam necessários outros acordos para obter o direito ao uso de bases nos demais países sul-americanos que permitam o acesso a aérodromos periféricos capazes de apoiar guerra anti-submarino com aviões baseados em terra... Desde o momento em que um navio mercante parte do Cabo da Boa Esperança (a 35° de latitude sul em trânsito pelo Atlântico até passar

⁶ "Portos e Navios" — V. 25 — N. 274 — Junho de 1982.

a 15º de latitude norte, a caminho de Nova York, Londres ou Gibraltar), ele estará mais próximo de portos do Brasil do que de qualquer outro país sul-americano". Além disso, negociar acordos sobre o uso de bases com apenas um país (no caso o Brasil), em vez de pelo menos 13 países (o que seria o caso da costa ocidental africana) conclui o Contra Almirante Clarence A. Hill Jr.⁷, "fornece flexibilidade máxima no movimento de aeronaves de uma base para a outra, e permite a concentração de forças em qualquer área da rota de comboio, segundo as condições o exigem".

No contexto regional do Atlântico Sul, em se tratando do fator latitude, de um modo geral a América do Sul se assemelha bem mais à África do que a qualquer outro continente. Em contrapartida, porém, mais da metade do continente africano se encontra ao norte do equador enquanto a parte mais extensa da América do Sul se concentra no hemisfério sul. Nesse sentido, o fator latitude caracteriza a América e África Atlântica numa nítida diferenciação climática do tropical ao equatorial e ao temperado.

Enquanto a África Atlântica se localiza entre os trópicos, envolvendo-se bem mais na zona equatorial, a América Atlântica, quase que totalmente ao sul do equador, está mais afeita ao tropical-temperado, chegando, em seu extremo

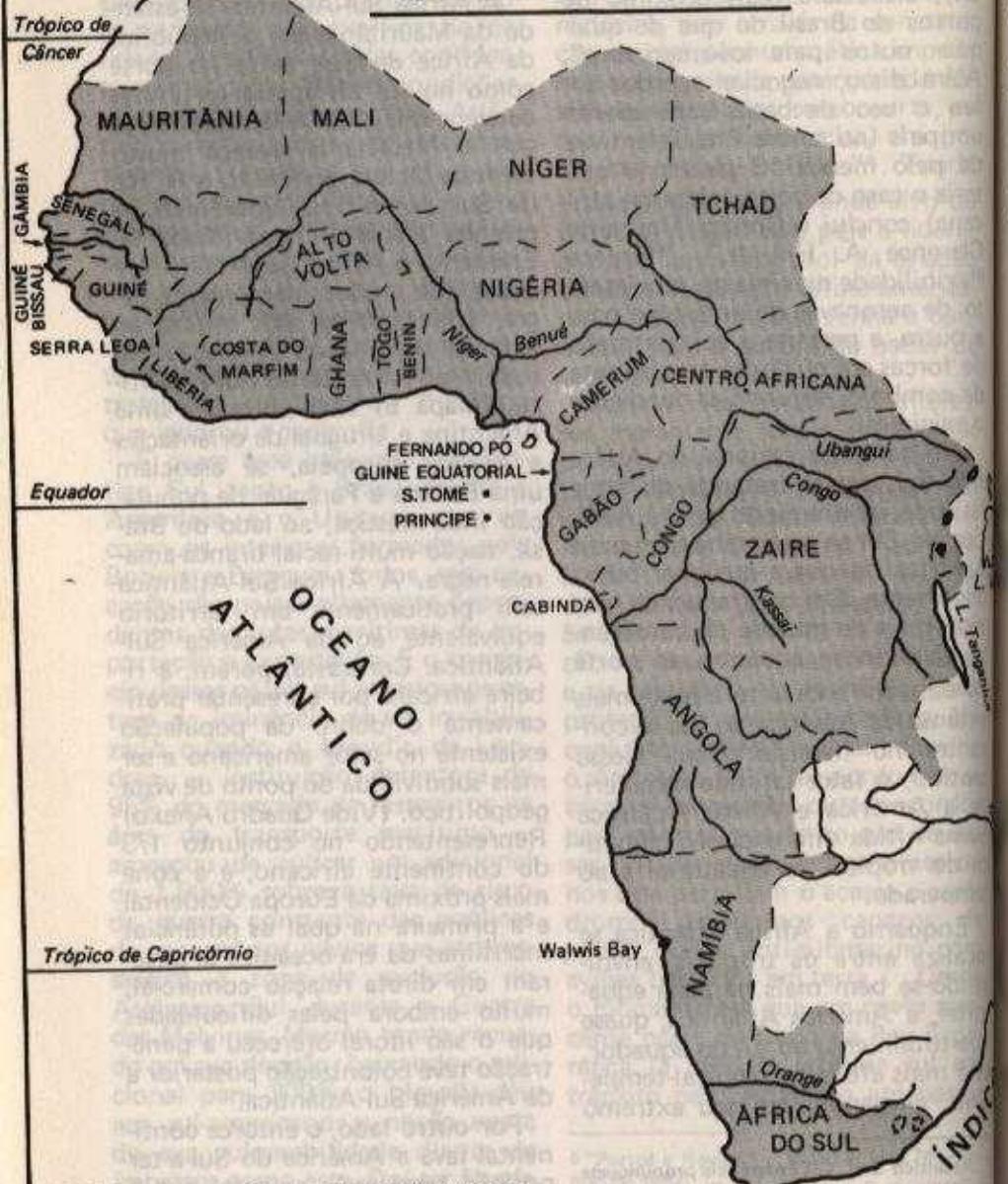
meridional, aos rigores do frígido que a África não alcança.

A África Sul-Atlântica se estende da Mauritânia até a República da África do Sul; tanto no norte como no sul ultrapassa os limites convencionais do Atlântico Sul, já que a Mauritânia avança muito além de Dakar, enquanto a África do Sul, como país bioceânico, se estende até o Índico. (Mapa 4) Enquanto a África Sul-Atlântica é quase que predominantemente negra, coexistem as três etnias, ao lado da continuada imigração europeia na América do Sul-Atlântica. (Mapa 5) Isto porque a uma Argentina e Uruguai de orientação e origem europeia, se associam uma Bolívia e Paraguai de população indo-mestiça, ao lado do Brasil, nação multi-racial branca-amarela-negra. A África Sul-Atlântica tem praticamente um território equivalente ao da América Sul-Atlântica. Contrasta, porém, a ribeira africana por apresentar praticamente o dobro da população existente no setor americano e ser mais subdividida do ponto de vista geopolítico. (Vide Quadro Anexo) Representando no conjunto 1/3 do continente africano, é a zona mais próxima da Europa Ocidental e a primeira na qual as potências marítimas da era oceânica se puseram em direta relação comercial, muito embora pelas dificuldades que o seu litoral ofereceu a penetração teve colonização posterior a da América Sul-Atlântica.

Por outro lado, o entorço continental leva a América do Sul a ter posição bem mais oriental que a da América do Norte; por se loca-

⁷ "Atlântico Sul" — Conferência pronunciada na Escola de Guerra Naval — Rio de Janeiro, 26 de junho de 1970.

ÁFRICA SUL-ATLÂNTICA



MAPA 4

Org. por Therezinha de Castro

lizar quase que totalmente a leste do meridiano de Nova York, o continente sul-americano pode ser caracterizado como a América do Leste. O termo América do Leste tem conotações geopolíticas profundas, por mostrar que o continente americano, sobretudo a zona banhada pelo Atlântico Sul, está bem mais próximo da África e da Europa do que propriamente da América do Norte. Em suma, as conotações geopolíticas dessa América Sul-Atlântica são ainda mais profundas se observarmos que vem num crescendo a atuação da África no âmbito das Relações Internacionais.

CONCLUSÃO

Observadas as entidades geopolíticas dependentes da África Sul-Atlântica, excetuando-se a República da África do Sul, a paisagem psicossocial é a de países sub-desenvolvidos, integrando o estágio mais pobre do Terceiro Mundo, mesmo que, como o Gabão e a Nigéria integram a OPEP. Caracterizam-se esses países por uma baixa renda nacional *per capita*; índice de cultura pobre, com baixo nível de politização; população rural vinculada a uma economia agrária monocultora; predomínio da indústria extrativa sobre a manufatureira; desequilíbrio no comércio exterior; e finalmente com capital doméstico insuficiente não só para o seu desenvolvimento econômico, como para a própria continuidade política. Do outro lado, a América Sul-Atlântica apresenta-se bem mais coesa

ante a vantagem de estar integrada no âmbito das Relações Internacionais vários séculos na frente do continente africano. O processo de descolonização sul-americano vem do Século XIX; o da África se efetuou praticamente na segunda metade do Século XX. Consequentemente, as relações entre esse mundo africano e a civilização ocidental estão minadas ainda por complexos de inferioridade, muito mais arraigados que os existentes no mundo americano do Século XIX.

A América Sul-Atlântica foi libertada pelo descendente do branco europeu e, portanto, continuou européia; o índio, considerado autóctone, ao lado do negro aclimado, simplesmente se integraram ao novo estatuto político. A herança geopolítica sul-americana atlântica passou do patriarca colonizador europeu para seu descendente-herdeiro americano. E nesse processo quase que pacífico, de luta só contra o governo da metrópole, muitos colonizadores continuaram a viver na América ao lado dos colonizados. Na África houve a substituição, sem ao menos o processo transitório; a independência resultou no ato de expulsão do patriarca europeu, e não a sua substituição, mas sim a troca por um líder da tribo que mais poder exercia sobre as demais ou que mais ajuda concreta teve de uma nação estrangeira. No caso de Angola, por exemplo, Agostinho Neto, auxiliado pela Rússia, levou vantagem sobre Holden Roberto, que teve o auxílio dos Estados



MAPA 5

Org. por Therezinha de Castro

Unidos, depois suspenso por imposição do Congresso.

Na América do Sul-Atlântica, — S. Paulo, Rio de Janeiro, Salvador (topônimos de origem bem portuguesa) ao lado de Buenos Aires, Montevideo, Assunción e La Paz (bem espanhóis) não foram cogitados, nem de leve (mesmo no Paraguai e Bolívia de grande herança indígena), de serem substituídos pelos libertadores. Na África não só inúmeros topônimos foram substituídos, como ainda nomes próprios personalitativos foram trocados, como se esses atos pudessem apagar os laços coloniais que trouxeram a África para o seio da comunidade de nações civilizadas.⁸

Observa-se, pois, que o relacionamento entre esse mundo africano e a civilização ocidental atlântica é dominado ainda por complexos de inferioridade que lhes entram no processo de auto-suficiência. Complexo de inferioridade que leva grande parte das nações africanas, que repartem com a América o Atlântico Sul, a desviá-las para um regime ditatorial-tribal, mascarado com certa dose de marxismo-leninismo. Nesse contexto é bastante vantajosa para a Rússia a criação de regimes marxistas-leninistas dirigidos na África Sul-Atlântica, que com custo relativamente pequeno e pouco

risco, reforçam o posicionamento geoestratégico do Kremlin. E nesse mister, os instrumentos convenientes são as tropas cubanas, por duas razões principais: a primeira, por evitar um confronto direto com a OTAN, visto que Cuba não integra o Pacto de Varsóvia; a segunda, por mascarar a presença direta de uma super-potência (no caso, a própria Rússia), através de Cuba, país que se diz "não-alinhado", pertencente ao Terceiro Mundo, e profundamente anti-racista, já que conta com o elemento negro em sua formação étnica.

Contrastando com a África, a América Sul-Atlântica, a despeito de certo "anti-americanismo" somente relacionado com os Estados Unidos, a presença efetiva do ocidentalismo constitui o entrave para uma aproximação mais íntima com o Bloco Comunista.

Falta no contexto do Atlântico Sul uma estrutura psicossocial; se do lado americano já se pode falar em solidariedade regional; no setor africano tribalista, onde na prática existe mais um verniz colonial do que propriamente civilização ocidental, esse fator inexiste. Inexiste, visto que na África Sul-Atlântica nem ao menos se efetuou a transição da passagem dos Estados Nacionais para os chamados complexos inter-continentais.

Se a América Sul-Atlântica já apresenta uma base geohistórica dentro do "destino manifesto atlântico". . . não há ainda uma "consciência atlântica" na África, com base geográfica mas sem laços históricos de lhes imponha o "destino manifesto".

⁸ Dentro da campanha de "africanização" a Costa do Ouro passou a chamar-se Ghana, Nova Lisboa transformou-se em Huambo, Leopoldville é hoje Kinshasa, e o próprio líder zairense Joseph, repudiando o nome europeu passou a assinar-se Mobuto Sese Seko; apenas como poucos exemplos.

QUADRO – ANEXO

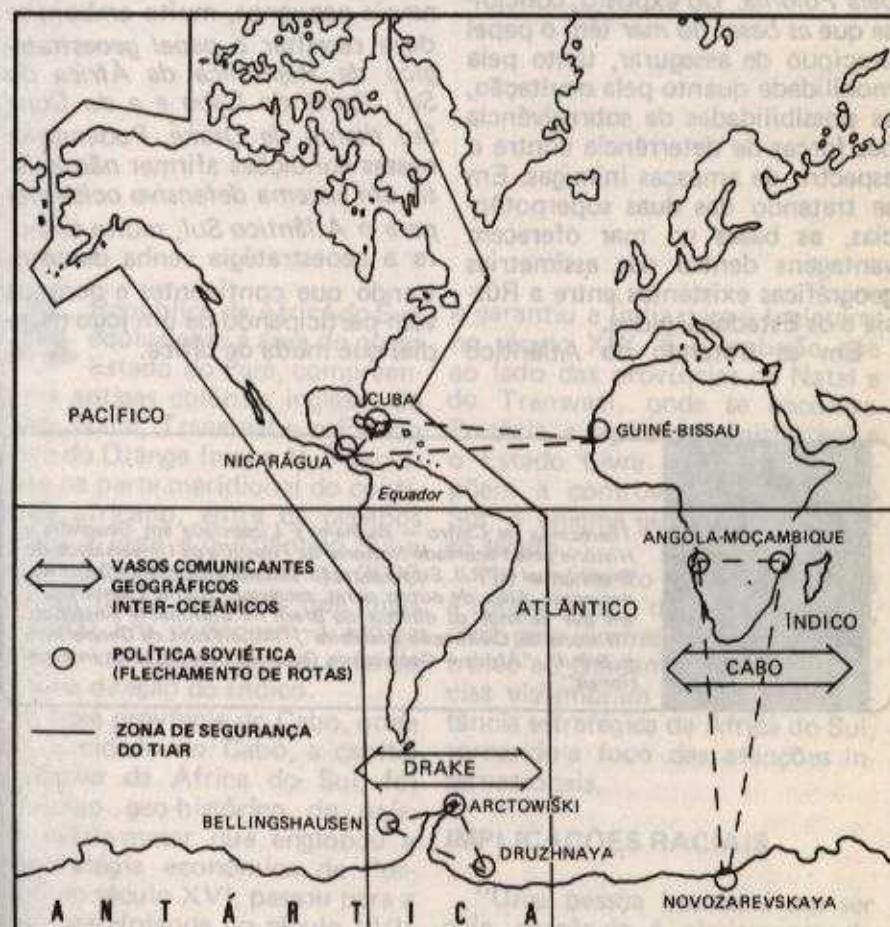
País	Área (km ²)	População (1980)
Africa Sul – Atlântica		
1 – Zaire	2.345.409	27.869.000
2 – Tchad	1.284.000	4.405.000
3 – Níger	1.267.000	5.150.000
4 – Angola	1.246.700	6.768.000
5 – Mali	1.240.000	6.465.00
6 – África do Sul	1.221.037	23.771.000
7 – Mauritânia	1.030.700	1.540.000
8 – Nigéria	923.768	74.600.000
9 – Namíbia	843.000	989.000
10 – Centro-Africana	622.984	2.305.000
11 – Camerum	475.442	8.250.000
12 – Congo	342.000	1.500.000
13 – Costa do Marfim	332.462	7.920.000
14 – Alto Volta	274.200	6.728.000
15 – Gabão	267.667	538.000
16 – Ghana	238.537	11.320.000
17 – Senegal*	196.722	5.518.000
18 – Benin	122.622	3.377.000
19 – Libéria	111.369	1.800.000
20 – Serra Leoa	71.740	3.380.000
21 – Togo	56.785	2.240.000
22 – Gine-Bissau	36.125	560.000
23 – Guiné-Equatorial	28.051	346.000
24 – Gâmbia*	11.295	580.000
25 – Cabo Verde	4.033	320.000
26 – S. Tomé-Príncipe	964	82.000
Total	13.575.712	208.356.000
América Sul – Atlântica		
1 – Brasil	8.511.965	119.061.000
2 – Argentina	2.776.889	27.064.000
3 – Bolívia	1.098.581	5.570.000
4 – Paraguai	406.752	2.970.000
5 – Uruguai	176.215	2.880.000
Total	12.969.402	157.545.000

* Oficialmente unidos em fevereiro de 1982 com o nome de Senegâmbia

Conseqüentemente, se a regionalização geopolítica, geoconómica e psicosocial não é um fato no Atlântico Sul, tal como ocorre no Atlântico Norte, como imaginar que possa surgir daí uma aliança como a OTAN dentro da coexistência geoestratégica?

No âmbito heterogêneo do Atlântico Sul, numa superposição com o que Mahan chamava de

"flechar rotas", e que consiste em formar uma grande marinha oceânica para dominar pontos geoestratégicos; pontos esses que venham a facilitar o controle dos "vasos comunicantes inter-oceânicos", destacam-se logo como pontos regionais, com profundos reflexos no âmbito das Relações Internacionais, as passagens do Cabo e de Drake. (Mapa 6) A passagem do



MAPA 6

Org. por Therezinha de Castro

Cabo esta bastante ameaçada pelas estruturas de apoio que a Rússia mantém em *Angola-Moçambique*; e para formar o triângulo geoestratégico mantém, na Antártica, a base de *Novozarevskaya*. A passagem de Drake se encontra na mira das bases de *Druzhnaya* e *Bellingshausen* (russas); completando o triângulo geoestratégico nessa zona austral do TIAR se encontra a base de *Arctowski*, administrada pela Polônia. Do exposto, conclui-se que as bases no mar têm o papel precípua de assegurar, tanto pela mobilidade quanto pela ocultação, as possibilidades de sobrevivência das forças de deterrência contra o espectro de ameaças inimigas. Em se tratando das duas superpotências, as bases no mar oferecem vantagens dentro das assimetrias geográficas existentes entre a Rússia e os Estados Unidos.

Em se tratando do Atlântico

Sul, deriva-se no contexto regional, em forma genérica, o importante papel das Armadas do Oeste na próxima década. Papel não somente no setor da defesa nacional como também dentro do caráter regional, orientado para a proteção das passagens vitais que vinculam os países do mundo livre. No caso específico do Atlântico Sul, desde a linha do equador até a Antártica, só existem núcleos navais pequenos, muito embora se deva ressaltar o papel geoestratégico da República da África do Sul diante do Cabo e a do Cone Sul diante de Drake. Podendo-se nessas condições afirmar não existir um sistema defensivo ocidental para o Atlântico Sul, muito embora a geoestratégia venha demonstrando que continentes e oceanos vêm participando de um jogo mundial que muda de tática.



Therezinha de Castro – Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas Texto de Geopolítica do Brasil", "África – Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".





“O APARTHEID” NA REPÚBLICA SUL-AFRICANA

Gilberto Roque Carneiro

A República da África do Sul, equivalente à área do nosso Estado do Pará, comprehende as antigas colônias inglesas do Cabo, Natal, Transvaal e o Estado do Orange (mapa 1). Posiciona-se na parte meridional do continente africano, entre os oceanos Índico a leste e o Atlântico Sul a oeste. Observando-se-lhe os 3000 km do litoral veremos que mais de 2000 km pertencem à antiga colônia do Cabo que se estende assim na direção do Índico.

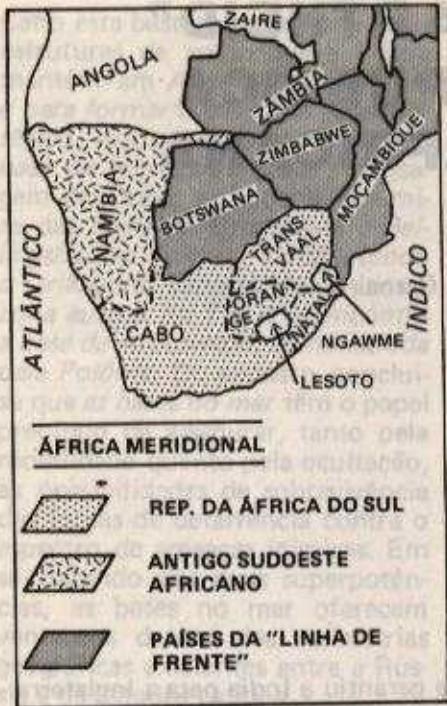
A hoje província do Cabo, onde está a cidade do Cabo, a capital administrativa da África do Sul, foi o núcleo geo-histórico do país. Célula-mater que englobou a estratégia económica de Portugal no século XVI, passou para a Itália da Holanda no século XVII

e garantiu a Índia para a Inglaterra no século XIX. É o embrião que ao lado das províncias de Natal e do Transvaal, onde se encontra Pretória, a capital administrativa, e o Estado Livre de Orange, compõem a controvertida África do Sul, o enigma geopolítico de nosso século.

No momento em que renasce a rota do Cabo da Boa Esperança, vital para o abastecimento de petróleo ao Ocidente, as superpotências vislumbram a grande importância estratégica da África do Sul, tornando-a foco das atenções internacionais.

IMPLICAÇÕES RACIAIS

“Uma pessoa branca é um ser cuja aparência é obviamente de



MAPA 1

um branco e não comumente reconhecida como pessoa mestiça. Mas mesmo que uma pessoa seja branca, e que seja como tal reconhecida, não será assim classificada no registro populacional do Ministério do Interior se um de seus pais naturais houver sido classificado como membro de outra raça" (Ato de Registro Populacional da África do Sul – 1950).

Esta é a lei para um país de 27 milhões de habitantes (estimativa de 1978), composta por 68% de negros repartidos por diversas tribos, 19% de brancos divididos em "afrikaners" originários dos holandeses e os descendentes de ingle-

ses, 10% de mulatos chamados de "coloreds" e 3% de asiáticos.

Esta é a lei que dentro do intrincado mosaico étnico institucionaliza o Apartheid, ou seja, o desenvolvimento em separado das raças, base sobre a qual se constitui toda a estrutura política e econômica do país. Dentro da classificação de raças determina-se a extensão dos direitos e liberdades do cidadão. Onde deve morar, que tipo de trabalho deve realizar, que espécie de educação receberá etc. Cada grupo étnico participa de competições esportivas diferentes, ocupa bancos separados em praças públicas, tem pontos de táxis e cabines telefônicas separadas, hospitais e cemitérios distintos. Dentro do mais completo apartheidismo cada grupo étnico tem horário para frequentar órgãos públicos, tais como bibliotecas, museus, galerias de arte etc.

O principal defensor do aparelhamento é o ultraconservador Partido Nacional, defrontando-se politicamente com o Partido Unido, que reúne conservadores e liberais moderados, como também com o ultra-revolucionário Partido Progressista. Este último, que vem sendo minoritário no governo, é a favor do voto universal que redundaria numa maioria negra para o Parlamento, e pleiteia a mais completa integração racial. É sem dúvida o "Progreff", como é mais conhecido, que vem contribuindo para as tensões raciais no país, sendo, por isso, seus componentes acusados pela organização secreta "Buederbund", como vanguardistas de uma sociedade permissiva. Isto

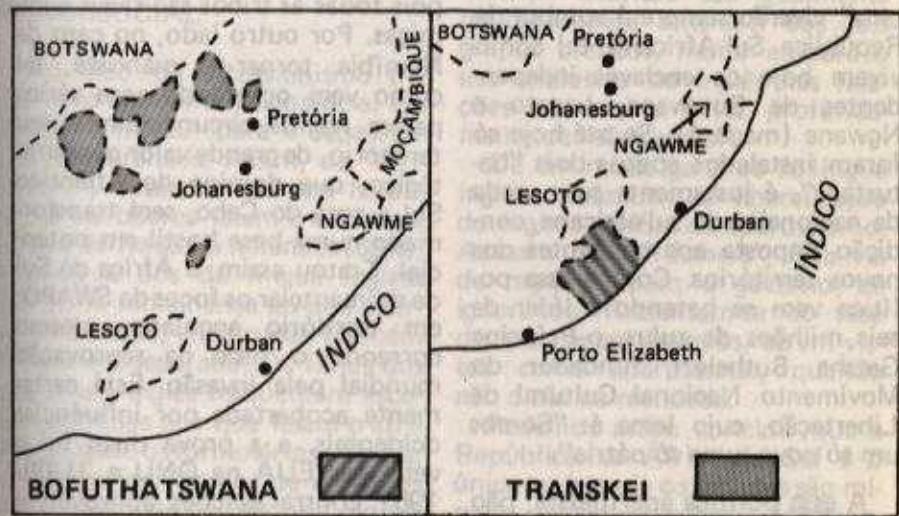
porque, com grande força política, o "Buederbund" se opõe a qualquer liberalização da política apartheidista.

Constatamos, pois, que o problema da República Sul-Africana não é colonial e sim essencialmente africano, visto que os brancos que lá estão chegaram há três séculos. A cidade do Cabo tem a mesma idade de Nova York, ambas fundadas pelos holandeses. Constatamos ainda ser apartheidismo e não racismo o que acontece na República Sul-Africana, pois quase um século depois da "Guerra dos Bôeres", os brancos sul-africanos continuam ainda divididos por desavenças, diferenças de línguas e costumes. O apartheid da África do Sul é semelhante mas não igual ao do racismo, visto que o país africano, além do separatismo

branco-negro, apresenta o sério problema do dualismo branco. Dualismo semelhante ao que ocorre no Canadá, entre os separatistas franceses de Quebec e os anglo-canadenses. Apresentando também a República Sul-Africana, como o país americano, o problema secessionista da Namíbia, o antigo Sudoeste Africano, recebido da Alemanha em 1915.

DESINTEGRAÇÃO GEOPOLÍTICA

O governo da República da África do Sul tenta resolver seus problemas desintegrando-se geopoliticamente através dos "batus-tans", autênticas reservas negras encravadas no país, verdadeiros "quistos" dentro da nação (mapa 2).



MAPA 2

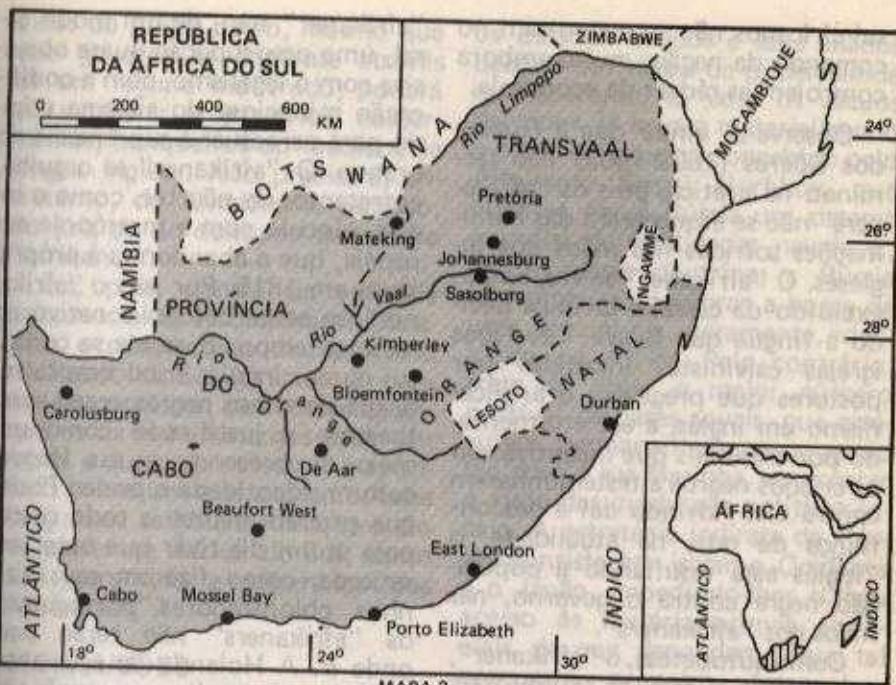
O primeiro "batustan", surgido em 1976, foi assim analisado pelo *The World*, jornal de língua inglesa destinado ao público negro: "Nasceu a farsa da República do Transkei. Tanto na conjuntura interna, quanto no quadro internacional, nasce morto". Economicamente o Transkei, abrigando negros zulus, conta com grande potencial agrícola. Foi sucedido, no ano seguinte pelo Bofuthatswana, arquipélago geopolítico constituído por sete enclaves abrigando negros tswaras, ocupados nas minas de platina.

Dentro do programa de desenvolvimento separado ou desintegração geopolítica, instituído em 1948, deverão ser criados nove "batustans" independentes, abrigando cada um tribos originais ou parentadas. Ocuparão 13% da área total do país, ficando, pois, os demais 87% para os brancos. Economicamente esses "batustans" viverão sempre à sombra da República Sul-Africana, tal como vivem hoje os enclaves independentes de Botswana, Lesoto e Ngwane (mapa 1). Se até hoje só foram instalados apenas dois "batustans", é justamente pela perda da nacionalidade sul-africana, condição imposta aos ocupantes dos novos territórios. Contra essa política vem se batendo o Líder de seis milhões de zulus, o Príncipe Gatsha Buthelezi, fundador do Movimento Nacional Cultural de Libertação, cujo lema é: "Somos um só povo, uma só pátria".

A essa política apartheísta, não reconhecida pela ONU, se opõem

os negros dos núcleos urbanos, entre os quais se destacam os do Soweto, cidade dormitório a 15 km de Johannesburg (mapa 3).

Quanto à Namíbia, na realidade um caso de secessionismo geopolítico, a independência poderá ser concedida pelo governo "afrikander", porém transformando-a numa "colcha de retalhos". Trata-se da divisão da Namíbia entre suas onze tribos; política a que se opõe a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), movimento tribalista da Ovambolândia, na fronteira da Angola. Essa divisão interessa à África do Sul, considerando o posicionamento geoestratégico da Namíbia no Atlântico Sul. Concedida a independência à Namíbia sob a direção dos Ovambos, guerrilheiros da SWAPO, embora seja a tribo mais numerosa e mais ativa, não poderá evitar a transformação do país num "barril de pólvora", pois todas as tribos são rivais e inimigas. Por outro lado, no caso da Namíbia tornar-se marxista, tal como vem ocorrendo com vários países negros circunvizinhos, seu território, de grande valor geoestratégico, que domina do Atlântico Sul a rota do Cabo, será transformado numa base hostil em potencial. Tratou assim, a África do Sul de desmantelar os focos da SWAPO, em território angolano, mesmo correndo o risco da reprovação mundial pela invasão. Está certamente acobertada por influências ocidentais, e a prova disto foi o voto dos EUA na ONU a 31/08/1981 contra sanções aplicáveis à África do Sul.



MAPA 3

SECESSIONISMO PSICOSSOCIAL

Ao lado do secessionismo tribal o componente psicossocial em muito contribui para o separatismo dos brancos. Assim, os "afrikaners", descendentes dos holandeses ou bôeres falam o afrikaan, língua derivada do holandês (60%), opondo-se aos de língua inglesa (40%). A semelhança do que ocorre no Canadá, a instrução também é dada em separado. Os filhos dos que falam inglês frequentam escolas separadas dos que falam o afrikaan. Desde os formulários oficiais, aos anúncios, rótulos de remédios e até catálogos de telefone são escritos nos dois idiomas. Os progra-

mas de televisão são igualmente divididos para satisfazer aos dois grupos brancos, muito embora o uso exclusivo do inglês nas relações comerciais irrite profundamente os "afrikaners".

De um modo geral os de língua inglesa defendem a liberalização do regime e o fim do apartheidismo. Acusam os "afrikaners", que via de regra ocupam o governo, de ignorá-los. Ressentem-se do fato de, por serem brancos, serem vistos como apartheidistas, quando não o são na realidade.

Podemos assim concluir que a República da África do Sul é o único país onde os ingleses são minoria dentro da minoria dominante. Constituindo 40% dos brancos

sul-africanos não se encontram no comando da nação, muito embora controlem as rédeas da economia.

Observa-se ainda que a Guerra dos Bôeres (1899-1902) não terminou na prática, pois os "afrikaners" não se esqueceram das humilhações sofridas nas mãos dos ingleses. O "afrikaner" se viu, então, excluído da carreira jurídica devido à língua que falava. Teve suas igrejas calvinistas invadidas por postores que pregavam o anglicanismo em inglês, e era atormentado por tribunais que incentivavam os criados negros a testemunharem contra ele. Advindo daí a desconfiança de que, na atualidade, o "inglês está insuflando a população negra contra o governo, nas mãos dos "afrikaners".

Como autodefesa, o "afrikaner", vencido na guerra, se retirou para o interior do país, permanecendo alheio aos pensamentos liberais que se disseminavam pela Europa e América durante o século XIX. Relegado à categoria de cidadão de segunda classe procurou refúgio na religião, uma forma fundamentalista do calvinismo, e se fortaleceu através do "Buederbund", sociedade secreta, à espera do dia em que o poder voltasse a ser seu. E esse dia chegou em 1948, com a vitória do Partido Nacional que passou a consagrar o apartheidismo, implantado de certo modo em 1908 pelos próprios ingleses, ao tirarem dos não brancos o direito do voto. Com o poder nas mãos dos "afrikaners", os numerosos atos legislativos, bem como a constituição do país, passaram a sustentar o apartheidismo. Assim, o

"afrikaner" tem, de um modo geral, uma preocupação quase obsessiva com o legalismo, com a codificação minuciosa do sistema erigido para perpetuar a supremacia do branco. O "afrikaner" se orgulha, entretanto, de não ter, como o inglês, vínculo com a metrópole europeia, que o abandonou à própria sorte em 1815. Por isso o "afrikaner" se sente colono e nativo ao mesmo tempo. E se ele se constitui numa singular tribo branca rodeada de tribos negras, o seu apartheidismo é justificado como um meio de preservar a sua língua, cultura, identidade e poder. Pode que procura manter a todo custo, pois se um dia tiver que bater em retirada, como fizeram seus vizinhos colonizadores portugueses os "afrikaners" não terão para onde ir. A Holanda de seus antepassados os repeliu e os repele ainda hoje. A língua, os costumes, os privilégios que possuem por serem funcionários do Estado ou políticos de carreira, os tornam um produto de difícil importação no mercado imigratório.

Já o sul-africano de língua inglesa, declarando-se publicamente contra o apartheidismo nada tem a perder. Além de ter muitas vezes passaporte inglês, tem à sua disposição vários países da Comunidade Britânica. Sua língua é a chave que lhe abrirá portas não só na Inglaterra e Estados Unidos, como no Canadá e Austrália. Nesses países ele será bem recebido pela atividade de que exerce como homem de empresa ou profissional liberal.

Por outro lado, se a República da África do Sul vier a cair na

mãos do poder negro, mesmo que esse governo se implante através de um regime moderado, poderá vir a tolerar empresários, comerciantes, banqueiros ou médicos de língua inglesa. Não precisará, entretanto, do funcionário público, do juiz ou do delegado de polícia "afrikaner".

Eis, pois, dentro do enfoque psicossocial as verdadeiras implicações e perspectivas do apartheid na República Sul-Africana. E, dentro do contexto, no momento em que os direitos humanos estão em moda e que o apartheid é apontado como um mal supremo, cabe perguntar: se houver uma inversão de poder na África do Sul, como será garantida a segurança dos "afrikaners"?

CONCLUSÕES

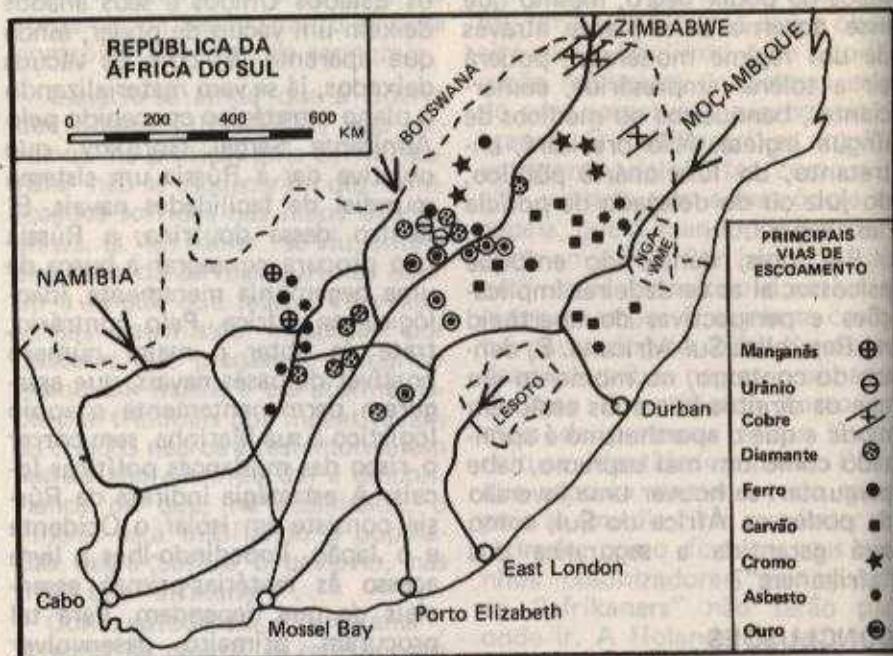
Depois que a disputa Oriente-Ocidente no Vietnam terminou em favor do Oriente, prosseguiu a luta de nacionalidades e regiões de interesse chineses versus soviéticos.

O pseudonacionalismo na África tribal procurou reprimir linhas de batalha alienígenas, mas não as extinguiu.

Assim, a descolonização na África tomou uma aparência de solidariedade continental, numa causa cesa no sul, a oposição ao governo branco da República Sul-Africana. E neste quadro apoio soviético, via Cuba, tem sido buscado. Os que o defendem estão convicdos de que os russos podem não ter um plano geral para dominar África, o que é irreal. E fato que eles estão determinados a movimentar para onde quer que

os Estados Unidos e seus aliados deixem um vácuo de poder, ainda que aparente. E, com os vácuos deixados, já se vem materializando o plano estratégico concebido pelo Almirante Sergei Gorhkov, que objetiva dar à Rússia um sistema mundial de facilidades navais. E, dentro dessa doutrina, a Rússia não procura consagrar a busca de uma hegemonia meramente, ideológica na África. Pelo contrário, trata de obter o maior número possível de bases navais, que assegurem permanentemente o apoio logístico à sua Marinha, sem correr o risco das mudanças políticas locais. A estratégia indireta da Rússia consiste em isolar o Ocidente e o Japão, impedindo-lhes o livre acesso às matérias-primas essenciais de que dependem. Para tal procuram primeiro desenvolver um poder naval capaz de ameaçar as comunicações marítimas entre os Estados Unidos e seus aliados, através do Atlântico Sul. Em seguida controlar as fontes de fornecimento de matérias-primas utilizando forças pró-soviéticas (mapa 4).

Na costa africana do Atlântico a Rússia já conta com quatro portos amigos: Conacri, a Capital da Guiné, a própria Guiné-Bissau; o Congo-Brazzaville, de onde foram iniciadas as operações militares em prol da independência de Angola que, na esfera marxista, lhes cedeu Luanda. No contexto, pois, Angola oferece aos russos, via cubanos, a base para ponto de pressão contra a República Sul-Africana, através do secessionismo da Namíbia. Se os Estados Unidos mantiverem



MAPA 4

o seu apoio, embora indireto à África do Sul, fortalecendo a posição de Jonas Savimbi, líder angolano do movimento contra o atual governo de Luanda, poderá ocorrer um golpe de estado passando Angola para a esfera Ocidental. Se tal não ocorrer, contando do outro lado com o apoio de Moçambique, embora não um apoio tão irrestrito quanto o de Angola, poderá a Rússia, no futuro, exercer um efetivo "movimento de pinça" contra a República da África do Sul. Tal desfecho ainda não aconteceu porque os países da chamada "linha de frente" (mapa 1), são autênticos reféns da África do Sul. Isto porque, embora frontalmente contra o apartheid de Pretória, ironicamente, a dependência eco-

nômica desses países é quase total para com o vizinho sulista. Os países da "linha de frente" se encontram na incômoda posição de denunciar a política apartheidista da África do Sul e manter relações comerciais normais com o "inimigo".

O Zimbábue, por exemplo, é um país isolado que depende do acesso ao mar para sobreviver. Teoricamente poderia usar os portos de Moçambique, mas o sistema de transportes desse país não tem condições para atender a demanda. A Zâmbia vive o mesmo problema com seus vizinhos, Angola no Atlântico e Tanzânia no Índico, também com sistemas inadequados de transporte. Por isso o cobre produzido nas minas da

Zâmbia, cujos proprietários são o governo local e a Anglo-American, empresa sul-africana, é exportado através de ferrovias e portos melhor equipados da África do Sul. Por sua vez, os créditos e gêneros de primeira necessidade de que a Zâmbia necessita vêm também do país apartheidista que ela tanto combate. A Tanzânia, também nação da "linha de frente", opera minas de diamante em sociedade com uma empresa sul-africana, a Oppenheimer-Debeers. Enquanto técnicos sul-africanos são responsáveis pela operação de portos e ferrovias de Moçambique, é a África do Sul que supre de energia elétrica a cidade de Maputo. É também responsável por 20% das importações desse país enquanto 35.000 moçambicanos trabalham em minas sul-africanas.

Constatamos, pois, que os vizinhos que formaram contra a África do Sul a chamada "linha de frente" são, simultaneamente, vítimas e prisioneiros de circunstâncias sobre as quais não têm controle. E que em termos econômicos essas relações são lógicas e necessárias, devendo, na prática ser aumentadas, dentro do propósito de se criar uma economia forte e independente na região meridional do continente africano.

Por sua vez, procurando ganhar tempo, a Rússia solapa a República da África do Sul pela guerra revolucionária, de onde poderá controlar melhor o tráfego marítimo pela rota do Cabo. Daí deverá estar bem mais à vontade para controlar as rotas vitais Atlântico-Sul Índico. Parece que o Ocidente

compreendeu a dimensão do desastre econômico-militar que teria com a queda da República da África do Sul. Desaparecia desde logo toda e qualquer possibilidade de proteger a rota do Cabo. Consequentemente, as fontes de matérias-primas essenciais ficariam sujeitas a ameaças constantes. Sobretudo em tempo de guerra, os adversários do Ocidente estariam comodamente instalados para dividir o mundo em dois. Ao Brasil não interessa, evidentemente, esta divisão. Mesmo porque o tráfego marítimo vital para o país depende da rota do Cabo. Mas também não nos interessa a escalada do conflito Angola-África do Sul. Nossas relações comerciais com a República Angolana são hoje estreitas, e provavelmente ditaram a recente reprovação brasileira na ONU, pela invasão de seu território, visto que a nossa diplomacia vem sendo mais econômica do que estratégica.

A 29/04/1981 o Partido Nacional elegera o quinto Primeiro-Ministro da república da África do Sul, nas "eleições gerais" em que 84% da população foi impedida de votar por causa de sua raça. Pieter Willem Botha esteve no Soweto, onde até então nenhum governante "afrikaner" ousara ir. Pouco depois reconhecia que os negros são essenciais à continuada prosperidade e crescimento do país. E nenhum país do mundo está prosperando tanto quanto a África do Sul, que em 1980 teve um crescimento econômico real de 80%.

Mesmo ante a sensação de instabilidade, os sentimentos de Bo-

tha vêm sendo mais fortes que as suas realizações. Mesmo observando que seu país está se tornando mais negro, não apenas em termos demográficos como também em presença nas áreas que os brancos sempre consideraram como exclusivamente suas. Com o advento do poder negro no Zimbabwe, bem como a independência de Angola e Moçambique, o jovem negro sul-africano vem rejeitando o papel servil a que está submetido.

Diante destas implicações e perspectivas, o governo de Pretória autoriza a constituição de sindicatos negros, mas persegue seus líderes. Admite negros nas universidades, mas os proíbe de morar perto delas. Promete novas oportunidades aos negros das cidades, propondo em seguida uma legislação que os impede de recorrer aos tribunais em defesa dos mínimos direitos que possuem.

Diante destas implicações e perspectivas, os "afrikaners" já não falam mais de governo branco e sim da autodeterminação dos brancos.

Admitamos que a Lei das Áreas Grupais persista preservando a maior parte das terras para a ocupação e desenvolvimento dos brancos. Que a Lei da Segurança Interna não seja modificada e continue dando à polícia carta-branca para sufocar os movimentos rebeldes negros. E que a Lei de Proibição

de Interferência Política ainda vigore, impedindo a política multiracial. Todas essas são perspectivas razoáveis, visto que nenhuma dessas medidas, consideradas como bloco básico do apartheidismo, está sendo questionada e ameaçada por uma reforma fundamental.

"Zuid — wes Afrika?"
(Aonde vais, África?)

BIBLIOGRAFIA

- 1 CASTRO, Therezinha de. *Africa: Geografia, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1979.
- 2 DE LGADO DE CARVALHO, Carlos. *Zuid — Wes Afrika*. Rio de Janeiro. Atlas de Relações Internacionais. IBGE.
- 3 GREIG, Jan. *O Desafio Comunista*. Rio de Janeiro. Nº 2 da Coleção Sonda do Mundo. Editorial Abril, 1978.
- 4 HARAZIM, Dorrit. *Além da cor da pele, pouco une os brancos da África do Sul*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 06/03/78.
- 5 HARWOOD, Richard. *Dependência de Pretória, o dilema da Linha de Frente*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 10/05/81.
- 6 KNIGHT, Robin. *Namíbia, o difícil nascimento de um país*. Rio de Janeiro, O Globo, 30/08/81.
- 7 LELYWELD, Joseph. *África do Sul mudará tentar continuar a mesma*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 10/05/81.
- 8 PILTCHE, Isaac. *África do Sul*. Rio de Janeiro, Caderno Especial do Jornal do Brasil, 21/11/76.
- 9 SOMBRA, José Luiz. *Até onde vai a ingerência de Vorster*. Rio de Janeiro, O Globo, 05/12/76.
- 10 WALKER, General Sir Walter. *O Urso porta de Trás: a Ameaça Soviética à linha vital do Ocidente em África*. Coimbra, 1979.



O Capitão-de-Corveta Gilberto Roque Carneiro encontra-se atualmente fazendo o Curso de Comando e Estado-Maior na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro. Dentre suas funções exercidas anteriormente destacam-se: Subchefia de Tática do Comando de Operações Navais, Comandante do rebocador Tritão e Chefe do Serviço de Relações Públicas do 1º Distrito Naval, RJ.



EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

Bartholomeu da Silva Filho

A competência individual de cada um é, sem dúvida, resultante dos conhecimentos técnicos teóricamente recebidos, acumulados com as experiências práticas absorvidas ao longo de sua vida profissional. A parte prática, quase sempre, é provida pela execução do próprio trabalho pelo indivíduo ou adquirida da sua observação ao trabalho executado por outros indivíduos na sua proximidade.

Já o conhecimento teórico adém das informações oferecidas os indivíduos pelos sistemas educacionais conduzidos pelas instituições educacionais, as quais têm por finalidade completar o processo de sociabilidade iniciado no seio da família. Daí, a Escola Superior de Guerra conceituar a Educação como sendo "o processo de perfeiçoamento do ser humano

no sentido de facultar a realização de suas potencialidades, bem como a transmissão e assimilação de conhecimentos e valores do Grupo Social."

Em complemento ao conceito acima, a ESG atribue às instituições educacionais uma "função ético-moral" ligada à educação na "transmissão e formação de valores, normas e padrões de comportamento", com vistas à participação do indivíduo na sociedade; uma outra função "integradora", habilita as pessoas à vida social, enquanto que uma terceira, a "formadora", através da transmissão de conhecimentos, habilidades e técnicas, forma não só o cidadão como a força de trabalho.

Por formação do cidadão fica, pois, entendido a função de dar ao homem o preparo para viver em sociedade, participando de mane-

ra ativa e consciente e tendo amplo conhecimento dos seus direitos, de suas obrigações jurídicas e dos seus deveres políticos.

A formação profissional, isto é, a que resulta da aplicação da educação no trabalho, é conduzida não só na escola e no local de trabalho, mas também no seio da família, de onde normalmente o indivíduo já recebe uma primeira orientação da profissão a seguir.

A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

A preparação do indivíduo para o exercício de uma profissão é, no Brasil, o principal objetivo das instituições educacionais, já a partir do 1º Grau de ensino, posto que os reclamos do país no campo de desenvolvimento, desde a década de 50, têm sido maiores que os do campo político, por razões óbvias.

No quadro econômico atual, de crise e recessão, avulta um dado importante e preocupante: cerca de 1.800.000 brasileiros ingressam, por ano, no mercado de trabalho, a grande maioria, despreparada, resultando, desse despreparo, o desemprego e o sub-emprego, e gerando consequente inquietação das classes trabalhadoras.

Parece-nos que as instituições educacionais, em que pesem as intenções anunciadas, não estão habilitadas a atender à grande necessidade de mão-de-obra profissionalizada, perdendo terreno para as empresas, que procuram através de Programas de Treinamento, de Seminários, etc, suprir essas deficiências.

Ressalte-se, também, que o aumento de oferta de mão-de-obra não está ligada unicamente à estrutura existente de empregos, mas à expansão demográfica do país. A empresa forma e treina os seus empregados exclusivamente para as suas necessidades, as quais, no total, são inferiores ao número global dos que procuram emprego, daí a oferta bem maior que as necessidades, resultando em excessos inproveitáveis e gerando uma série de consequências que repercutem gravemente nos campos social e econômico do país.

A compatibilização do binômio educação x trabalho, objetivando ao atendimento das exigências do mercado, está condicionada por uma gama de aspectos de natureza assaz relevante, sejam históricos, geográficos, sócio-econômicos, jurídicos ou estruturais (no aspecto educacional).

Dessa forma, condicionados ao restrito tempo de elaboração deste trabalho, proposto pela ESG, cabe-nos, na abordagem da questão, relacionar alguns daqueles aspectos, julgados como podendo exercer maior influência na solução do problema, pois, a busca de soluções é o nosso escopo.

Contudo, de qualquer ângulo em que o problema seja abordado, parece-nos que duas interrogações da maior importância precisam ser respondidas, para que possamos chegar a uma solução:

1º) a formação profissional obtida através do Sistema Educacional é um instrumento efetivo da melhoria do nível de emprego?

2º) a formação profissional, tal

como é feita, atende às exigências do aparelho produtivo?

ASPECTOS A CONSIDERAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Colocando-se, de início, as questões acima como o âmago do problema em estudo, só poderemos atingir a uma proposta de solução se fizermos interagir alguns fatores condicionantes com a situação atual do ensino no Brasil. Como a nossa Constituição assegura ser a educação um direito de todos os brasileiros e um dever do Estado, cremos que os fatores de maior relevância a considerar, no presente estudo, devam estar ligados aos aspectos população e estrutura social, sem, contudo, nos descurarmos de outros aspectos de ordem conjuntural.

Assim, para fins didáticos, relacionamos os fatores abaixo:

- 1 — a expansão demográfica
- 2 — a crise econômica
- 3 — a dependência científico-tecnológica
- 4 — os desniveis regionais de desenvolvimento
- 5 — os principais aspectos geográficos
- 6 — a organização social das relações de trabalho
- 7 — as leis e os regulamentos vigentes

A Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, fixou o objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus que é o de "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e pre-

paro para o exercício consciente da cidadania."

Saudada, na época, como verdadeira revolução no ensino, na medida em que deixava de lado o ensino humanístico tradicional para trilhar a senda de uma nova filosofia educacional, voltada para o objetivo de preparar para a vida, nas mesmas condições, todas as crianças e jovens, e procurando a fusão, num só currículo, das velhas escolas industriais, comerciais, agrícolas, etc, as quais dizia-se, formavam, sem a menor sensibilidade, um bando de teóricos, sem embasamento profissional, a reforma de então, por inúmeras causas, cuja principal foi a de estrutura, não resistiu por muito tempo.

Repetência em alto grau, evasão em massa já no 1º ano, crescente número de analfabetos, deficiências na formação profissionalizante, despreparo dos que procuram o vestibular, etc, são alguns dos males hoje apontados como indicadores do fracasso e geradores dos atuais dilemas educacionais.

O que fazer? Que soluções adotar? Como fugir dos dilemas?

É claro que uma reestruturação do sistema educacional vigente, por si só não será a panacéia curadora de todos os males, se outros aspectos não forem considerados.

Sem atentarmos para os diferentes fatores negativos, de toda ordem, que atuam no momento sobre a Nação, nenhuma solução concreta poderá ser aventada. O país ainda dispõe de certas condições altamente favoráveis, como bem relacionou, em recente palestra na ESG, o Prof. Guerra Vieira,

Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo.

- terras aproveitáveis;
- riquezas minerais;
- disponibilidade energética e
- capacidade de trabalho do povo

Contudo, cerceando e condicionando as possíveis soluções do problema, atuam certos fatores negativos, de modo preponderante, de forma a diminuir ou até mesmo anular as condições favoráveis, a saber: a ainda alta taxa de crescimento demográfico, a avassalante crise econômica, a enorme dependência científica e tecnológica e os diferentes níveis regionais de desenvolvimento, resultando, como grave consequência, o aumento da pobreza, o desemprego e o sub-emprego, a deterioração do estado sanitário da população, a "inchação" dos grandes centros urbanos, o esvaziamento do campo e outros males, em menor escala, mas, também, prejudiciais.

Só assim, pesando todos os aspectos positivos e negativos, fazendo-os interagir sobre a atual estrutura, será possível vislumbrar-se a solução almejada. Seria uma tarefa para todas as camadas representativas da população, a classe política, os empresários, os professores, os juristas, enfim, toda a sociedade brasileira, valendo-se de todas as contribuições disponíveis, incluída a do presente Ciclo da Extensão da ESG.

PROPOSTAS DE AÇÃO

A análise realizada sobre o comportamento atual do ensino e do

mercado de trabalho revelou vários tipos de distorções no sistema educacional, naquilo em que ele participa para o desenvolvimento e a formação da mão-de-obra. Assim, às questões anteriormente formuladas, as respostas só poderiam ser negativas, pois se constatou que a maioria dos profissionais oriundos das universidades e das escolas profissionalizantes do 2º grau em nada contribui para o efetivo aprimoramento do nível de emprego, e só parcialmente atende às exigências do aparelho produtor.

Em decorrência dessas respostas, algumas propostas de solução já podem ser apresentadas, se bem que em linhas bem gerais, ainda no campo estratégico, necessitando pois, de um maior detalhamento, que configure as futuras ações a realizar:

1ª — Revisão nos tradicionais conceitos de educação e o consequente reflexo na estrutura de ensino.

2ª — Vinculação do nível de emprego, por categoria profissional, à capacidade de formação das escolas profissionais.

3ª — Integração, sem subordinação de uma à outra, do binômio escola-emprego, na complementação da formação profissional do cidadão.

4ª — Reformulação do sistema educacional brasileiro, procurando adequá-lo, não só às condições presentes como, prospectivamente, colocá-lo em condições de responder às necessidades futuras do país.

CONCLUSÕES

De imediato, vemos que as consequências da perda de operacionalidade do ensino, em todos os níveis, é desastrosa no tocante à formação de mão-de-obra de que o país necessita. A crescente taxa de desemprego, o sub-emprego, os desvios profissionais, a baixa produtividade, enfim, são assuntos diariamente debatidos pelos economistas e pelos empresários por constituirem uma realidade que já não se pode ignorar.

Sabemos que uma causa maior, a crise avassaladora que paira so-

bre o país — é a responsável por essa situação de verdadeiro descalabro nas relações educação x trabalho. Contudo, se todos nós, governantes, legisladores, políticos, empresários, professores, universitários, sem distinção, nos pusermos a trabalhar, em busca de alternativas para fugirmos aos "dilemas educacionais", por certo, a despeito da crise, haveremos de achar a solução, para colocar o país, de novo, no rumo do desenvolvimento, de modo a se atingir a finalidade última de proporcionar o Bem Comum a todos os brasileiros.



O General-de-Brigada Bartholomeu da Silva Filho, oriundo do Serviço de Intendência, é o atual Chefe da Padraria Central de Pessoal. Além dos cursos regulares básicos de formação militar e de acesso ao generalato, como o de Chefia e Estado-Maior de Serviços, da ECUME, é diplomado com o Curso Superior de Guerra da ESG.



COMUNICAÇÃO DE MASSA: ESPELHOS DA SOCIEDADE OU CRIADORES DE MODELO?

Adão Pantoja de Maria

Vivemos a era da comunicação. O mundo de hoje nos oferece uma grande variedade de veículos de comunicação, os quais, fruto de sua sofisticada e constantes aprimoramentos, a cada dia tornam-se mais eficientes. Comunicações por satélites e complexas redes de micro-ondas permitem o estabelecimento de ligações entre quaisquer pontos do globo terrestre, por mais remotos que sejam. Indubitavelmente é maravilhoso podermos acompanhar, no exato momento de sua ocorrência, os mais belos e mais importantes eventos que se passam em qualquer lugar de nosso planeta. As vivas imagens da televisão, o som claro do rádio, as rádio-fotos e os textos enviados por teletipo nos trazem tais acontecimentos, fazendo com que nos sintamos estar fisicamente ligados a situa-

ções passadas, em não raras oportunidades, a milhares de quilômetros.

Algumas vezes mal ou maldosamente explorados, os veículos de comunicação têm se prestado à difusão de fatos, idéias e comportamentos que não se coadunam com os padrões sociais consensualmente aceitos. Há alguns anos que educadores, especialistas em comunicação, psicólogos e sociólogos procuraram avaliar os efeitos dos veículos de comunicação em suas áreas de conhecimento. Quando criticados, os homens responsáveis por tais veículos defendem-se afirmando que nada fazem além de refletir o comportamento da sociedade.

Diante de tal quadro surgem algumas indagações que exigem detida apreciação para serem respondidas:

— Até que ponto a veiculação dos fatos é decorrente do estrito objetivo de bem informar?

— Um comportamento que fere os padrões socialmente aceitos é, de fato, espelho da sociedade?

— Qual o efeito produzido pela difusão de tais fatos?

— Existe, por parte das empresas de comunicação, uma preocupação com os efeitos produzidos por suas transmissões?

Enfocando a questão sob diversos ângulos, buscamos apresentar respostas a várias perguntas, de modo a podermos avaliar até que ponto os veículos de comunicação funcionam como espelho da sociedade e a partir de onde passam a atuar como elemento criador de modelos de comportamento.

ASPECTOS CONCEITUAIS

Para que melhor possamos discutir os efeitos produzidos pelos veículos de comunicação de massa (VCM), impõe-se uma apreciação de alguns conceitos relacionados com o assunto, os quais permitirão que nos situemos diante da questão.

Comunicação

Incialmente conceituaremos comunicação, origem do processo e ponto em torno do qual o tema se desenvolve: Comunicação é um fenômeno que ocorre entre pessoas, implicando numa troca de experiências socialmente significa-

tivas, para o que importa a necessidade de um código comum.

Ao analisarmos o conceito acima cabe destacar, primeiramente, ser a comunicação um fenômeno, em decorrência das seguintes características: tem aparência, é visível ou percebido e é genérico.

Em contraposição ao fenômeno temos o fato, diferindo do primeiro por ser único. Assim sendo, enquanto o fenômeno pode estar ocorrendo, o fato é limitado no tempo e no espaço. Consequentemente, podemos afirmar que enquanto o ato comunicativo é um fato, a comunicação é um fenômeno.

A troca de experiência socialmente significativas faz com que a comunicação se identifique com o processo social básico — a interação. A troca em si é caracterizada por uma resposta do receptor a um estímulo partido do emissor, que em linguagem de comunicação é denominada "feed-back". Há necessidade de um código comum, envolvendo um conjunto de signos e regras, sem os quais não poderia haver o entendimento, acarretando, de forma inevitável, um isolamento entre emissor e receptor ou, na ausência de "feed-back", não se concretizando a comunicação.

Sintetizando, podemos caracterizar a comunicação como um processo, em razão do permanente fluxo de informações trocadas nas diversas situações sociais, da contínua mutação em que se opera e de seu desenrolar no tempo; como processo que atua na interação social e que exige a ob-

servância de certos signos e regras para produzir seus efeitos ("feedback").

Modelos de Comunicação

A preocupação em se estudar o processo comunicativo, desde muito tempo, tem acompanhado o homem. O modelo básico de comunicação foi traçado por Aristóteles e, até nossos dias, ainda se mostra bastante precioso. Na Grécia antiga havia duas formas básicas de comunicação — o discurso e o teatro — e, baseado no estudo das mesmas, Aristóteles chegou a suas conclusões.

O modelo aristotélico de comunicação destacava os seguintes componentes básicos:

- a pessoa que fala (EMISSOR);
- o discurso que pronuncia (MENSAGEM);
- a pessoa que escuta (RECEPTOR).

Tal modelo tem sido o ponto de partida para os demais, que apresentam algum acréscimo ou diferença de denominação, em geral como resultado do enfoque de uma ou outra especialidade do pesquisador. Em seus estudos, Aristóteles tecia comentários acerca dos objetivos da comunicação realçando:

- informar: que era definido como a passagem de informações de uma pessoa para outra, enquadrando nesse objetivo o educar;
- persuadir e convencer: embora em ambos haja a intenção de modificar o ponto de vista do receptor, o persuadir era caracteri-

zado por implicar numa resposta comportamental;

- comover: que visa provocar reações emocionais no receptor.

Os principais acréscimos que foram feitos no modelo aristotélico, após vários séculos, consistiram da citação do canal, definido como o suporte da mensagem (ondas sonoras, ondas luminosas, etc), e do veículo, que é o instrumento tecnológico utilizado na comunicação (telefone, alto-falante, etc).

Comunicação de massa

Os teóricos definem vários tipos e níveis de comunicação. Em virtude do conteúdo deste trabalho, nos fixaremos apenas na conceituação do nível denominado comunicação coletiva ou de massa.

As principais peculiaridades que caracterizam a comunicação de massa, em cada componente básico do modelo de comunicação, podem ser assim expressas:

— emissor: em geral é uma empresa, com forte divisão do trabalho e elevado capital, visto ser a emissão muito complexa;

— receptor: público amplo, social e psicologicamente heterogêneo e que não é conhecido pessoalmente pelo emissor (assumindo características de anonimato);

— mensagem (ou experiência): rápida, pública e de consumo imediato;

— canal: pode ser multi-canais;

— veículo: utilizado para atingir um maior número de receptores, permite a comunicação à distância e facilita a fixação da mensagem.

CARACTERÍSTICAS DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Os veículos de comunicação de massa estão definitivamente integrados a nossas vidas. O fenômeno, que os estudiosos da comunicação denominam segmentação, tem permitido a convivência dos diversos veículos, embora sempre exista um de maior efeito sobre a massa. Desde as últimas décadas do século passado que os veículos de comunicação vêm sendo aprimorados e diversificados, conforme a cronologia que se segue:

- 1876 – Fotogravura e telefone
- 1885 – Linotipo
- 1889 – Disco fonográfico
- 1890 – Detecção das ondas hertzianas
- 1895 – Cinema
- 1904 – Off set
- 1920 – Primeiras emissões de rádio
- 1926 – Primeira transmissão de televisão
- 1927 – Cinema sonoro
- 1936 – Fotografia em cores
- 1944 – Televisão em cores
- 1948 – Transistor
- 1949 – Long play
- 1957 – Transmissão de rádio por satélite

1963 – Transmissão mundial de televisão por satélite

Os principais veículos de comunicação de massa podem ser divididos em duas grandes famílias:

– *Impressos:*

Jornal, revista, livro.

– *Eletrônicos:*

rádio e televisão.

Numa posição intermediária entre os impressos e eletrônicos encontramos o cinema.

Antes de apresentarmos as características dos diversos veículos, é oportuno destacar algumas peculiaridades das famílias:

Além das características comuns aos de sua família, os veículos de comunicação de massa apresentam as seguintes particularidades:

– *Jornal:*

Leva a notícia a praticamente todos os lugares. É muito ligado à comunidade. Sua duração é efêmera, fundamenta-se na palavra escrita e é basicamente em preto e branco. Divulga a notícia.

– *Revista:*

Seu tempo de duração é maior que o do jornal, utiliza imagens, fotografias e principalmente as cores. Pode atingir todos os públicos, in-

Impressos

- ocorrem após o fato
- “feed back” a posteriori
- intelectual
(transmitem informação)

Eletrônicos

- ocorrem junto com o fato
- “feed back” imediato
- sensorial
(transmitem emoção)

clusivo os analfabetos, por meio das figuras. Faz a revisão dos assuntos relativos a um período.

— Livro:

Sua duração é quase ilimitada. Transmite cultura e educação, atingindo um público mais restrito.

— Cinema:

É um veículo que, em função de seu caráter de entretenimento, atinge um grande público. A utilização das cores, movimento e som aumentam sua eficiência.

— Rádio:

Atinge todos os públicos. A transistorização faz com que seja o veículo de maior penetração, pois atinge os lugares mais remotos. É muito ligado à comunidade.

— Televisão:

É o mais novo e poderoso veículo de comunicação, pois combina as finalidades e vantagens do rádio com as do cinema e traz os dois para dentro do lar. É áudio-visual e pode utilizar as cores. Atinge todos os públicos.

Algumas peculiaridades próprias de cada um dos veículos, ou a que foram obrigados a adquirir, fazem com que ocupem faixas bem distintas de público, quase sempre havendo um recobrimento, consequência dos objetivos colimados em sua forma de comunicação.

Exemplificando, podemos dizer que, no que tange a noticiário, o rádio tem a possibilidade de ser o primeiro veículo a divulgar a informação, ao passo que a televisão, embora com um pouco de reardo, possa associar imagem à in-

formação verbal, enquanto o jornal, com um retardo um pouco maior, apresenta uma cobertura mais ampla do acontecimento e a revista, via de regra a última a cobrir o evento, esgota o assunto com grandes reportagens e análises.

Dessa forma, apesar do rol de veículos de comunicação de massa ser bastante amplo, o surgimento de um novo veículo não tem implicado na extinção de qualquer outro, provocando apenas um reajuste nos pré-existentes.

A TELEVISÃO

Dentre os diversos veículos de comunicação de massa, sem dúvida, a televisão se constitui num capítulo à parte e deve merecer um tratamento diferenciado. Os dados estatísticos que apresentamos a seguir são suficientes para justificar tal destaque.

Cobertura (número de pessoas atingidas pelas transmissões)

Atualmente existem no Brasil cerca de 16,5 milhões de residências com aparelhos de televisão. Normalmente o número médio de telespectadores por aparelho é de 4 (quatro), resultando uma assistência de 66 milhões de pessoas. Por ocasião de eventos especiais, tais como a Copa do Mundo de Futebol, o número de pessoas por aparelho passa para 6 (seis), o que corresponde a uma cobertura de 99 milhões de pessoas.

Investimentos com publicidade

As empresas de publicidade, no afã de otimizar as verbas de seus clientes, contam em seus quadros com profissionais que estudam os veículos de comunicação, buscando identificar os que proporcionam maior cobertura, um "custo por milheiro" mais favorável e que produzem um resultado mais positivo. As últimas estatísticas indicam os seguintes percentuais de investimentos com publicidade, por veículo:

— Televisão	37,0%
— Jornal	18,0%
— Rádio.	15,3%
— Revista.	10,4%
— Out door	2,0%
— Cinema	0,3%
— Outros (mala direta, alto falantes, etc)	17,0%

Pesquisas realizadas para levantar o perfil do público que assiste regularmente a televisão indicaram que os segmentos socio-econômicos inferiores da população brasileira assistem muito mais do que os superiores e que a audiência feminina é geralmente maior que a masculina.

Em estudo realizado com vistas a avaliar a exposição da criança e do jovem à televisão, constatou-se que a média de consumo é de pouco mais de três horas por dia, embora quase um quarto da amostra estudada passe de cinco a nove horas diárias vendo televisão. Entre os estudantes a pesquisa indicou ainda que quase a metade dessas pessoas gasta com a televisão um número de horas igual ou su-

perior àquele que é gasto com as aulas e que as diferenças entre os sexos são muito pequenas.

Uma pesquisa realizada por S. Pfromm Neto com 419 crianças com idades entre 10 e 13 anos com a finalidade de avaliar a influência da televisão na vida do jovem brasileiro, apresentou alguns resultados interessantes, conforme se seguem:

Atividades afetadas pela introdução da TV na vida da criança

A introdução da TV na vida das crianças se deu com a utilização de tempo que anteriormente era destinado a outras atividades. Desse forma, o pesquisador procurou levantar o que a criança deixou de fazer para poder assistir à televisão, chegando aos seguintes resultados:

Tipos de Atividade	Meninos %	Meninas %
— Estudava mais	68,5	64,0
— Ouvia mais rádio	62,0	59,3
— Brincava mais	51,0	41,0
— Lia mais livro	71,0	62,0
— Lia mais revistas em quadrinhos	44,5	36,0
— Ia mais ao cinema	38,0	36,0
— Passava mais	30,0	30,0

Pelos dados acima podemos concluir que as crianças passaram a estudar bem menos, a ouvir menos rádio, a brincar menos e a ler menos livros, em virtude da introdução da TV em suas vidas.

Programas preferidos

Um outro dado de grande importância colhido na pesquisa

respeito às preferências do público jovem quanto ao gênero de programa. A preferência declarada indica os programas assistidos com maior atenção pelas crianças, ocasião em que estarão mais suscetíveis às mensagens transmitidas.

Os resultados da pesquisa apontaram as preferências que se seguem:

Meninos:

- Filmes de "mocinho" ... 18,4%
- Filmes de aventuras 13,0%
- Desenhos animados 8,0%

Meninas:

- Novelas 29,0%
- Drama de hospital 15,6%
- Desenhos animados, 12,4%

Uma observação interessante refere-se ao fato de serem as preferências dos meninos mais diluídas, embora girando em torno de temas semelhantes ("mocinho", aventuras, detetives, etc), ao passo que há uma significativa preferência por parte das meninas pelas novelas.

Aprendizagem por meio da televisão

Por ocasião da pesquisa ainda não se achavam em funcionamento as emissoras de televisão educativa na área pesquisada, mas apesar disso, os pesquisadores indicaram os seguintes dados quanto à aprendizagem por meio da TV:

Meninos:

- aprendem muita coisa ... 46,4%
- aprendem pouco 30,8%

Meninas:

- aprendem muita coisa ... 73,4%
- aprendem pouco 18,7%

Considerando que os dados acima referem-se à programação normal e confrontando-se tais dados com as preferências das crianças, constatamos que nossos jovens estão "aprendendo" com novelas e filmes de "mocinho".

Atração exercida pela TV, como perspectiva de trabalho no futuro

Esse ponto da pesquisa dá uma boa imagem da influência exercida pela TV sobre o jovem, pois, coerente com os demais resultados, apresentou os seguintes índices, quando ao grupo pesquisado foi perguntado se gostaria de ser artista de televisão:

Sim:

- Meninos. 100%
- Meninas 59,1%

Os breves resultados da pesquisa de S. Pfromm Neto que apresentamos são suficientes para a avaliação da influência da TV sobre nossas crianças. Para tanto concorre a força do veículo, fruto de sua característica áudio-visual, da utilização das cores (o que torna sua imagem mais realista) e da comunicação direta, onde um fator marcante é a linguagem intimista, tal como ocorre em uma comunicação face à face.

Apresentando uma cobertura superior a 50% da população brasileira, em suas transmissões normais, e ocupando um tempo cada vez maior de nossas vidas, a televisão destaca-se dos demais veículos de comunicação de massa e deve merecer especial atenção quando

se trata de avaliar a influência exercida por tais veículos.

A CRIAÇÃO DE MODELOS DE COMPORTAMENTO

Para que possamos avaliar os efeitos dos veículos de comunicação de massa (VCM), torna-se necessário sabermos em que condições nos expomos aos mesmos. Dessa forma é oportuno apresentar o resultado dos estudos realizados por E. Katz, a respeito das necessidades satisfeitas por tais veículos e suas características principais.

Necessidades

- Cognitivas
- Afetivas
- Integrativas I
(consigo mesmo)
- Integrativas II
(com o grupo social)
- De fuga ou liberação

A Escola Psicanalítica também buscou identificar as funções da comunicação de massa, tendo apontado que esta atende a dois

princípios: o do Prazer e o da Realidade. O princípio do Prazer é ligado ao lazer que é proporcionado à fantasia e ao sonho que o VCM levam ao receptor. O princípio da Realidade caracteriza-se pela busca da informação e conhecimento por parte do público, o que coloca a comunicação de massa em um plano semelhante a uma segunda escola.

Conforme constataram os pesquisadores, nenhum de nós, ao colocar diante de um VCM, se põe a fazê-lo com o objetivo de atuar como um crítico, mas de forma receptiva, o que nos

Características

- Aumentar ou adquirir
 - informações
 - conhecimento
 - compreensão
- Aumentar experiência
 - estéticas
 - agradáveis
 - emocionais
- Aumentar:
 - credibilidade
 - confiança
 - estabilidade
 - status
- Aumentar contato
 - família
 - amigos
 - mundo
- Diminuir contatos
 - o eu
 - outros papéis sociais

na muito mais vulneráveis às sagens emitidas.

Em comunicação rejeita expressão "opinião pública"

oposição prende-se ao fato de se saber não existir uma "opinião pública", no sentido de uma opinião comum a todo o grupo social, mas correntes de opinião. Sendo a opinião uma tomada de posição diante de uma determinada situação, é importante lembrar que, uma vez diante de uma nova informação, o ser humano busca compará-la com os valores que compõem seu quadro de referência e com os grupos que o cercam, ajustando sua opinião.

Nesse ponto do processo de formação da opinião, cresce a importância dos VCM, que passam a agir como grupos de pressão ou grupos de referência. A atuação de tais veículos pode ocorrer de duas formas distintas, que são:

través dos GATE-KEEPERS

Estes são pessoas que, tendo poder de decisão, podem divulgar informalmente uma notícia, podem modificar a matéria ou podem, até mesmo, interromper a notícia. Este grupo estão enquadrados os editores, editores, repórteres, etc.

través da formação de imagens

A despeito dos possíveis insussos por que passem, os artistas são sempre apresentados como pessoas bem sucedidas. Para que possam ser bem aceitos pelo público, o que garantirá a manutenção de níveis de audiência, as empresas de comunicação de massa encanham-se em preservar a imagem de seus artistas, não raras vezes

lançando mão de meias verdades.

A propósito dos GATE-KEEPERS, é oportuno voltar à obra de S. Pfromm Neto (pág. 131), que comenta:

"Um estudo revelou, por exemplo, que bom número de jornalistas, na Inglaterra, tem menos de 23 anos de idade. Outra pesquisa mostrou que somente 15% dos jornalistas alemães são pessoas bem maduras e que a maioria dos editores de jornais alemães têm tendências esquerdistas".

Os VCM, principalmente a televisão, têm o poder de formar e homogeneizar comportamentos. Um exemplo concreto desse poder é o lançamento de modas e modismos, a nível nacional, normalmente através das telenovelas. Além disso, a televisão tem contribuído para a redução das manifestações artísticas regionais (músicas e danças folclóricas, principalmente), difundindo nacionalmente uma cultura padronizada.

No que tange à programação, as emissoras de televisão, como regra geral, têm se caracterizado por emitirem mensagens que, quando não ferem os valores sociais consensualmente aceitos, em nada somam na consolidação dos valores com os quais nossa sociedade se identifica.

A exagerada violência constatada nos programas infantis (desenhos animados, etc), os comportamentos amorais ou que buscam ridicularizar alguns dos valores tradicionais, têm uma influência negativa sobre o público, principalmente porque não são mensagens isoladas. Concomitantemente com

tais veiculações, verificamos a ocorrência de elogios por parte da crítica especializada, de extensas entrevistas com autores, atores e outras pessoas ligadas à obra, num autêntico trabalho de orquestração.

Nesse ponto cresce a importância do trabalho dos "gate-keepers". As desventuras amorosas dos artistas, seu envolvimento com tóxicos e outros vícios, além dos desvios de personalidades, não passam pela filtragem imposta às matérias veiculadas. Quando, em virtude da proporção assumida por um caso, não é possível evitar sua difusão, tratam de reabilitar o envolvido na primeira oportunidade.

Não temos visto manifestação alguma condenando os triângulos amorosos, as "amizades coloridas" ou os "pulos do gato", para citar apenas alguns dentre muitos exemplos de programas nocivos que a televisão tem colocado nas salas de nossas casas, em horários que estão ao alcance de qualquer criança, isto sem falar da violência e sadismo contidos nos "inocentes" Tom e Jerry, Super-Homem e vários outros que ocupam inúmeras horas destinadas exclusivamente ao público infantil.

Como o público, na busca da satisfação de suas necessidades, procura realizar-se através de seus ídolos, é oportuno que nos reportemos ao trabalho de A. Bandura, a respeito de aprendizagem social:

— As crianças aprendem a falar como seus pais, através da imitação e reforçamento. Os pais servem, portanto, como modelos para seus filhos. A modelação do

comportamento é tão universal e familiar que em geral não a notamos, assim como não percebemos a enorme influência que exerce sobre nosso comportamento.

Partindo desse ponto, Bandura realizou inúmeras experiências com crianças, concluindo que o comportamento do modelo era imitado sempre que este ou não era punido ou era premiado, visto que a ausência de punição e o prêmio funcionam como reforço. Da mesma forma, a violência utilizada pelos "mocinhos" contra os vilões, sempre bem sucedida e não raras vezes em intensidade superior à dos vilões, se constitui em indiscutível reforço do comportamento do modelo, levando a criança a aprender que a violência traz bons resultados e que essa é a maneira mais adequada de se lidar com os conflitos interpessoais.

Quanto aos adultos, ao verem seus ídolos, cujas imagens são cuidadosamente preparadas pelos responsáveis pela comunicação de massa, "casando-se" várias vezes escolhendo o pai para o filho que "sempre sonharam pôr no mundo" ou até mesmo constituindo casais homossexuais, com todo o apoio dos "gate-keepers", dificilmente deixam de aceitar tais procedimentos, visto que a força do VCM os transforma em grupo de pressão, ridicularizando os "pais quadrados de filhos avançados" ou os "caretas", como forma de validar as ideias que promovem.

Tais exemplos corroboram as conclusões de estudiosos que, dando os efeitos da comunicação de massa em manifestos e latente

apontam como um dos efeitos latentes a conversão das pessoas pelo efeito cumulativo, o que é conseguido pela repetição com que os temas são apresentados.

OS ESPELHOS DA SOCIEDADE

Quando se propõe ser um espelho da sociedade, um veículo de comunicação social deve atentar para a inexistência de uma opinião pública e sim de inúmeras correntes de opinião. As correntes de opinião estão ligadas às camadas sociais e, como estas, são resultado da interação de três fatores:

- mundo mental;
- nível de aspiração;
- estilo de vida.

Atualmente podemos identificar, talvez, algumas dezenas de segmentos distintos na sociedade brasileira e, obviamente, não os temos visto na programação apresentada pelos VCM.

Cada VCM tem uma linguagem própria, busca em público definido e segue um estilo imposto pela empresa que o opera. Dessa forma, o produto final da comunicação de massa, que chega aos receptores, já passou por dois tipos de tratamento, denominados "filtração" e "embalagem", nos quais os "gate-keepers" atuam de forma decisiva.

Como os "gate-keepers" também fazem parte de uma camada social definida e, consequentemente, se enquadram em uma corrente de opinião, o resultado da filtra-

gem que impõem aos assuntos a serem veiculados estará em coerência com sua visão social, política e ideológica, a qual nem sempre coincide com a maioria dos segmentos da sociedade.

Ao retratar alguns segmentos distintos, tais como o meio artístico, a juventude da Zona Sul do Rio de Janeiro ou sua correspondente de São Paulo, os VCM retratam uma realidade que não faz parte do estilo de vida, nem do mundo mental da grande maioria dos demais segmentos. Nesse ponto os VCM afastam-se de sua posição de espelhos da sociedade e passam a atuar como formadores de modelos de comportamento.

Para que os VCM sejam autênticos espelhos da sociedade, devem ser abertos espaços para os diversos segmentos, aproximadamente na proporção em que aparecem na composição do mosaico social. Como, em sua grande maioria, os VCM são de cunho comercial, a capacidade de consumir passa a assumir uma relevância maior e a se constituir no parâmetro que irá orientar a abertura de espaços na programação. Assim sendo, por maior que seja a nossa boa vontade, torna-se muito difícil identificar nos VCM espelhos da sociedade, mas antes espelho de alguns pequenos segmentos que, em função de sua força sócio-econômica, gozam de toda a benevolência possível.

A AÇÃO EDUCACIONAL DOS VCM

Os últimos anos marcaram o desenvolvimento da ação educacio-

nal dos VCM no Brasil. O rádio e, com maior intensidade, a televisão, passaram a destinar horários a programas educativos, visando principalmente a alfabetização e o ensino supletivo. O surgimento do Sistema Nacional de Rede de Televisão Educativa, que cobre todo o país, o apoio da Fundação Roberto Marinho e da Fundação Padre Anchieta contribuiram de forma decisiva para a utilização da televisão como instrumento educativo.

Apesar de serem dedicadas algumas horas de programação às atividades docentes e culturais na televisão, é oportuno que façamos algumas observações a respeito da ação educacional desse veículo, salientando que apenas as emissoras Educativas não se enquadram no que se segue:

— os programas didáticos foram inseridos em horários anteriormente vagos e não nos horários em que podem estar ao alcance de um grande número de espectadores;

— as horas destinadas aos programas culturais, igualmente em horários de pouca audiência, são em quantidade pequena;

— a programação destinada ao público infantil é, via de regra, excessivamente violenta;

— ao que tudo indica, a programação normal não recebe um tratamento pedagógico, haja vista os freqüentes erros de linguagem apresentados, alguns até "lançados" como neologismos;

— a programação normalmente veiculada, pelo seu conteúdo, não deve estar sendo alvo de estudos por parte de sociólogos e psicólogos, apesar dos possíveis malefi-

cios provocados por seu efeito latente;

— excluídas as emissoras Educativas, a programação da TV fundamenta-se, com raras exceções, em filmes e desenhos animados importados, apresentando fatos, hábitos e paisagens dissociados de nossa cultura.

Quanto à programação do rádio, constatamos um problema semelhante ao da televisão, agravado pelo fato de destinar uma quantidade de horas bem menor à ação educacional. Apesar de ser mais ligado à comunidade, temos constatado, como regra geral, uma grande parcela de tempo da programação do rádio dedicada à música estrangeira, em detrimento das regionais e folclóricas.

Da forma como têm sido conduzidos, os VCM têm contribuído mais para um processo de homogeneização da cultura, com uma sensível redução dos regionalismos e expondo os receptores a uma forte influência estrangeira. Por outro lado, sua atuação como instrumento educacional tem sido muito limitada nas atividades com tal objetivo e deixa muito a desejar no que diz respeito à programação normal.

CONCLUSÃO

Marshall MacLuhan, o mais destacado estudioso da comunicação dos últimos anos, dizia que os modernos veículos de comunicação de massa transformaram a educação. Inicialmente mosaicada, onde os conhecimentos eram transmitidos ao aprendiz sem uma ordem

definida, a educação passou a ser linear e seqüencial com o advento da era gutemberguiana. Atualmente a educação volta a ser mosaica da, como nas antigas aldeias, diferindo porque, em virtude das características dos atuais meios de comunicação, esta aldeia abrange todo o globo terrestre. O mundo hoje é uma aldeia global.

Estudando o mesmo tema, psicólogos, sociólogos e especialistas em outras áreas de conhecimento sempre concluem que os VCM vêm assumindo um papel de grande relevância em nossa sociedade. Buscando avaliar os possíveis efeitos desses veículos sobre o público que está exposto à sua ação, procuramos identificar até que ponto os VCM são um espelho da sociedade ou se funcionam como formadores de modelos de comportamento. Dos estudos e pesquisas realizados sobre o assunto pudemos pinçar alguns dados e informações que permitiram traçar um quadro bastante claro sobre o assunto.

A televisão, sem dúvida alguma o mais importante VCM, atinge normalmente uma quantidade de espectadores superior a 60 milhões de pessoas no Brasil. Aliando som, imagem e cor, e sendo levada aos lares dos receptores, possui um grande poder de comunicação. Sua influência é muito forte junto ao público infanto-juvenil que dedica várias horas de seu lazer a sua programação.

A busca da satisfação de algumas necessidades junto aos VCM nos deixa em uma posição receptiva, no que tange a suas mensagens,

fato esse agravado pela subconsciente aprendizagem social, resultante da premiação ou não-castigo dos modelos de comportamento.

Outra forma de influência exercida pelos VCM é sua atuação como grupo de pressão ou de referência na formação de correntes de opinião, destacando-se o trabalho dos "gate-keepers", que promovem uma autêntica orquestração a respeito de certos temas polêmicos. A constante exploração de comportamentos condenados pela grande maioria dos segmentos da sociedade, os quais são veiculados como fatos normais, deixa os VCM, particularmente a televisão, numa posição de difícil defesa, principalmente em razão da ampla cobertura dada aos fatos, aos atores e à programação que se propõe a divulgar tais comportamentos.

Face à atual segmentação da sociedade, a reprodução de comportamentos de pequenos segmentos, identificados em locais bem definidos, não pode ser generalizada, a ponto de se afirmar serem tais procedimentos espelhos da sociedade. A atuação dos "gate-keepers" tem sido de relevante importância para a veiculação de fatos e comportamentos que fatalmente acarretarão sérios problemas sociais.

A ação dos VCM como instrumentos educacionais tem sido muito limitada e, como regra geral, não indica uma preocupação mais acentuada com os enfoques pedagógico, psicológico e sociológico de sua programação. Da mesma forma, tem sido destinado um espaço bastante grande à programação de origem estrangeira,

em detrimento da nacional, de modo particular as manifestações culturais de cunho regional.

Temos convicção de serem atualmente os VCM formadores de modelos de comportamento, os quais, na maior parte das vezes, não refletem os comportamentos aceitos pela esmagadora maioria dos segmentos da sociedade. Quando tais procedimentos são buscados em alguma parcela do grupo social, esta não é quantitativamente representativa, não permitindo visualizar-se toda a sociedade a partir dela.

Como forma de reduzir tais influências negativas, torna-se necessária uma atuação mais efetiva dos pais, selecionando a programação para seus filhos e impedindo que

os VCM, e mais particularmente a televisão, ocupando o tempo que seria destinado a outras atividades de entretenimento das crianças, venham a se transformar em "babás eletrônicas".

BIBLIOGRAFIA

- BEZERRA DE MENEZES, D. Fundamentos Científicos da Comunicação, Vozes, Pe- trópolis, 1978.
- PFROMM NETO, S. Tecnologia da Educação e Comunicação de Massa, Pioneira, São Paulo, 1976.
- RAPPAPORT, C et alii Psicologia do Desenvolvimento, E.P.U., São Paulo, 1981.
- ALEOTTI MAIA, N. Psicologia Social, Rio de Janeiro, 1981.
- C 33-1 — Operações Psicológicas, 2^a Edição, 1977.
- IP 45-1 — Relações Públicas, 1^a Edição, 1975.



O Capitão OMB Adão Pantoja de Maria tem a seu crédito os seguintes cursos: Material Bélico, da Academia Militar das Agulhas Negras; Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, da EsAO, Comunicação Social, do Centro de Estudos do Pessoal. Exerceu as funções de Instrutor de Material Bélico e Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras. É atualmente Subdiretor do Parque Regional de Manutenção da 10^a Região Militar, Fortaleza, CE.



O EXÉRCITO E A SOCIEDADE BRASILEIRA

José Fernando de Maya Pedrosa

Falta, em nossa bibliografia, um estudo profundo e objetivo sobre as raízes históricas do Exército, em particular naquela fase em que a nascente e rudimentar sociedade colonial vivia em armas fazendo História. O Estado-Maior do Exército, no prefácio da "História do Exército Brasileiro — Perfil Militar de um Povo" (1972), visualizou a elaboração de uma história científica, em vários volumes, lançando uma luz para o futuro da historiografia militar castrense. Os estudiosos teriam acesso, desta forma, aos dados necessários ao entendimento das relações entre o Exército e a Sociedade Brasileira.

Não seria exagero dizer que esta identidade é um dos aspectos mais importantes da sobrevivência de nossas liberdades que foram sedimentadas com tantos sacrifícios e a despeito de enormes obstáculos. Este entendimento, apesar de na-

tural, depende entretanto da transmissão de conhecimentos e da receptividade dos mais jovens, civis e militares, condutores dos destinos do País nos próximos tempos. Deixar correr espontaneamente, de geração para geração, a tarefa de transmitir atitudes e conhecimentos históricos, seria um erro nesta época em que a comunicação de massa vem sofrendo muito a influência do interesse imediato que nem sempre atende aos objetivos maiores da sociedade.

Por outro lado, esta comunicação de massa, em sua fenomenologia contemporânea, apresenta a primazia da indução sobre a difusão do conhecimento essencial. É justamente por esta razão que parece um tanto abusivo acreditar que ela deva ser usada como único meio oficial para formar atitudes, mesmo que favoráveis e nobilitantes. Neste caso, o caminho permanente para que se entenda o papel

do Exército na Sociedade Brasileira é o da educação e da cultura pela difusão histórica, sem dramatizações pueris para o homem moderno, exigente por excelência.

Tudo evidencia que a corrente do pensamento marxista, muito em voga na intelectualidade de "vanguarda", acredita que a difusão de sua nova interpretação da História deva ser feita nas escolas secundárias, nas universidades e, com base nos livros, nos periódicos, nas aulas, em contatos informais de mestre com aluno. Teremos que reconhecer que este procedimento, aliás traçado por velhos pensadores e dirigentes marxistas, tem trazido muitos dividendos para sua causa, em particular pela descrença na democracia e na excelência de nossa História e de nossos heróis. Se não formarem militantes na quantidade por eles desejada, pelo menos terão formado muitos indivíduos descrentes, contestadores sistemáticos, sempre identificando maldade e ineficiência nos dirigentes e transmitindo negativismo a seus filhos.

A síntese que se segue como interpretação da História Militar Brasileira é uma contribuição individual aos jovens oficiais e praças para que, contando também com outros conhecimentos já adquiridos, renovem sua crença no passado e, em consequência, no futuro.

O BRASIL COLÔNIA — PRIMÓRDIOS

A certidão de nascimento do Exército é a Constituição de 1824, mas o seu nascimento remonta aos primeiros esforços de

portugueses, índios e mamelucos, para defenderem e expandirem os primeiros núcleos de ocupação e exploração econômica como suportes para uma sociedade nova no Brasil.

As motivações não eram exclusivamente materiais. Pensava-se também na grandeza de "El Rei", na propagação da fé cristã e da cultura europeia ou simplesmente na solidariedade de uma gente que nascera mestiça, rarefeita e ameaçada por índios muitas vezes hostis e por franceses e holandeses, menos comprometidos com uma ordem colonial permanente do que com suas empresas de caráter prioritariamente comercial. Distinguir a orientação colonial lusitana das empresas militares e mercantis dos franceses e holandeses, por exemplo, constitui pedra fundamental no entendimento do papel do povo como agente de nossa História Militar. O progresso urbano de Recife com Maurício de Nassau, por exemplo, foi obra pessoal e ilusória. O bom entendimento dos franceses com os tamoios, potiguaras e tupinambás devia-se mais ao comércio e à conduta pragmática daqueles em respeitarem o domínio nativo, do que ao ideal de formarem aqui uma sociedade permanente. Por outro lado, a obra colonial portuguesa foi frutífera como produto de tenacidade, objetividade, espírito de sacrifício, coerência e valor. O legado português é que dirime verdadeiramente esta questão histórica, pois, no final das contas, nele está o Brasil indivisível e grande, onde vive um povo de notáveis características.

O português seiscentista era o continuador natural das epopeias da África e das Índias, o português dos Lusíadas, que vencera o jugo espanhol. As Ordenações Afonsinas e Sebásticas incorporavam notável experiência militar, nacional e estrangeira, particularmente nas operações anfíbias, expedições marítimas, ataques a praças fortes, construção de fortificações, aprestamento permanente e expedições exploratórias terrestres de cunho militar. Tais experiências básicas, com suporte no enquadramento militar pela nobreza (nobreza muitas vezes do valor) e na participação de todos os homens válidos nas atividades militares, deram estrutura às atividades colonizadoras no Brasil. Este é o arcabouço de nossa História Militar — o povo em armas.

É claro que nossas condições locais puseram também sob desafio algumas características do povo português: a flexibilidade que lhe propiciou rápida ambientação, a noção de espaço que o impulsionou para oeste, para o sul e para o norte e a miscibilidade que lhe promoveu o suporte humano através do mameluco e do mulato, dignos de maiores atenções. Sem dúvida, as limitações estiveram sempre presentes na carência de população, na exigüidade do espaço metropolitano, nas vantagens dos seus inimigos, nos reconhecidos desgastes de uma obra colonial custosa e na influência de interesses mercantis na política colonial que limitavam nossa auto-suficiência, obtida somente nas vésperas da Independência.

Assim disposto, pode-se observar agora como tudo isso deu resultados aqui, resultados às vezes modestos numericamente, mas expressivos para a História. Em cada ponto do litoral, onde a exploração econômica lograva êxito, foi surgindo um elemento militar que pouco se distingüia da rudimentar sociedade colonial, mas que, dentro de suas proporções, pode ser considerado como uma tropa operacional, constituída por recursos humanos locais e uns poucos elementos regulares de linha capazes de guarnecer fortalezas e operar artilharia. Estas tropas operacionais tinham comando centralizado no governador-geral e eram enquadradadas pelos mais notáveis, dentro os quais se destacavam servidores da Coroa, administradores e senhores da terra, incontestavelmente as pessoas mais preparadas para as funções de chefia militar. A tropa, como vimos, era constituída por todos, particularmente índios aliados e mamelucos, gerações de brasileiros e produto do natural encontro de raças tendentes à miscigenação indiscriminada. Estes elementos assim constituídos tinham a missão de defender os núcleos coloniais contra estrangeiros e índios rebeldes, expulsar invasores e ainda explorar os vastos espaços territoriais. O apoio de que dispunham era ordinariamente muito limitado à chegada de tropas de linha da Metrópole ou da Espanha (1580-1640) e de elementos navais para defesa dos mares a cargo da própria Coroa.

É notável a importância da Milícia, uma organização com doutri-

na, efetivos, material e missões definidas, à qual pertenciam os homens válidos, particularmente identificados com o nosso meio e dispostos para a guerra. Porteriormente, é claro, esta organização solidificou-se e surgiram os Terços de Infantaria e Cavalaria (1574) complementados pelas Ordenanças. De qualquer maneira, foi neste período de lutas contra flibusteiros, invasores estrangeiros e índios hostis, que os núcleos coloniais não apenas exerceram sua própria defesa como realizaram apoio mútuo em largos espaços que os separavam. Ainda assim, empreenderam a conquista do litoral nordeste — norte até o Pará, sempre combatendo e explorando caminhos de penetração para a epopéia amazônica de Pedro Teixeira.

Há muitas figuras representativas para exaltar nesta fase: Tomé de Souza, o organizador, Mem de Sá, o chefe, Jerônimo de Albuquerque, o líder mameluco, os índios Cunhambebe, Araribóia, Tibiriá, Jacaúna e, posteriormente, Felipe Camarão e o negro Henrique Dias.

O legado militar destas lutas pode ser confundido com o próprio legado social da vida brasileira. A participação do índio e do mameluco, com suas características guerreiras próprias de astúcia, adestramento natural, conhecimento dos teatros de operações e sensibilidade, formava as próprias raízes culturais da nacionalidade brasileira destituída de preconceitos, individualista e suscetível, quando a causa era justa.

De todas as lutas contra o estrangeiro nenhuma teve tanta expressão quanto a Guerra Holandesa. No início do século XVII já existia em Pernambuco e na Bahia uma sociedade colonial estável, organizada e produtiva que dispunha de uma razoável defesa militar formada nas lutas do século anterior. A chegada do holandês organizado e numeroso, trazendo consigo uma administração bem estruturada, provocou um grande impacto no meio colonial pela desarticulação ou destruição de seus núcleos de defesa e pelo isolamento dos naturais da Terra da Metrópole, nesta época unificada com a Espanha. Competia aos colonos agora lutar, em vastos espaços, sem apoio permanente e confiável da Metrópole, usando os meios em pessoal e material disponíveis, contra um inimigo regular, eficiente e bem armado.

O passado colonial indicava que a liderança caberia uma vez mais aos notáveis da terra e a tropa seria constituída nos mesmos moldes das Ordenanças nas quais todos os homens, independente de raça ou origem, seriam empenhados. O método de luta seria aquele que atendesse às circunstâncias do terreno e da situação, ou seja, a guerrilha. Observa-se aí a razão de tanta identidade na insurreição Pernambucana, motivo de uma sociedade nacional futura, acrescida agora de mais um elemento básico — o negro. E, nesse ambiente, surgiram o sentimento de integração do território e de sua defesa, a tolerância racial, o sentimento de liberdade e de solidariedade, a capa-

cidade combativa, o espírito de liderança dos notáveis já nascidos aqui na Colônia. Sem dúvida nenhuma foi nesse conflito que nasceu o sentimento de Brasil, particularmente após a Insurreição Pernambucana. É válido que se considere, portanto, que a nacionalidade brasileira nasceu na guerra.

Entende-se o que afirmou Basílio de Magalhães quando disse que a civilização colonial no Brasil era do tipo agrícola-militar o que significa que construímos uma Nação, desde os seus primórdios, trabalhando e lutando ao mesmo tempo.

Outro capítulo épico da nossa História foi o das Entradas e Bandeiras. Nela uniu-se a determinação lusitana para ocupação de novos espaços ao conhecimento e à vocação exploratória de nosso índio. As investidas sobre Guairá, Tapes e Itatins criaram condições para incorporação, ao futuro Brasil, de vastíssimas áreas continentais, levando nossas fronteiras aos acidentes naturais dos rios Guaporé, Paraguai, Paraná e Uruguai. Este foi, sem dúvida, um empreendimento militar com inspiração estratégica embora a sua motivação principal tenha sido mercantil ou desbravadora. Após essa fase de conquista, surgiram obras militares de alto sentido estratégico como o Forte Príncipe da Beira, a Fortaleza de São José de Macapá, as fortificações amazônicas e do sul, delimitando nosso espaço terrestre.

NATIVISMO OITOCENTISTA

Concluído o segundo século de colonização, o Brasil apresentava

uma sociedade mais complexa com numeroso contingente urbano no litoral, nas Minas Gerais e no interior de São Paulo. Ficara também complexa a organização militar da Colônia, destacando-se a existência de brasileiros natos em posições de algum relevo nas tropas de linha, agora também constituídas de pessoas simples, nascidas e formadas no Brasil.

Entretanto, a luta entre paulistas e emboabadas (1708-1709) indicava ainda a prevalência dos reinos ou pessoas a eles ligadas, e os ressentimentos nela gerados pela administração colonial repercutiram na insurreição de Vila Rica, em 1721, e na Inconfidência Mineira. A reação aos mascates (1710-1711) pelos olindenses foi um movimento insurreccional contra a Metrópole, com um fundo de inspiração nativista. O ideal de liberdade da Inconfidência, por sua vez, foi organizado num quartel de dragões de cavalaria numa conspiração contra o controle econômico e político da Metrópole. A inspiração do movimento estava no liberalismo da Revolução Americana de 1776, cujo ideário ascendia o homem e seus direitos aos patamares inexistentes aqui no Brasil. O importante de tudo isso é que as casernas abrigaram os ideais nobres da época e a atuação dos militares brasileiros foi um fator que, mais tarde, junto com outros movimentos nativistas do início do Século XIX, dentre os quais o de 1817, contribuíram para a Independência. Mais uma vez, o povo em armas fazia a História quando alimentado por ideais de liberdade e independência.

conflitos que não foram poucos nesse século efervescente da vida nacional.

Assim, da mesma forma que as Forças Terrestres reprimiram a Revolução de 1817 e seu ideário liberal, promoveram a Independência, o Fico e a Abdicação. Adiante, em nome da Unidade, reprimiram a Confederação do Equador, a Revolução Praieira, a Sabinada, a Cabanagem no Pará e em Alagoas.

Com a crescente complexidade da vida política nacional, particularmente a partir da Regência, novos fatores surgiram, muitos dos quais sensibilizando o Exército: a anarquia e o descontrole republicano dos países vizinhos e as ameaças à unidade do País através de insurreições nas Províncias. Tais movimentos nem sempre eram de origem popular. Muitos deles tinham a inspiração de hegemonia de elites locais e sugeriam a fragmentação do território. A Farroupilha, por exemplo, com uma precipitada mudança para a República, traria evidentes prejuízos para a unidade nacional na época.

A atuação de Caxias sugere a figura carlaileana do "homem providencial". Encarando o princípio da unidade pelas armas, descontava nos métodos pacificadores e em sua habilidade política os abusos que porventura o emprego da força gerava. Seus serviços ao Império eram impessoais, posto que suas vistas estavam voltadas para o País e para o interesse da Sociedade Brasileira.

De um amplo relance histórico, pode-se concluir que a unidade nacional, principal legado do Impé-

rio, foi mantida pelas armas e pela habilidade política dos chefes militares e civis.

Estava amadurecendo o País, nesta fase de transição entre a situação de colônia e a sua afirmação de soberania interna e externa, quando ocorreram influências políticas novas. A Guerra da Tríplice Aliança, influindo na mentalidade militar, o cansaço do Império e as influências liberais do exterior desembocaram na libertação dos escravos e na República.

Observa-se que, mais uma vez, o Exército atuava no sentido da evolução no momento oportuno. Antes, a centralização de autoridade e a unidade nacional prevaleciam sobre o liberalismo e o regionalismo. Agora, a Nação precisava de um reequacionamento de sua ordem interna. Daí a conspiração republicana ter sido um processo mais militar do que político, pelo menos na sua execução. Nesta fase observou-se a influência do positivismo no pensamento militar que provocou o chamado "lasso de segurança". Muitos oficiais transformaram-se então em homens doutos, desligados do indispensável profissionalismo e inclinados à prevalência do interesse político sobre o institucional. O "salvacionismo político" é uma postura republicana que subtraiu do Exército muitas capacidades, especialmente a partir de Hermes da Fonseca, contra as oligarquias ou no Tenentismo, contra os vícios da República Velha. Não nos cabe discutir ou mesmo julgar esta fase da História, mas dela podemos concluir que o Exército não

ficou à margem da Sociedade Brasileira, isto é, se ela entrou em ebulação, o Exército dela recebeu poderosa influência.

Tal assertiva explica, por exemplo, a Revolução Federalista e a Revolta da Esquadra, com manifestações de velhas tendências na dissolução da Câmara por Deodoro, em 1891. O centro do conflito girava nas tendências radicais do unitarismo versus federalismo e autoritarismo versus liberalismo.

Considerem-se aí, para que não haja erros de apreciação, as necessidades de cada época. Deve-se ter o cuidado de não confundir o pensamento individual de alguns militares com o da Instituição.

A História registra os ideais do Tenentismo, reprimidos em nome da segurança e da ordem, mas que terminaram vencendo, pois representavam um anseio geral de justiça eleitoral independente, voto secreto, preservação das riquezas nacionais contra a cobiça estrangeira e justiça no trabalho com vistas à paz social.

Em época muito recente, são do ideário dos militares a industrialização do País, a sua entrada no domínio da tecnologia moderna, a definição de uma política agrária com vistas à Justiça Social e à produção.

Fatores ideológicos passaram então a influir na vida nacional, através das influências marxistas. A diferença entre os ideais dos Tenentes Luiz Carlos Prestes e Juarez Távora, por exemplo, pode ser vista pela correspondência pessoal deles (Juarez, memórias); o comunismo materialista, revolucionário

e negativista contra o ideal da justiça social, cristandade e evolução gradativa.

O Exército, é claro, repudiando o fascismo que combatera em 1937 e na II Guerra Mundial, antepunha-se ao comunismo em 1935 e em 1964. Mais uma vez, a Instituição punha-se a serviço da Sociedade Brasileira.

A atuação do Exército está presente da redemocratização de 1945 e na recente Abertura Política, ressalvando-se, é claro, a defesa contra as investidas extremistas.

Vale ressaltar a participação do Exército na interiorização do Brasil, através das Colônias Militares, Guarnições de Fronteiras, das comunicações de Rondon, da Engenharia Militar de Construção e da ação educativa do Serviço Militar Inicial.

Daí a estratégia da presença até hoje prevalente, apesar dos argumentos técnico-militares contrários.

CONCLUSÃO

— O Exército, desde os seus primórdios, sempre esteve identificado com a Sociedade Brasileira.

— Os militares brasileiros não constituem casta nem defendem interesses de grupos.

— A carreira militar sempre foi acesso na hierarquia social.

— Os ideais de justiça social, moralidade política e progresso sempre estiveram presentes entre os militares do Exército.

— Nos momentos de crise prevalecem, na ação institucional, a busca da unidade nacional e da paz social.

— O Exército tem sabido cumprir a sua missão de defesa de nossa integridade territorial e soberania, como almeja a Sociedade Brasileira.

— O envolvimento do Exército na vida política nacional tem sido historicamente inevitável, embora se busque sempre a prevalência da profissionalização militar. Na conduta individual entra-se no campo da ética ou das leis para se definir a posição de cada militar diante da política.

— O marxismo militante trouxe novo ingrediente para a vida nacional e promoveu o desafio à tradição de liberdade do povo brasileiro. O Exército, é claro, está po-

sicionado onde lhe compete, isto é, na defesa dos ideais da Sociedade Brasileira: justiça, democracia, unidade, evolução sem conflito sangrento. É o seu papel histórico.

Desta forma, a dissociação entre o Exército e a Sociedade Brasileira representaria um importante passo para a desordem e inversão do curso histórico do País. A tradição militar brasileira é um profundo argumento para a sobrevivência de nossa Instituição e das liberdades no Brasil. Sua preservação deve ser feita através da educação e da cultura, mais do que pela simples indução, mesmo porque é naqueles campos que o materialismo tem logrado êxitos mais duradouros.



O Cel Inf QEMA José Fernando de Mava Pedrosa foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Como oficial superior, foi também Adjunto da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, Oficial de Gabinete do Ministro do Exército, Comandante do 19º BC, Chefe de Seção de Geografia e História do Estado-Maior do Exército. É sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Diplomado com o Curso Superior de Guerra, da ESG, turma de 1983.



CONDOMÍNIO DO PARQUE REAL

Informe Especial

No dia 31 de julho último foi feito o lançamento do "CONDOMÍNIO PARQUE REAL", situado na Av. St^a Cruz, 833, no Realengo - RJ.

Num ambiente festivo, com a presença do Exmo Sr. Gen Ex Heraldo Tavares Alves, cmt do 1º Ex e representando o Exmo Sr. Ministro do Exército, autoridades militares e civis convidadas tiveram a oportunidade de ouvir do Gen Div R/1 Milton Paulo Teixeira Rosa, Presidente da FHE e Administrador-Geral da Poupe, uma explanação detalhada sobre o andamento dos trabalhos da Fundação Habitacional do Exército, particularmente, o que dizia respeito àquela obra, seguida de aspectos técnicos, expostos pelo Dr. Eduardo Lima de Almeida Neves, super-

visor do canteiro de obras do Condomínio.

Trata-se de um conjunto de 432 apartamentos, distribuídos em 06 edifícios de nove andares (08 apartamentos por andar), localizado na transição da zona residencial para o centro do bairro e dispondo de toda infra-estrutura local, sem perder as características de uma zona residencial, próximo dos terminais de transporte público, ferroviário e rodoviário, hospitais, faculdades, colégios, supermercados, bancos e do melhor comércio do bairro, e que se destaca na topografia do Realengo - RJ.

Com seus 15.000 m² reservados para play-ground, quadras de esporte polivalentes, bosque, gramados, estacionamento arborizado e pavimentado com paralelepípedo

oferecerá aos seus futuros moradores toda a segurança que um condomínio fechado pode reunir, consubstanciado num gradil metálico alto com muro e guarita na entrada e saída de veículos e pela interligação da portaria com os apartamentos através de porteiro eletrônico.

O padrão de ambientes dos apartamentos é primoroso e a área máxima dos apartamentos maiores (77,70 m²) está acima dos parâmetros das unidades de 2 quartos com o terceiro reversível, que estejam situados entre o Engenho Novo e Stª Cruz.

Todo um trabalho de "marketing imobiliário" foi cuidadosamente elaborado, para oferecer a venda das unidades habitacionais aos associados da PoupeX.

Como se tratava do primeiro lançamento da Fundação, além de

se oferecer os apartamentos aos companheiros que constavam do Cadastro Demanda de Moradia (CDM), com opção de residência no Rio de Janeiro, por mala direta foram enviados folhetos e carta resposta comercial a todos os demais associados da PoupeX, objetivando, com essa iniciativa, fazer conhecido de todos o padrão de residência que a FHE está oferecendo e virá a oferecer quando do lançamento dos demais empreendimentos.

Além disso, houve a intenção de mostrar de que forma a FHE pretende trazer ao conhecimento dos companheiros outros empreendimentos que virão a ser lançados, proximamente. Assim, de posse do Cadastro Demanda de Moradia (CDM ou Pesquisa 01/82), a FHE informará, através de u'a mala direta aos que estejam cadastrados,



dos lançamentos que ocorram nas áreas de seu manifesto interesse, sem que precisem procurar pela FHE.

As informações que foram prestadas sobre o Condomínio Parque Real continham os dados necessários à sua divulgação, sem que fossem mencionados detalhes mais precisos sobre custos das unidades habitacionais e a renda familiar, em virtude dos entendimentos que, naquela ocasião, ainda estavam sendo levados a efeito com o BNH.

Hoje, passado o dia 28 de agosto, prazo esse marcado para que os pretendentes ao Condomínio se manifestassem através das cartas-respostas que seguiram encartados nos folhetos, já é possível levar a público os seguintes dados:

des habitacionais do "Condomínio Parque Real" uma redução de 7,68 UPCs e 8,13 UPCs na renda familiar, e de 3,01 UPCs e 3,18 UPCs nas prestações, respectivamente, para os imóveis de metragem menor e maior.

Para a classificação geral dos adquirentes das unidades e futuros condôminos, a FHE utilizar-se-á das "Normas Gerais e Critérios para a Seleção dos Pretendentes à Aquisição de Unidades Habitacionais nos Empreendimentos Promovidos pela FHE", distribuídas como encarte do NE nº 6558/84 e também, individualmente, a todos os associados militares da Poupex.

Ao levar esta notícia aos companheiros, a FHE confirma o que sempre vem divulgando quando trata de seus empreendimentos: —

- *Valor estimado do financiamento (UPC – Jul/Set – Cr\$ 13.254,67).*
 - *Apartamento com 72,68 m² . . . 1.881 UPC (financiado em 21 anos)*
 - *Apartamento com 77,70 m² . . . 2.011 UPC (financiado em 20 anos)*
 - *Valor da Renda Familiar Mínima e Prestação com taxa de juros reduzida (7,4% a.a.) – Reajuste Anual.*

À luz dos dados acima pode-se agora informar aos companheiros que, ao final dos entendimentos havidos com o BNH, resultou para os futuros adquirentes das unida-

preços bem abaixo do mercado, prestações o mais reduzidas possível, qualidade de vida, segurança, qualidade de construção, tratamento personalizado.



BNH JÁ FINANCIAM 21 PROJETOS

Informe Especial

Um total de 21 empreendimentos está sendo executado pelo Banco Nacional da Habitação através do Projeto João de Barro, Programa Nacional de Autoconstrução, lançado no dia 02 de maio pelo Ministro do Interior, Mário Andreazza, e pelo Presidente do Banco, Nelson da Matta. São 11 projetos para a construção de 20.278 novas moradias e 10 para a execução de obras de infra-estrutura e urbanização, beneficiando cerca de 102 mil pessoas carentes, em diversas regiões do Brasil. Para isso, o BNH está investindo recursos da ordem de Cr\$ 37 bilhões (2.793.394 UPC).

Outros 13 projetos encontram-se em análise no BNH. Eles prevêem a construção de 37.868 habitações e mais a execução de obras de infra-estrutura em diversos estados brasileiros, através de processo

de autoconstrução que utiliza o mutirão familiar ou comunitário, conjugando o esforço de todos em benefício de todos. Para a concretização desses projetos, o Banco vai alocar recursos da ordem de 4.226.528 UPC (atualmente, correspondente a Cr\$ 56 bilhões).

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

O Projeto João de Barro é o resultado do conhecimento adquirido, a partir de experiências de autoconstrução e mutirão realizados em todo o País, pelo BNH e outras entidades públicas e privadas. Essas experiências foram analisadas no Seminário sobre Mutirão, promovido no mês de fevereiro deste ano, em Recife, onde se concluiu pela criação de um programa específico.

Dessa forma, lançado o Projeto João de Barro, foram estabelecidas as suas normas e traçadas as suas metas. Como objetivos básicos foram estipulados:

- propiciar recursos aos agentes financeiros visando a prestação de assistência técnica às famílias que decidem construir ou recuperar suas moradias através de mutirões;

- conceder financiamentos para a aquisição de materiais de construção às famílias autoconstrutoras;

- promover projetos e treinar equipes de apoio à construção.

O Projeto João de Barro está voltado, também, para a urbanização de áreas carentes de infra-estrutura, onde se acham instaladas as famílias interessadas. Através da participação comunitária, serão executados projetos habitacionais que respeitem os valores culturais de cada população.

Para este ano, o Projeto João de Barro conta com recursos da ordem de Cr\$ 70 bilhões. Deste total, Cr\$ 50 bilhões são provenientes do Fundo de Assistência Habitacional (Fundhab) e Cr\$ 20 bilhões do Fundo de Investimento Social (Finsocial). Espera-se, com estes recursos, alcançar a produção de 75 mil unidades habitacionais.

OS PROJETOS

Na Região Metropolitana de Recife, o BNH aplicou um total de Cr\$ 9,9 bilhões (747.213 UPC), para ajudar a população atingida pelas fortes chuvas ocorridas na região. Essas chuvas causaram grandes danos, principalmente nos

Morros da Zona Norte recifense, onde houve deslizamento de terra e desabamentos de barracos. Lá estão sendo executadas obras de infra-estrutura, tais como: construção de muros de arrimo, escadarias e cavaletes; revestimentos de canais e pavimentação de vias; e construção de 8.859 moradias.

Na Bahia, o Projeto Fazenda Coutos, no vale do Camurugipe, prevê a construção de 1.800 unidades habitacionais com respectiva infra-estrutura e equipamentos comunitários. As obras de infra-estrutura compreendem a aquisição de terrenos, execução de drenagem, retificação e revestimento de rios. Para a sua realização, o BNH liberou um empréstimo no valor de Cr\$ 2,6 bilhões (202.839 UPC).

Um total de 44 municípios do Rio Grande do Sul, que foi atingido pelas últimas enchentes ocorridas em todo o Estado, será beneficiado por um empréstimo de Cr\$ 5,6 bilhões (429.502 UPC), liberado esta semana pela Diretoria do BNH.

O empréstimo destina-se à construção de 1.800 unidades habitacionais e à realização de obras de infra-estrutura, em regime emergencial. Mais de 9.000 pessoas serão atendidas nos seguintes municípios: Agudo, Arroio do Tigre, Candelária, Colorado, Dona Francisca, Espumoso, Faxinal do Soturno, Fortaleza dos Valos, Jaguari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Palma, Passo Fundo, Santiago, São Francisco de Assis, São Gabriel, Santa Bárbara do Sul, Santa Maria, Salto do Jacuí, São Pedro

do Sul, São Vicente do Sul, Selbach, Sobradinho, Venâncio Aires, Augusto Pestana, Cacequi, Cachoeira do Sul, Charqueadas, Formigueiro, Ibiruba, Marau, Não Me Toque, Restinga Seca, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, São Jerônimo, Serafina Correa, Soledade, Tapera, Tupanciretã, Cruz Alta, Carazinho, Vera Cruz e Victor Graeff.

Ainda no Rio Grande do Sul, o BNH, através do Projeto João de Barro, liberou Cr\$ 7,1 bilhões (536.700 UPC) para a Região Metropolitana de Porto Alegre e para o Município de Tramandaí.

Em Porto Alegre o BNH, através da Secretaria Extraordinária da Grande Porto Alegre, promove a aquisição de terreno e o financiamento de material de construção para execução de 2.000 unidades habitacionais, dotadas de infra-estrutura básica (água, esgoto, energia elétrica e sistema viário). Em Tramandaí serão executadas 450 unidades habitacionais, juntamente com obras de infra-estrutura básica, que incluem: terraplenagem, esgoto pluvial e sanitário, rede de distribuição de água, rede de energia elétrica e uma escola.

Em Brasília, pelo Projeto João de Barro, o BNH está investindo Cr\$ 6,1 bilhões (462.728 UPC) na construção de 2.000 unidades habitacionais e demais equipamentos comunitários (creche, escola, posto de saúde), além da instalação dos serviços de infra-estrutura.

No Rio de Janeiro, 4825 pessoas já estão sendo beneficiadas com o projeto de remoção de baracos para moradias construídas

em regime de mutirão, na Favela Marcílio Dias, na área do Projeto Rio.

Na Paraíba, estão sendo investidos Cr\$ 1,4 bilhão (112.244 UPC) na construção, através do Projeto João de Barro, de 525 moradias com infra-estrutura, em Saturnino de Brito. Serão executados também serviços de drenagem, implantação de sistema de abastecimento de água, instalação de rede de energia elétrica e construção de equipamentos comunitários. Em João Pessoa 1.100 pessoas, vítimas das enchentes, serão beneficiadas com moradias a serem construídas em regime de mutirão. Para isso, o BNH, através do Projeto João de Barro, está aplicando recursos da ordem de Cr\$ 686 milhões (51.792 UPC) na construção de 220 unidades habitacionais dotadas de infra-estrutura básica.

No Ceará, o BNH liberou empréstimo no valor de Cr\$ 2,7 bilhões (204.022 UPC) para a construção de 884 unidades habitacionais. No projeto, denominado Comunidade João Paulo II, serão executados serviços de terraplenagem, arruamento, pavimentação, construção de redes de esgoto sanitário, abastecimento de água e energia elétrica, e dotação de equipamentos comunitários.

BNH JÁ INVESTIU CR\$ 7 TRILHÕES EM SANEAMENTO BÁSICO

Recursos da ordem de Cr\$ 7 trilhões já foram aplicados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), através do Pla-

no Nacional de Saneamento (Planasa), no atendimento dos projetos de saneamento básico no Brasil (Planasa), abrangendo instalações de sistemas de abastecimento de água e implantações de redes de esgotos sanitários, em diversos municípios brasileiros.

O Presidente do BNH, Nelson da Matta, informou ontem (dia 27/06) que o orçamento do Sistema Financeiro do Saneamento, para 1984, prevê aplicações da ordem de Cr\$ 523 bilhões, dos quais Cr\$ 173 bilhões destinam-se a Região Sudeste e Cr\$ 161 bilhões a Região Nordeste. A Região Norte receberá Cr\$ 35 bilhões, a Sul Cr\$ 78 bilhões e a Centro-Oeste Cr\$ 49 bilhões.

A ÁGUA E A SAÚDE

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como "um completo bem-estar físico, mental e social" e não apenas como ausência de doença. Esta definição inspira e orienta as diretrizes do BNH na gestão do Planasa.

Em 1970, pouco mais de 20 milhões de habitantes, no Brasil, recebiam água potável em suas residências, número que representa 40% da população urbana no País. Em 1980, ou seja, 10 anos depois da criação do Planasa, o BNH já atendia 81% da população, e hoje, 80 milhões de habitantes, em 3.227 municípios estão atendidos com o fornecimento de água potável em suas casas.

O Planasa tem beneficiado tanto os grandes centros urbanos, como os de porte médio e as peque-

nas comunidades com menos de 5 mil habitantes, que representam 75% das localidades servidas pelo Planasa.

A meta do BNH, a ser cumprida até o ano de 1990 é de atender a 90% da população urbana do país, com serviço de distribuição de água, não se descartando a hipótese de se alcançar os 100%.

ESGOTOS SANITÁRIOS

Os sistemas de esgotos sanitários existentes em 1970 atendia, apenas, a 11 milhões de habitantes no Brasil. Dez anos depois, este número foi elevado para 25 milhões.

Até 1985, o BNH vai atender a todas as cidades litorâneas com mais de 100 mil habitantes e as cidades banhadas por rios poluídos.

Os planos do BNH prevêem ainda, que até 1990, 70 milhões de habitantes (65% da população) estarão beneficiados com o serviço de esgotos sanitários.

Os números reais e os previstos das verbas para água e esgoto apresentam uma diferença para menos no tocante ao esgoto. Isto é consequência das dificuldades e complexidade técnica das redes sanitárias, que consomem maior volume de recursos financeiros. Por isto, a prioridade tem sido dada às áreas de maior concentração demográfica, tendo em vista que nelas ocorre maior risco de doenças microbianas e parasitárias.

O descompasso existente entre as aplicações em água e esgoto resulta, também, da utilização de outras técnicas, mais baratas e me-

nos complexas, em áreas de pequenas populações e que são proporcionalmente tão eficientes quanto as onerosas redes e usinas de tratamento de esgoto.

Mesmo assim, o BNH já atendeu 380 comunidades urbanas com serviços de esgotos, construindo 17 milhões 720 mil metros de rede coletora, 234 mil metros de emissários, 683 mil metros de interceptores e 19 estações de tratamento.

ATUAÇÃO EM 1984

No Estado do Pará, o BNH, através do Planasa, vai investir Cr\$ 13,3 bilhões no Projeto Belém, construindo o 6º, 8º e 9º setores de distribuição de água. Mais Cr\$ 18,2 bilhões serão destinados ao fornecimento e assentamento de tubulação para rede de distribuição de água para a Grande Belém.

Em Alagoas, 3 projetos vão absorver recursos da ordem de Cr\$ 81 bilhões. No sistema de abastecimento de água de Pratagy, o BNH vai investir Cr\$ 32,8 bilhões e a Zona do Agreste vai consumir

Cr\$ 24,7 bilhões também no sistema de distribuição de água. No Pólo Cloralcol Químico, Cr\$ 24,5 bilhões serão utilizados para treinamento de pessoal.

No Estado de Sergipe, o Sistema de Esgoto Sanitário de Aracaju receberá uma verba de Cr\$ 15,7 bilhões.

Em São Paulo, a Estação de Tratamento de Esgotos de Barueri, a execução de redes e coletores troncos do Sistema de Esgotamento Sanitário (Sanegran) e a construção do Interceptador do Tamanhuatei vão absorver Cr\$ 60,2 bilhões.

Para o Estado de Mato Grosso do Sul estão previstos dois projetos: o Campo Grande XII que compreende a execução de elevatória e linha de transmissão, e o Sistema de Esgoto Sanitário que totalizam um investimento de Cr\$ 55,2 bilhões, com recursos do Planasa.

Em Londrina, no Estado do Paraná, o projeto Cambé, vai consumir Cr\$ 15 bilhões para implantação do Sistema de Abastecimento de Água daquele Município.

INFORMAÇÕES



CAEEB INAUGURA TERMINAL PARA 50 MIL TONELADAS DE CARVÃO

O Ministro das Minas e Energia, César Cals, presidiu a inauguração do terminal carvoeiro do cais de Sábio, em Santos (SP), construído pela CAEEB — Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras. Com 10.800 m² e capacidade para estocar 50 mil toneladas de carvão, a nova área de estocagem tem por objetivo atender ao transporte de carvão distribuído pela CAEEB às indústrias paulistas, principalmente cimenteiras, como parte do Programa de Mobilização Energética — PME.

Uma das finalidades do novo terminal é incrementar o consumo do carvão energético brasileiro, substituindo os derivados do petróleo. A área destina-se a receber, exclusivamente, o carvão fornecido pelos estados do Sul para consumo das indústrias, compreendendo dois segmentos de esteiras perpendiculares, implantados sobre vigas de concreto com oito metros de altura. Por intermédio de um "triper", que se desloca no segmento perpendicular ao cais, o carvão pode ser depositado em montes de aproximadamente 7,5 metros de altura.

Para o presidente da CAEEB, Alzir Nunes Gay, o terminal faz parte de uma nova estra-



A placa inaugural foi descerrada pelo Ministro César Cals, acompanhado pelo presidente da CAEEB, Alzir Nunes Gay.

tégrica de marketing destinada a aumentar substancialmente o consumo do carvão energético e conquistar novos mercados dentro do território nacional. Neste sentido, a CAEEB também pretende fornecer carvão para os Estados do Norte e Nordeste, localizados acima do paralelo 20, que estavam impedidos de usar o combustível por força da Resolução 17/81 do Conselho Nacional do Petróleo.

Durante a solenidade de inauguração, o Ministro César Cals afirmou que há uma firme decisão de incrementar o programa de substituição de derivados de petróleo por fontes energéticas nacionais. De acordo com a previsão do Ministro, até 1993 o total de substituição das várias fontes deverá corresponder a 475 mil barris/dia. Desse valor, o carvão mineral será o energético que terá o maior crescimento percentual. Até aqui, segundo o Ministro das Minas e Energia, ele possibilitou a substituição de 40 mil barris/dia, mas o objetivo é que esse número aumente para 75 mil barris/dia.

O novo terminal de carvão da CAEEB eliminará também a movimentação de veículos rodoviários no cais de Sábio, reduzindo o prazo de permanência dos navios originários de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, ali aportados para descarregar o carvão utilizado pelos consumidores de São Paulo.

MISSIL RBS 70 NO SISTEMA CANADENSE DE DEFESA ANTIAÉREA

A companhia sueca Bofors Ordnance e a Canadian Marconi, de Montreal, estão colaborando na elaboração de uma proposta para o novo sistema LLAD canadense de defesa antiaérea de baixa cota (LLAD = Low Level Air Defence). Como contratante principal e fabricante, a Bofors se responsabilizará pelo sistema, enquanto que a Canadian Marconi se encarregará da fabricação logística e de outras atividades no Canadá.

A Bofors goza da fama de companhia líder em produtos de defesa antiaérea de baixa cota. Seu canhão de 40 mm foi escolhido pelo Exército dos Estados Unidos para seu projeto "Sergeant York" (DIVAD), e as novas fragatas patrulheiras canadenses (projeto CPF) levarão canhões de 57 mm. O sistema de míssil antiaéreo, produzido para os exércitos da Suécia, da Noruega e de outros países, tem a reputação de grande confiabilidade, é ininterferível e pode operar até no clima ártico e antártico.

Nas unidades propostas para o sistema LLAD canadense será incluído um novo e mais possante canhão de 40 mm, além do míssil RBS 70. Ambas as armas serão autopulsadas ao serem incorporadas a veículos blindados.



LIVROS



UMA VISÃO DA ANTÁRTICA, Coronel Elber de Mello Henriques, Biblioteca do Exército, Editora, Rio de Janeiro, 1984, 198 págs.



Face à crescente importância das atividades de numerosos países no Continente Antártico e face à importância estratégica do mesmo, o Brasil, em 16 de maio de 1975, aderiu ao Tratado da Antártica, o qual vigorará por 30 anos, de 1961 a 1991. Sómente na década dos anos oitenta o Governo brasileiro desencadeou as providências para a realização de uma expedição científica à Antártica. No verão no hemisfério sul, 1982/1983, o Brasil realizou a sua primeira expedição à Antártica, com os navios Barão de Teffé, da Marinha brasileira, e Professor W. Besnard, do Instituto Oceanográfico de São Paulo. Em 1983, o Brasil conseguiu um grande reconhecimento dos seus esforços: foi admitido como membro do Conselho Consultivo do Tratado da Antártica, com direito a participar das suas decisões. Em janeiro de 1984, os dois navios brasileiros, Barão de Teffé e Professor W.

Besnard, partiram para a segunda expedição brasileira à Antártica, desta vez já levando dois módulos para a instalação de uma estação brasileira de pesquisas científicas, próximas à base chilena já existente. Essa segunda expedição brasileira à Antártica contará com o apoio de dois helicópteros da Marinha, emarcados no Barão de Teffé, e de um avião Hércules, da Força Aérea Brasileira, para transporte de carga e rodízio do pessoal da expedição.

Os próximos sete anos serão decisivos para consolidação da experiência brasileira na

Antártica e para o Brasil enfrentar, adequadamente, as novas negociações que surgirão a partir de 1991, quando termina a vigência do atual Tratado da Antártica. Para o Brasil, o problema tem uma grande abrangência e representa um grande desafio científico, político, estratégico e diplomático; não devem ser poupanos esforços para que o Brasil se desincumbe bem das suas atividades antárticas; ao mesmo tempo ele deve desenvolver o maior intercâmbio possível, nas atividades no Continente Antártico, com os seus vizinhos sul-americanos, principalmente com a Argentina e com o Chile.

A situação a ser enfrentada pelo Brasil é complexa; a atuação brasileira terá que ser desenvolvida numa região que apresenta numerosos riscos naturais; no campo político e diplomático daremos apenas como exemplo o seguinte fato: em 1957, a França, a Inglaterra, a Austrália, a Nova Zelândia e a Noruega reconheceram, entre si, as suas respectivas reivindicações territoriais no Continente Antártico; a reivindicação da Inglaterra abrange os setores reivindicados pela Argentina e pelo Chile há mais de quarenta anos e onde esses dois países construíram bases e desenvolveram apreciável atividade científica; nenhum outro país reconheceu as reivindicações argentinas e chilenas no Continente Antártico.

Tudo indica que, em 1991, o Brasil terá alcançado uma nova situação de maior desafio no fechado "Clube Antártico" e poderá enfrentar a nova etapa do futuro incerto político, estratégico, diplomático e econômico da Antártica e das águas e arquipélagos que a circundam; até lá muita coisa pode acontecer... O livro do Coronel Elber de Mello Henriques cobre bem os variados aspectos dos estudos antárticos; pelos valiosos subsídios que contém torna-se leitura recomendada para todos que se interessam pelos referidos estudos.

N. F. Lavenère-Wanderley

LA REAL DIMENSION DE UNA AGRESION. Capitão José Luis Speroni, Círculo Militar, Vol. 715, Buenos Aires, 1984.



o autor traz a lume sua tese de Doutoramento em Ciências Políticas, com que se laureou em 1981 pela Universidade John F. Kennedy, de Buenos Aires.

As invasões inglesas na América hispânica foram e têm sido estudadas por muitos autores de nomeada, entre os quais figuram com destaque Bartolomé Mitre, Vicente Fidel López, Mariano Moreno e Enrique de Gandia neste e no século passado. O livro do Capitão Speroni insere-se com bons títulos na corrente mestra pela qual navegam esses ilustres historiadores, embora focalize, analise e descubra aspectos novos na matéria. E um desses aspectos mais relevantes é o de desprender-se das interpretações que atribuem a tais invasões o propósito de ajudar os "criollos" em suas lutas pela independência e de lhes propiciar um comércio de bons lucros com outras partes do

mundo. Ao invés, o autor fixa-se na tese de que tal propósito nada tinha de generoso e que, bem ao contrário, fazia parte de um plano realmente geopolítico avant la lettre. Assim, Speroni reforça a inutilidade de supor que as investidas britânicas contra o continente sul-americano tenham sido obra improvada ou saída de mente de um chefe audacioso e aventureiro. E empreende um estudo que nenhum outro historiador ousou iniciar, em virtude talvez de seu caráter polêmico: penetrou na política da época e nos planos da Grã Bretanha para compensar, com a conquista da América hispânica, a perda da América do Norte.

Nesse contexto, Speroni remete sua interpretação para uma série de constantes históricas que lhe proporcionam um marco referencial: a situação político-econômica da Europa em fins do século XVIII, os interesses geopolíticos britânicos no Atlântico Sul e o peculiar desenvolvimento das colonizações espanholas e saxônicas no continente americano, marcando a diferença de concepção entre ambas. O autor conclui por atribuir às relações entre Inglaterra e Portugal o fulcro de onde a primeira acionou suas forças para lançar-se contra a América hispânica.

A pesquisa histórica e a hermenêutica do Capitão José Luis Speroni têm sido levado, certamente, ao adequado desenvolvimento de sua tese segundo o velho conselho de Bartolomé Mitre: "con buen criterio y la indispensable filosofía para dar significado y enlace lógico a los hechos".

J.L.D.

**LIVROS À VENDA NA SEDE DA REVISTA
"A DEFESA NACIONAL"**

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA — *Therezinha de Castro*

Edição revista e aumentada. Um estudo, do ponto de vista político, econômico e social, dos três períodos que marcam nossa História: o colonial, o monárquico e o republicano Cr\$ 1.500,00

ATLAS-TEXTO DE GEOPOLÍTICA DO BRASIL — *Therezinha de Castro*

Uma combinação de texto e mapas ilustrativos repassando, em termos geopolíticos, as diversas variedades estratégicas que nossa História registra Cr\$ 1.000,00

A ANTÁRTICA E OS DESAFIOS DO FUTURO — *Eurípedes Cardoso de Menezes*

Uma apresentação do problema da Antártica, com todos os seus desdobramentos e envolvimentos. Os direitos do Brasil na repartição futura daquela importante "terra de ninguém". Cr\$ 1.000,00

REGISTROS



CONHEÇA A DACEC

A Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos foi criada em 31 de março de 1980, como consequência da necessidade de um órgão, a nível de Diretoria, com a incumbência específica e definida da execução especializada nas áreas da cultura, dos desportos e do ensino fundamental e profissional, dos projetos e atividades relacionados com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da cultura profissional e geral do pessoal. Além da preservação das tradições históricas do Exército, compete à DACEC a direção técnico-normativa e a execução dos projetos e atividades de ensino e pesquisa nos estabelecimentos dedicados à especialização em Educação Física e Equitação.

Foi seu primeiro diretor o General Mário Vital Guadalupe Montezuma. Ativada em 20 de junho de 1980, a DACEC tem como organizações subordinadas a Biblioteca do Exército, Escola de Equitação do Exército, o Museu do Exército, a Escola de Educação Física do Exército e o Centro Hípico do Exército.

No dia 20 de fevereiro do ano em curso o Gen Montezuma foi substituído pelo Gen Bda Antenor de Santa Cruz Abreu em solenidade desenvolvida nas dependências do 14º andar do Palácio Duque de Caxias, recentemente cedidas à DACEC, antes com suas diferentes sedes instaladas apenas no 13º andar.

Dentre as suas principais realizações na área do desporto destacam-se a criação e reativação dos Jogos Marciais, que reunem representantes dos Exércitos e Comandos Militares. Área de dois em dois anos, já tendo sido realizados os I Jogos Marciais no Rio de Janeiro, RJ, em 1981 e os II Jogos Marciais em Brasília, DF, dentro das festividades da Semana da Pátria, em 1983. A reativação das olimpíadas no Exército levou a DACEC a promover as IX Olimpíadas do Exército, realizadas

em Campinas, SP, prestigiada pela presença do Excelentíssimo Sr. Presidente João Figueiredo, acompanhado de relevante número de Ministros da República e que teve inusitada repercussão também a nível nacional junto ao público externo. Por seu turno, a Comissão de Desportos do Exército cumpre suas atribuições relativas aos calendários desportivos do Exército e das Forças Armadas, e também as de coordenação, controle e planejamento de preparação e treinamento das equipes do Exército para competições a nível nacional e internacional.

Em todas essas realizações no setor desportivo a Diretoria contou com o decisivo apoio em recursos humanos e materiais altamente especializados dos Estabelecimentos de Ensino que subordina: a EsEqEx e a EsEFEx.

No campo da cultura, ressalta a transformação do Museu do Exército em elemento vivo e dinâmico no apoio ao culto, divulgação e manutenção dos valores da História Militar do Exército Brasileiro. Dispõe, hoje, além da Casa de Deodoro, também da Casa de Osório, inaugurada e incorporada ao Museu em 10 Mai 84, com a presença do Exmo. Sr. Ministro do Exército, Walter Pires de Carvalho e Albuquerque.

Já se encontra em fase final o processo que viabiliza a incorporação do Solar de Duque de Caxias (antiga sede da Fazenda Santa Mônica, situada no Distrito de Juparanã, Município de Valença, no Estado do Rio de Janeiro), ao Museu do Exército. Tendo em vista a destinação do imóvel, ligada eminentemente às atividades culturais do Exército, a DACEC tem sob estudo a sugestão de transformar o Solar em memorial ao Duque de Caxias, apto a promover em suas dependências palestras, ciclos de estudos sobre a obra e a personalidade do insigne Marechal, além de exposições de importante parte do acervo histórico, de documentos, mobiliário, utensílios e objetos que

A REAL DIMENSÃO DE UMA AÇÃO

caracterizam o ambiente psico-social e econômico rural existente naquela região ao tempo do Duque.

Em 1982, por força de Portaria Ministerial, à DACEC é atribuída a responsabilidade pela edição e distribuição de *A Defesa Nacional, Revista de Ciência e Tecnologia e Revista do Exército Brasileiro*, tendo como objetivo definidos contribuir para o aperfeiçoamento dos Quadros do Exército, fornecendo os subsídios necessários para o aprimoramento da cultural geral e profissional dos oficiais e graduados e estimular a participação de oficiais e praças nas atividades culturais, permitindo a divulgação das idéias e das experiências adquiridas durante a vida militar.

Ainda com relação à cultura, a DACEC vem realizando, em cooperação com os Comandos das Regiões Militares, o levantamento do patrimônio histórico, de interesse da História Militar Terrestre do Brasil, bem como do patrimônio artístico do Exército.

Na área do ensino e da doutrina desenvolvidas pelos estabelecimento subordinados, consolidaram-se todos os procedimentos de planejamento, coordenação e controle, totalmente integrados com as missões da Diretoria nas outras áreas de atuação.

MANUSCRITO DE CAXIAS NA CASA DE OSÓRIO

Em cerimônia solene realizada na Casa de Osório, Rio de Janeiro, em 30 de agosto de

1984, o General R/1 Taunay Drummond Coelho Reis fez doação de dois manuscritos do Duque de Caxias, pertencentes à sua família, ao acervo do Exército Brasileiro. O ato foi prestigiado com a presença do Ten Brig (Ref) Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Gen Bda Antenor de Santa Cruz Abreu, Diretor da DACEC, Cel Aldílio Sermeto Xavier, Diretor da BIBLIEC, Cel Joaquim Francisco Monteiro de Castro, Diretor da Casa de Osório, e convidados especiais. Na ocasião, o General Taunay pronunciou as seguintes palavras:

"Senhores Oficiais Generais, prezados companheiros, já foi dito com acerto que os vivos são cada vez mais governados pelos mortos. Meu pai, Antônio José Coelho dos Reis, tinha profundo afeto pela Pátria, pelo Exército e por Caxias. Sinto que, neste momento, ele está presidindo esta cerimônia. Lerei, a seguir, a manifestação dos doadores por mim representados:

"Nós, viúva e filhos do Marechal Antônio José Coelho dos Reis, coerentes com os ensinamentos que ele nos transmitiu em vida e seguindo o exemplo dos doadores que nos antecederam, concretizamos, nesta oportunidade, a doação ao acervo do Exército Brasileiro de duas cartas originais do então Barão de Caxias, dirigidas ao Sr. Alvaro José de Almeida, em 28 de dezembro de 1842, e ao Sr. Antônio Pinto Barreto, em 13 de dezembro de 1843".



O Diretor da Casa de Osório, Cel Monteiro de Castro, apresenta os manuscritos de Caxias ao Ten Brig Lavenère-Wanderley, sob as vistos do doador, Gen Taunay, e do Gen Bda Antenor de Santa Cruz Abreu, Diretor da DACEC.



O DUQUE DE CAXIAS

Francisco de Paula e Azevedo Pôndé

"A Defesa Nacional" inicia, neste número, uma seção com o logotipo do INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL. Isto não significa, contudo, uma substituição da nossa Revista. O preço cada vez mais crescente do papel e da impressão forçou-nos a passá-la de semestral, como vinha sendo distribuída desde a nossa fundação em 7 de novembro de 1936, para periódica à mercê do encontro de patrocinadores que, abnegadamente, se proponham a editá-la.

É indispensável afirmar que o Exército sempre nos acolheu, ajudou e continua a acolher por intermédio do Comando do 1º Exército e do Comando da 1ª Região Militar, dando-nos sede condigna e distinta, já tendo inclusive editado a nossa Revista, sem onus algum. A crise financeira que opprime nosso país o obrigou a cortes nas verbas dos Ministérios, resultando a suspensão de auxílio pecuniário à edição de publicações fora da sua ação específica e de auxílio a instituições como a nossa, embora sejamos reconhecidos, pelo Decreto Federal nº 27, de 28 de novembro de 1949, como órgão consultivo oficial em assuntos de História Militar e Geografia Histórica Militar.

Para remendar a falta de nossas notícias, solicitamos à Redação da Revista *"A DEFESA NACIONAL"* que estudasse a possibilidade de nos conceder algumas das suas páginas, em forma de seção. Frontamente fomos atendidos com o mesmo espírito que norteou o grupo que a fundou em 10 de Outubro de 1913.

Deste modo, esta seção publicará, dentro do espaço que nos foi concedido, pequeno noticiário dos nossos trabalhos e resumos das palestras ou conferências dos nossos colaboradores, cujos originais ficarão arquivados em nossa Biblioteca, convenientemente indexados. Neste número, entretanto, estampamos apenas um estudo do Presidente do Instituto sobre o Patrono do Exército, como agradecimento a tão distinta acolhimento.

Rio de Janeiro, agosto de 1984

Gen Francisco de Paula e Azevedo Pôndé

Como em todos os anos, desde a instituição do Dia do Soldado, o Exército comemora, a 25 de agosto, o nascimento do seu patrono — o Duque de Caxias, nascido Luís Alves de Lima e Silva, em 1803, na Fazenda de São Paulo, no antigo e próspero município da Estrela do século XIX, porta para entrada de Minas Gerais, Goiás e do interior do Rio de Janeiro. Luís Alves nasceu na época em que o Porto da Estrela era de tráfego intenso de viajantes e de carga, especialmente, do ouro e do açúcar, que por ela se escoavam para o Cais dos Mineiros, na cidade do Rio de Janeiro, onde hoje se situa o 1º Distrito Naval. Rugendas e Burchell o desenharam em seu período áureo, com seu cais de pedra, ainda existente, apesar de constante depre-

dação, com faias de panos ferrados, desembocando passageiros e mantimentos que se destinavam ao interior; e, de volta da viagem, passageiros, ouro, açúcar e, depois, o café com destino ao porto do Rio de Janeiro. Do porto, pela Estrada Velha da Estrela e, anos depois, pela Estrada Normal, seguia-se para a Fazenda do Córrego Seco, hoje Petrópolis; e, em seguida, Juiz de Fora e Ouro Preto, capital de Minas.

Faleceu Luís Alves, a 7 de maio de 1880, já Duque de Caxias e Marechal do Exército, na Fazenda de Santa Mônica, na mesma província em que nasceu.

Com pouco mais de cinco anos de idade, a 22 de novembro de 1808, assentava praça como 1º cadete, posto a que tinha direito pe-

la Instituição do Cadete, para os genitícos dos fidalgos ou pessoas de nobreza conhecida, por ser filho do tenente coronel Francisco de Lima e Silva e neto do comendador da Ordem de Aviz; descendente dos Silvas e Afonsecas, Limas e Brandões, Silveiras e Soromenhos. A 15 de agosto de 1817, com 14 anos de idade, jurava bandeira no 1º Regimento de Infantaria e, a 4 de março de 1818, matriculava-se no 1º ano do Curso Matemático da Academia Real Militar, como se verifica no "Livro de Matrículas da Academia Real Militar de 1811 a 1822". Na mesma turma se encontravam, entre outros, Paulo Barbosa da Silva, alferes de 25 anos, filho do coronel Antônio Barbosa da Silva, que foi general e mordomo do Paço; Paulo de Alcântara Belegarde, cadete da idade de 13 anos, filho do major Cândido Roberto Belegarde; e Luís Manoel de Lima e Silva, alferes de quinze anos e que fora cadete com quatro anos de idade, filho do marechal de campo João Joaquim de Lima e Silva¹.

É interessante notar que, ao contrário de seus parentes, Luís Alves passou a assinar-se Luís Alves de Lima, a partir de 1820, como se verifica em requerimento apresentado a 15 de dezembro daquele ano, pedindo certidão do teor de seus exames feitos das matérias do 2º ano de Matemática². Ainda na Academia, foi promovido a alferes, a 12 de setembro de 1818, passando a ser classificado no 1º Batalhão de Fuzileiros da Corte; a 2 de janeiro de 1821, a tenente, matriculando-se no terceiro ano da Academia. A 6 de abril é matriculado no 4º ano, ainda 1º tenente do 1º Batalhão. A 10 de novembro de 1822, sendo ajudante do Batalhão do Imperador, tem o privilégio de receber a primeira bandeira auriverde do Brasil independente.

No ano seguinte, segue para a Bahia, a fim de reunir-se ao Exército Libertador. Toma parte em combate, pela primeira vez, demonstrando audácia e sangue frio, sendo citado, nominalmente: "Na primeira ação, à testa de uma companhia, atacou uma casa forte, onde o inimigo estava entrincheirado, e o fez retirar-se com perdas até o meter em suas linhas. Nos dias de fogo, comparecia nos lugares de maior perigo, mostrando exemplar bravura"³. É promovido a capitão a 22 de janeiro de 1824, com 20 anos de idade, tendo sido, no

dia 17, nomeado Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Começava, deste modo, a nascer o sol que haveria de brilhar em Estabelecimento, Itororó, Avaí e Lomas Valentinas.

Na promulgação da Constituição de 1824, Luís Alves, como capitão, segue com o Batalhão do Imperador para a província da Cisplatina, conflagrada pelo caudilho Lavalleja. Ali, sob o comando do tenente-coronel Carlos Frederico Lecór, foi bravo e temerário, como diz um dos seus elogios: "A frente de um punhado de subordinados aprisionou uma artilharia embarcada inimiga, com 50 homens, e, de outra feita, lançou-se de surpresa sobre uma guarda avançada do inimigo, aprisionando mais de três dezenas de adversários"⁴. Em dezembro de 1828, é promovido a major, com vinte e cinco anos de idade; e, voltando ao Rio de Janeiro, reencontra-se com sua unidade — o Batalhão do Imperador. Na abdicação de D. Pedro I, em 1831, permanece com a lei; e, anos depois, já senador, depõndo sobre seu procedimento naquela época, é atacado por políticos do partido contrário e declarar marchado em virtude de ordem competente e, em seguida, conclui: "não fui revolucionário. Estimei a abdicação, julguei que era vantagem para o Brasil, mas não concorri, diretamente ou indiretamente, para ela".

Na Regência, em abril de 1832, estando com a lei, combate seu amigo e contemporâneo da Academia, Miguel de Frias e Vasconcelos, que assumira o comando de alguns revoltosos; e, pondo-o em fuga, perseguiu-o. Miguel de Frias esconde-se na residência do desembargador Nabuco, um dos chefes da rebelião. Luís Alves entra na casa, e, procurando-o em todas as dependências, abre a porta de um dos quartos e avista-o, fecha-se e retira-se com sua tropa. Alguns tempo depois, na Guerra Farroupilha, escolhe Miguel de Frias, já anistiado, para seu chefe de estado maior. O futuro Duque sabia reconhecer o valor dos homens com os quais lidava e aproveitava-os convenientemente.

Tenente Coronel em 1838, e, a 2 de dezembro de 1839, coronel, é nomeado Comandante Geral das Tropas em Operação e Presidente da província do Maranhão. Conclama os

1 Pondé, F. P. A. "A Academia Militar" in *Anais*.

2 *Idem*.

3 Pinto de Campos, Padre Joaquim. *Vida do grande brasileiro Luís Alves de Lima e Silva*. Imprensa Nacional, 1878.

4 *Idem*.

revoltozados a entregar as armas e, nada obtendo, ataca-os e toma seu último reduto.

Pacificando o Maranhão, é agraciado com o título de Barão de Caxias. Enviado para São Paulo e, de maio a julho de 1842, como vice-presidente dessa província, comanda as tropas para combater os revolucionários liberais de 1842, ataca-os, e, em Sorocaba, vence-os e prende o antigo regente, Padre Diogo Feijó, tratando-o com respeito e dignidade. Pacificado São Paulo, é mandado para Minas combater a mesma revolução que eclodira sob a chefia de Teófilo Ottoni. Vence-a no arraial de Sta. Luzia e prende o chefe liberal. Entretanto, tendo conhecimento do tratamento que lhe estavam dispensando, repreende os responsáveis e determina tratá-lo como preso, mas com urbanidade, consideração e respeito.

Promovido a Marechal de Campo graduado aos 39 anos de idade é enviado para o Rio Grande do Sul que, desde setembro de 1835, se tornara palco de lutas entre duas facções políticas. Caxias, nomeado Comandante em Chefe do Exército em Operações e Presidente da Província, chega ao destino em novembro de 1843; e, a 28 de fevereiro de 1845, consigue que os rebeldes deponham as armas; e pacifica o sul, como já havia feito no norte, na província do Maranhão, e nas de São Paulo e de Minas Gerais.

Era o "pacificador", o chefe ilustre, o condutor de homens invicto que o seria até a morte. Em agradecimento, o Governo Imperial agracia-o com o título de Conde de Caxias, passando desta forma a ser um dos "grandes" da Corte. Candidata-se a senador e é eleito pelo Rio Grande do Sul. Era vencedor na guerra, na nobreza e na política aos 45 anos de idade.

Em 1851, é novamente nomeado Comandante em Chefe das Forças em operações no Sul e Presidente da província do Rio Grande. Organiza, uniformiza, arma e equipa seu exército e vence a luta, submete Oribé e entra em Montevidéu. Em 1852, derrota Rosas em Monte Caseros. É promovido a Tenente General e agraciado com o título de Marquês de Caxias.

O governo não o deixa descansar, contudo, e, em junho de 1855, é nomeado Ministro da Guerra. Sendo um homem excepcional, consagra-se como administrador, considerando, em todas as funções que exercia, que a lei estava acima de tudo. Era homem de entendimento e aberto a negociações. Substituiu, na pasta da Guerra, seu colega da turma da Academia, o

General Pedro de Alcântara Belegarde, e entra para o gabinete do Marquês do Paraná. Nessa função, continuou o que havia iniciado seu antecessor, porque "o espírito do governo deve ser um posto em que variam os homens". Promove nova lei de promoção dos oficiais, corrigindo-lhe os defeitos; amplia a competência do Supremo Conselho Militar, suprimindo as Juntas de Justiça Militar das Províncias. Cria a Repartição do Adjunto General, para assegurar a estabilidade da administração, ficando a parte política com o ministro e a técnica com esta repartição. Reforma o ensino militar e disciplina a admissão às suas escolas, a fim de melhorar o nível dos candidatos que se sempre mal preparados. Dá novo regulamento ao Corpo de Saúde do Exército e propõe a substituição da tática estrangeira pela portuguesa, "enquanto não se organiza uma tática elementar perfeitamente nossa, em harmonia com as circunstâncias peculiares ao nosso Exército, e com a natureza da nossa guerra" (Rel. Ministro). De setembro de 1856 a maio de 1857, exerce a presidência do Conselho de Ministros em virtude do falecimento do Marquês do Paraná.

Estávamos em guerra com o Paraguai, e em março de 1861, é chamado para organizar o novo governo, em virtude da queda do gabinete do Barão de Uruguaiana, assumindo também a pasta da Guerra, como sempre fazia.

Insiste, nesse período, na necessidade de uma tática elementar brasileira e no recrutamento obrigatório para a recomposição dos claros do Exército, não preenchidos com o voluntariado. Preocupado pela aprovação do Código Penal Militar, cuja elaboração já fora cuidada pelo seu antecessor, propõe o jurista — Juiz José Antônio de Magalhães Castro para fazer o projeto do Código do Processo Penal Militar. Prepara um Regulamento Correcional das Transgressões da Disciplina, Uniformiza o armamento portátil e o equipamento do Exército; propõe a criação do Colégio Militar, anos depois instituído por Tomás Coelho; e de uma lei que regulasse os direitos e deveres dos empregados públicos⁵. Em maio do ano seguinte, foi substituído pelo Gabinete de Zacarias de Góis. As condições eram adversas ao seu partido. Cai o Conservador e sobe o Liberal.

Após o fracasso das forças aliadas em Cuperupaiti, resolve o Governo Imperial entregar-

⁵ Pinto de Campos, Padre José. *Idem*.

lhe o Comando Geral das Forças Brasileiras em operação no Paraguai, depois de contornar o impasse político inicial.

Três meses depois, Caxias assume o Comando Geral do Exército da Tríplice Aliança, com a chamada de Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina, a Buenos Aires, em virtude de problemas de ordem pública e política interna naquele país. Com Caxias, é estabelecida a unidade de comando. E, após breve período para reajusteamento do dispositivo, elaboração de novos planos, reorganização e aprovisionamento das forças, em julho de 1867, Caxias inicia a guerra de movimento que iria até Assunção e era uma das características de suas campanhas. E, daí em diante, vieram os triunfos de Itororó, a frente de suas tropas, Avaí e Lomas Valentinas. Em 1869, no primeiro dia do ano, Caxias, como sempre invicto, entra em Assunção; e, cordial, retira seu bicorné emplumado, saudando em retribuição os que o aplaudiam.

Depois de três anos de campanha, em terreno desconhecido e insalubre, cansado e doente, comprehende que precisa descansar e tratar-se. Estava com 65 anos e uma febre intermitente adquirida nos charcos do Paraguai o depauperava. A capital Assunção já fora ocupada a 5 de janeiro de 1869, restando apenas a perseguição de Solano Lopes que conseguira fugir. Obtendo permissão do Imperador, baixa a seguinte Ordem do Dia, na qual se despede de suas tropas: "Achando-me gravemente doente e, tendo obtido do Governo Imperial licença para tratar de minha saúde no Brasil, é com o coração comprimido pela dor que sinto ao separar-me do Exército a que me coube a honra de comandar."

No dia 15 de fevereiro, desembarca no Rio de Janeiro; e, no cais, a Marquesa o esperava.

Cansado e doente pelas lutas para pacificar e defender nosso país e dos dissabores políticos, invejas, intrigas e ingratidões, só pensava em descansar.

No dia 20 de fevereiro, cinco dias depois de chegar ao Rio de Janeiro, o Imperador lhe concede a medalha do Mérito Militar, "em atenção aos atos de distinta bravura praticados por ele nos combates de Estabelecimento, Itororó, Avaí e Lomas Valentinas"; e, a 23 de março é agraciado com o título de Duque, passando a ser, um dos três únicos desta hierarquia.

A 23 de março de 1874, perde sua querida esposa Anica.

Continua no Senado e, em seu discurso de 1875, informa a situação em que encontrava as nossas tropas na Guerra do Paraguai: "A Guerra do Paraguai, desde seu começo, foi feita às apalpadelas. Não havia mapas do país por onde me pudesse guiar, nem práticos de confiança. Só se conhecia o terreno que se pisava".⁶

Nesse mesmo ano, Caxias, pressionado pelo Imperador, de viagem para a Europa, que ameaçou entregar o governo aos liberais, assume a Presidência do Conselho de Ministros e a pasta da Guerra, onde permanece durante três anos. Nesse governo, cria a Fábrica de Pólvora de Mato Grosso, manda construir as fortalezas de Tabatinga, Corumbá e Uruguaiana; reforma o ensino militar; baixa o Regulamento para a Disciplina e Serviço Interno dos Corpos Arregimentados em Quartéis Fixos; cria o Corpo de Transportes e a Companhia de Telegrafistas Militares e dá autonomia ao Laboratório Químico Farmacêutico Militar. E, como os cavalos eram os únicos transportes do Exército, cria a Coudelaria Militar, para a criação de um tipo brasileiro. Reforma a lei eleitoral chamada "Lei dos Tempos", cria a Escola de Minas de Ouro Preto e muitos outros melhoramentos.

Foi neste governo que o Duque pôs fim a Questão Religiosa, anistando os Bispos de Olinda e do Pará. E, ao deixar a presidência do Conselho de Ministros e o Ministério da Guerra, pôde dizer: "Adiantou-se o progresso geral do Estado; o governo que presidi deu ao País, leis de força e de orçamento, como nunca os meus adversários votaram desde 1845 a esta parte".

Caxias era altivo e irônico nas ocasiões precisas. No Senado, quando em 1845, o visconde de Alvuquerque o chamou de "instrumento de oligarquia", respondeu-lhe: "Não tenho servido senão ao Sr. D. Pedro e ao seu governo, representado pelos ministros de Estado". "Até o mesmo senador, quando ministro da Guerra serviu-se de mim para acabar com a rebelião do Rio Grande do Sul". E acrescentou: "Ao ser escolhido senador, o orador me felicitou; nessa ocasião, já eu era instrumento da oligarquia, ou ela ainda não existia?" Era energético, incisivo e não admitia quebra de autoridade. Encontramos nos manuscritos do Arsenal de Guerra da Corte os seguintes docu-

⁶ Oliveira, Almir – Caxias Homem de Estado. Juiz de Fora, maio de 1980.

mentos: em maio de 1862, o Marquês de Caxias, desgostoso com o atraso na fabricação dos canhões de bronze necessários ao Exército, baixa a portaria de 6 de maio de 1862 ao seu diretor:

"As razões que V.Sa. dadas em seu ofício nº 75 de 1º do corrente mês, de modo nenhum podem justificar a demora que tem havido em concluir-se a máquina de raiar peças de artilharia, nem o aviso por V.Sa. citado compreendia os dois operários que, extraordinariamente, tinham sido, por ordem expressa minha, engajados para aquela obra em que se trabalha há mais de seis meses.

"Cumpre, portanto, que V.Sa. mande ativar a conclusão daquela máquina, readmitindo os dois operários em questão, certo de que a morosidade tão notável em tudo quanto se faz nesse Arsenal, sempre com prejuízo do serviço público, muitos me tem desgostado. Deus guarde a V.Sa.: (a) Marquês de Caxias⁷.

O Coronel Albino de Carvalho, não se conformando com a portaria acima, pede demissão do cargo ao ministro, dizendo em seu requerimento não merecer mais a confiança do governo; e, ao seu ofício junta, uma cópia da portaria que recebera. Caxias retruca-lhe, prontamente, nos seguintes termos: "É sobremaneira repreensível o modo porque V.Sa. acaba de proceder, dirigindo ao Governo Imperial um requerimento em que pede demissão do cargo de Diretor do Arsenal de Guerra da Corte, sob o pretexto de que já não merece a confiança do Ministro da Guerra, juntando ao seu requerimento, cópia do Aviso deste Ministério, no qual não só se lhe estranha a demora que tem havido na prontificação de uma máquina de raiar peças de artilharia que há seis meses se mandou aí preparar, como também se manifesta o desgosto que causa ao governo a notável morosidade I... I.

"A circunstância que venho de mencionar não tem justificativa plausível; e parece que V.Sa. premeditou um acinte ao Governo Imperial, fazendo acompanhar o seu requerimento de cópia de um aviso expedido no dia antecedente e cuja matéria não podia ter sido esquecida pelo mesmo Governo em tão curto espaço de tempo, para que V.Sa. se permitisse avivar-lhe a memória.

"E tanto mais digno de censura se torna aquele ato quando V.Sa. devia saber que a

nenhum militar lhe é lícito aquilatar o grau de confiança que julga merecer do governo; pelo que devolvo a V.Sa. o dito requerimento ou exposição de motivos, que o acompanhou, ficando na inteligência que o Governo o dispensará do cargo que V.Sa. ocupa quando assim o entender conveniente, por isso que é ele o único Juiz neste caso"⁸.

Caxias era humano e se interessava pelo bem estar dos seus subordinados. Não podendo modificar a lei que determinava a punição de pranchadas, baixa a seguinte portaria ao diretor do Arsenal de Guerra da Corte, coronel Alexandre Manuel Albino de Carvalho, em 30 de abril de 1861:

"Conquanto, pela criação dos Conselhos parenterários, se tenham prevenido os males que resultarão do abuso da aplicação arbitrária e excessiva de castigo de pancadas de espada de prancha nas praças de pré do exército; vé-se, todavia, que alguns males consequentes do tal castigo ainda continuam, posto que com menos deploráveis resultados. E, havendo-se reconhecido que essa contrariedade provém da qualidade do instrumento de castigo, cuja qualidade ocularmente verificou, determino que V.Sa. mande manufaturar nesse Arsenal, para a aplicação do referido castigo, espadas mais apropriadas, e menos prejudiciais à saúde do paciente, devendo ser a respectiva lâmina de boa tempera, de comprimento conveniente, delgada e estreita, para que fique bem flexível. Logo que esteja alguma pronta, que será com toda a brevidade, V.Sa. mandará apresentar-me para verificar se satisfaz às condições recomendadas, e então manufaturar-sem outras em número suficiente para serem distribuídas por todos os corpos arregimentados, visto que, sendo o castigo de pancada de espada de prancha autorizado pelos atuais Regulamentos disciplinares do Exército, e porque não é lícito prescindir de sua justa aplicação, convém, ao menos, atenuar essas consequências prejudicáveis, tanto quanto possível, sem torná-lo ilusório; até que outras disposições penais substituam os Regulamentos que as estabeleceram"⁹.

⁸ Pondé, F. P. A. — *História da Casa do Trem e sua posição na história. Anais do M.H.N.*, V. XIV, 1953, ed. 1964, p. 165-204.

⁹ Pondé, F. P. A. *Manuscrito da Casa do Trem. Xerox*, 1973, p. 315.

⁷ (manuscrito do Arsenal de Guerra da Corte, atualmente no Arquivo Nacional).

Por ocasião da "Questão Christie", Caxias, ferido em seus sentimentos, desabafa em carta ao visconde do Rio Branco: "Tendo vontade de quebrar minha espada quando não me pôde servir para desafrontar o meu País de um insulto tão atroz".

O Governo Imperial procurou conhecer os ensinamentos colhidos na guerra do Paraguai pelos Comandantes em chefe.

E, assim, por aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, de 15 de maio de 1872, o visconde do Rio Branco, ministro da Guerra, em nome do Imperador, expôs aos generais, que comandaram em chefe as nossas forças no Paraguai, uma circular, estabelecendo seis quesitos para serem respondidos, a fim de conhecer-se o que convinha reformar ou modificar na organização militar. Foram enviados ao Conde d'Eu, ao Duque de Caxias, ao Conde de Porto Alegre, ao Visconde de Santa Teresa e ao Visconde de Pelotas. Os quesitos enviados foram:

1º — Que inconvenientes se notaram no pessoal da organização dos corpos das três armas e nos especiais de Engenheiros e de Estados-Maiores de 1^ª e 2^ª classes?

2º — Quais os defeitos notados no armamento e equipamento das praças de pé?

3º — Convém criar, e por que modo, um comissariado para os fornecimentos das forças em operações?

4º — As instruções que regulam as manobras e evoluções militares das três armas devem ser alteradas?

5º — Que aperfeiçoamento convém introduzir em o nosso material de guerra comprendendo os meios de condução?

6º — Que reforma receberão o serviço médico e o eclesiástico, com relação às necessidades de um exército em campanha?

No relatório do ministro da Guerra, José de Oliveira Junqueira, de maio de 1872 (Anexo A), constam as respostas, que já tinham sido enviadas, do marechal de Exército Conde d'Eu, do marechal de Exército Duque de Caxias e do marechal de campo Visconde de Pelotas. Indicaremos, apenas, um resumo da do Duque de Caxias: — "Que a organização dos corpos das três armas e mesmo dos especiais de Engenheiros e Estados Maiores de 1^ª e 2^ª classes e de Artilharia precisavam ser retocados, a fim de se remediar os inconvenientes que se apresentavam na última guerra.

"Não sendo iguais em força os batalhões de infantaria, e tendo eles de manobrar juntos, convém igualá-los, elevando os de infantaria ligeira à força e organização dos de infantaria pesada, e ordenando-se que todos sejam exercitados, tanto nas manobras da ordem unida, como nas da extensa ou de caçadores.

"Quanto aos corpos arregimentados de artilharia, ficou provado, na campanha do Paraguai, que, em nosso exército, tínhamos artilharia pesada de mais, e ligeira ou montada de menos; e por isso preciso foi, não só criar mais um corpo, provisório, de artilharia a cavalo, como aligeirar dois dos batalhões de artilharia de posição ali existentes: o que indica a conveniência de transformar pelo menos dois desses batalhões em artilharia ligeira ou montada.

"O batalhão de Engenheiros também não pôde satisfazer, na referida campanha, as necessidades do serviço de sua especialidade, tornando-se, por esse motivo, indispensável a criação no exército de operações, de outro batalhão de igual força, com a denominação de Pontoneiros, para o coadjuvar". E, continuando, entre outras, considerações, informava, a necessidade de aumentar o número de companhias do batalhão de Engenheiros; indispensável a criação de um corpo de transporte que deveria pertencer à cavalaria; a organização dos corpos de cavalaria não devia ser alterada; que o armamento, embora houvesse provado muita superioridade sobre o do inimigo que combatemos, convinha melhorá-lo "à vista das experiências feitas na recente guerra da Europa, entre a Prússia e a França, onde já nenhum dos dois exércitos belligerantes usou da espingarda de carregar pela boca, como ainda são as do nosso exército". O equipamento era demasiado pesado, e era necessário reduzi-lo à metade; e, muitas vezes foi necessário, abandonar as mochilas quando se tinha de acelerar a marcha ou escalar um ponto fortificado. Que era necessário fosse criado um comissariado geral, que se encarregasse dos contratos para seu fornecimento, para evitar os inconvenientes demonstrados pelo contrato de fornecimento com pessoas não sujeitas à disciplina, "os inconvenientes foram não haver mais, na última campanha, repartição de viveres montada militarmente, com a qual se pudessem entender os generais em chefe. Declara, ainda, que lhe parecia "indispensável modificar as Instruções que regulam as manobras e evoluções militares no exército, para as por em harmonia com os melhoramentos introduzidos em o nosso ar-

mamento e regularizar as vozes de comando geral que tenham as três armas de manobrar juntas". Que o material de guerra precisava de uma radical reforma; que o Corpo de Saúde não estava em proporção com as necessidades do exército em tempo de guerra. E, quanto ao Corpo Eclesiástico, julgou seria necessário um chefe ou capelão-mor que se encarregasse do seu detalhe.

Caxias atingiu o mais alto posto da hierarquia do Exército — Marechal de Exército, o mais elevado grau da nobreza — Duque unicamente por mérito próprio; os outros dois foram o duque de Santa Cruz, irmão da Imperatriz D. Amélia e a duquesa de Goiás, filha de D. Pedro I com a Marquesa de Santos. Desempenhou na política as mais elevadas funções: senador, ministro da Guerra e Presidente do Conselho por três vezes. Tinha como regra "cumprir e fazer cumprir, sem discrepância, todas as leis do Estado e não se envolver, de modo algum em questões de partidos, distinguindo os homens pelos seus merecimentos e

qualidades sem se importar com suas opiniões"¹⁰. Assim procedeu com Miguel de Frias. Respeitava os vencidos. E, deste modo, Em Ouro Preto, não permitiu que fosse celebrado pelo bispo o Te-deum em ação de graças, dizendo-lhe: "O ofício do Clero é rezar pelos mortos. Não é congratular-se pelos resultados de uma luta fraticida, que devia entristecer todos os corações brasileiros". Este fato se repetiu anos depois no Rio Grande do Sul.

Não tivemos em mira fazer um trabalho erudito e minucioso, que esta sessão não comporta, mas, apenas, não deixar passar a data, tão cara a todos nós do Dia do Soldado, sem lembrar esse notável brasileiro, a quem o Brasil deve sua integridade territorial. Não é, sem dúvida, certo, errado declarar que, se não fora ele, teríamos, em vez deste grande país, o mesmo fim do Vice-Reinado do Rio da Prata e o do sonhado por Simon Bolívar.

10 Oliveira, Almir de. *op. cit.*

Gen. Francisco de Paula e Azevedo Pandé tem os seguintes cursos: Artilharia para Escola Militar (Realengo); Engenheiro Industrial e de Armamento para Escola Técnica do Exército (IME); Mestre em Ciências de Engenharia pela Universidade de Michigan (EE.UU) mandado cursar pelo Exército Brasileiro; Superior de Guerra pela Escola Superior de Guerra. Funções exercidas: Professor da ETE (IME); como Coronel: Diretor da Fábrica do Andaraí; como General de Brigada, Diretor do Arsenal de Guerra do Rio; como General de Divisão, Diretor de Fabricação e Recuperação. Como oficial da reserva, Diretor Financeiro da Companhia Nacional de Alcatil. Medalhas e condecorações: Medalha de Ouro com passador de platina; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; Comendador da Ordem do Mérito Aeronáutico; Medalha do Pacificador. Pertence ao Instituto de Geografia e História Militar, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outros.





A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1984: Cr\$ 5.000,00

— PAGAMENTO:

- Em cheque Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.
- Em vale postal A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
20455 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: 283-3030



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília-DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEx — BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.



Quem voa Wideboeing chega em casa cheio de novidades.

Tudo é avançado, novo, inédito no Wideboeing.

Voar nele é ter muitas estórias para contar.

Aquele tamanho todo, com muito espaço e conforto.

Coisas quase inacreditáveis como a suavidade
de um voo supervisionado por 64 computadores.

O cinema a bordo, os 7 canais de música.

Tudo isso e muito mais. Com uma vantagem:
é tudo verdade.



TRANS  **BRASIL**

Evolução é com a gente.